

Aprovado

26.05.21

[Handwritten signature]
Chefe
[Handwritten signature]

Relatório de Gestão e Contas 2020

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL
Conselho de Administração



CENTRO HOSPITALAR DE
LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2020

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.

Índice	Pág.
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	05
2. BREVE APRESENTAÇÃO	07
2.1. Área de Influência do CHLO	08
2.2. Especialidades e valências existentes	09
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	11
3.1. Regulamento Interno	11
3.2. Organograma	11
4. BOM GOVERNO DA SOCIEDADE	13
4.1. Governo da Sociedade	13
4.1.1. Missão, Objetivos e Políticas da Empresa	13
4.1.2. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	14
4.1.3. Informação sobre as Transações relevantes com as Entidades relacionadas	14
4.1.4. Informação sobre outras transações	16
4.1.5. Identificação do Modelo de Governo e Identificação dos Membros dos Órgãos Sociais	16
4.1.6. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	22
4.1.7. Análise da Sustentabilidade da Empresa nos domínios Económico, Social e Ambiental	28
4.1.8. Viabilidade do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	32
4.1.9. Existência do Código de Ética	32
5. GRELHA VALIDAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2020	34
6. ACTIVIDADE GLOBAL EM 2020	40
6.1 Indicadores Globais por Linha de Atividade	40
6.1.1. Internamento	44
6.1.2. Bloco Operatório	46
6.1.3. Bloco de Partos	53
6.1.4. Consulta Externa	54

6.1.5. Urgência	59
6.1.6. Hospital de Dia	62
6.1.7. GDH's Médicos de Ambulatório	63
6.1.8. Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	64
6.2. Taxa de Execução	65
6.3. Desempenho Económico-Financeiro	66
6.3.1. Análise Económica	66
6.3.2. Análise Financeira	79
6.3.3. Execução Orçamental	82
6.3.4. Investimento	84
6.4. Recursos Humanos	85
6.4.1. Evolução dos Recursos Humanos por Grupos Profissionais	85
6.4.2. Mobilidade de Pessoal	87
6.4.3. Absentismo	88
6.4.4. Estrutura Etária	90
6.4.5. Formação	92
6.5. Sistemas e Tecnologias de Informação	94
6.6. Investigação Clínica	94
6.7. Departamento de Qualidade	95
6.8. Comissão de Ética	97
6.9. Grupo de Coord. Local de Prevenção Controlo de Infecção e Resistências aos Antimicrobianos	98
6.10. Serviço Social	101
7. FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO 2020	103
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	108
10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	109
10.1. Balanço	110
10.2. Demonstração de Resultados por Natureza	112
10.3. Demonstração de Fluxos de caixa	113

10.4. Demonstração de Alterações no Património Líquido	115
11. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	116
12. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	162
13. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	168
14. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	171
15. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	173

Siglas utilizadas:

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde

ACES- Agrupamento de Centros de Saúde

ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

CHLO – Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental

CES – Comissão de Ética para a Saúde

EPE – Entidade Pública Empresarial

GDH – Grupo de Diagnóstico Homogéneos

HSFX – Hospital de São Francisco Xavier

HEM – Hospital Egas Moniz

HOSA – Hospital de Sant'Ana

HSC – Hospital de Santa Cruz

ORL – Otorrinolaringologia

SIGIC – Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia

SNC-AP Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

SNS – Serviço Nacional de Saúde

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

TAC – Tomografia Axial Computorizada

UCI – Unidade de Cuidados Intensivos

1

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2020 FOI UM ANO TÃO ATÍPICO NA VIDA dos Hospitais, como na nossa vida pessoal, que, muito provavelmente, ler e analisar o relatório e as contas não é suficiente para abarcar de forma completa e clara, o que foi o ano de 2020 e muito menos o que se perspectivou no início deste ano de 2021.

SIM em 2020, a nossa produção diminuiu, foi menor; SIM, as listas de espera não diminuíram como prevíamos, SIM investimos muito em equipamentos lifesaving, em melhoramentos físicos, em diferenciação de circuitos internos para diferentes tipos de doentes, em isolamentos, SIM aumentamos ligeiramente os Recursos Humanos, SIM as contas desequilibraram, SIM a todos estes itens, e no entanto, o mais importante SIM de todos, CUMPRIMOS A NOSSA MISSÃO, tratando TODOS os doentes que a nós recorreram, tratámo-los com o necessário, os que tinham COVID mas também os que não tendo COVID careciam de intervenção médica, urgente ou emergente, realizadas em segurança.

Só foi possível por duas razões, pelo planeamento realizado no Centro Hospitalar, na expansão da capacidade de isolamento, na diferenciação de circuitos, na duplicação e em alguns casos triplicação de estruturas para acolher, por exemplo, doentes imunocomprometidos, grávidas e doentes COVID e até doentes que não sendo nenhuma das anteriores necessitavam de assistência hospitalar, isto sem comprometer nenhum dos tipos de doentes e profissionais. Tudo isto permitiu que houvesse partos, que os doentes fossem operados se dessa intervenção necessitassem de modo urgente, que doentes oncológicos seguissem os seus tratamentos cirúrgicos e médicos, que os doentes traumatizados (que muito diminuíram pelo confinamento) fossem tratados, que os doentes com enfarte fizessem as intervenções hemodinâmicas necessárias e até que os transplantes se fossem fazendo, até mesmo um transplante simultâneo de coração e rim que permitiu salvar uma vida.

À distância, e em tempo de acalmia, tudo pode parecer longínquo. Mas, de facto, passaram apenas 15 meses sobre o primeiro doente de COVID diagnosticado e entrado no Hospital. O Conhecimento, a resiliência dos portugueses e a sua capacidade de realização permitiram que, agora, com todos os que trabalham no CHLO já vacinados, estejamos a retomar a confiança dos doentes com o consequente regresso à normal actividade da organização, com desafios diferentes, com perspectivas diferentes e com uma experiencia acumulada que importa não perder: a utilização de tecnologias de comunicação que foram tão úteis, a capacidade de as utilizar agora sabendo dos seus limites, a utilização funcional de espaços, sem estruturas fechadas, as equipas formadas com objectivos claros, etc., etc., etc.

A união de esforços e investimento a nível internacional demonstrou a sua eficiência e eficácia na investigação científica e clínica, no Conhecimento, fazendo crescer as vacinas ao ritmo quase necessário,

ainda que não a sua distribuição regular e universal como seria desejável e nessa aposta está a nossa ligação à Universidade, agora materializada num alargamento de Centro Clínico Académico incluindo o CHLO como parceiro privilegiado, num caminho que vem sendo construído nos últimos anos com impulsos de investimento que se tem tornado muito visível nos resultados. Este é um dos requisitos que acompanham a alta diferenciação do CHLO no nível de serviços oferecidos e que se mantiveram, na sua grande maioria, durante o ano de 2020.

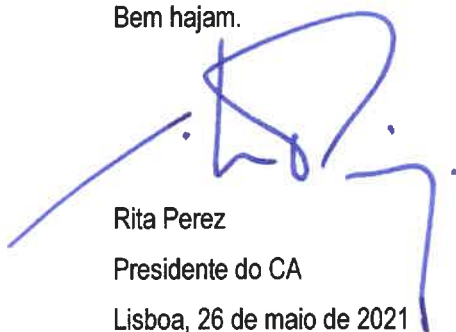
Tudo o que programámos com cuidado extremo no início de 2020 para fazer face à pandemia foi ultrapassado, sinal claro da vitalidade de uma estrutura organizada que faz face ao imprevisível de modo mais ou menos tranquilo, um orgulho para aqueles que, dia a dia, trabalham neste universo, empenhados em fazer o seu trabalho da melhor forma, capazes de formar equipas onde não existiam, de aprender com todos, de enfrentar novos desafios e, mesmo, o desconhecido, por vezes com medo salutar, outras com a esperança que cumprido o aprendido sejamos capazes de ultrapassar todos os problemas contando com cada um, serviços clínicos e não clínicos, competências clínicas e técnicas, humanidade sempre, porque esse é o nosso universo.

Assim, mantendo as vertentes fundamentais do Centro Hospitalar, multidisciplinaridade na vertente assistencial, ensino e investigação, vemos o futuro com bastante esperança de que a pandemia acabe, tornando-se doença epidémica conhecida, de que os profissionais possam voltar à tranquilidade do seu trabalho, de que os doentes criem a confiança necessária no seu hospital, de que a aposta na integração de cuidados possa outra vez ser alavancada, agora com a experiência nas tecnologias de informação e comunicação, com a melhoria do Digital, com a facilitação de processos, com a garantia de profissionais empenhados e saudáveis.

Só se faz caminho, caminhando, mas o conjunto conta mais, muito mais do que cada um de per si, e por isso mesmo e mais uma vez:

Muito obrigada a todos

Bem hajam.



Rita Perez
Presidente do CA
Lisboa, 26 de maio de 2021

2 BREVE APRESENTAÇÃO

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial, criado pelo Decreto-lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, resultante da integração, por fusão, do Hospital de S. Francisco Xavier, SA, do Hospital de Egas Moniz, SA e do Hospital de Santa Cruz, SA.

O presente Relatório de Gestão e Contas foi elaborado em obediência a princípios de clareza e suficiência, objetividade e comparabilidade que permitam ajuizar da eficácia da gestão e da evolução da atividade da empresa.

A contabilidade do Hospital obedeceu aos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, no sector público da saúde e às regras estabelecidas no SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

2.1. ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO



O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., constitui-se como um dos grandes centros hospitalares do país, sendo hospital de primeira linha para as freguesias de Ajuda, Alcântara, Belém e Campo de Ourique do Concelho de Lisboa, para o total das freguesias do Concelho de Oeiras, e ainda para a freguesia de Alfragide, Falagueira-Venda Nova e Encosta do Sol do Concelho da Amadora, num total de 308.852 habitantes (dados populacionais de 2011 (censos), recalculados para os limites administrativos da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), versão 2013).

ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO

	área (hã)	habitantes
Concelho de Oeiras	4 600	172 120
Concelho de Lisboa:	1 533	68 241
Freguesia da Ajuda	288	15 617
Freguesia de Alcântara	507	13 943
Freguesia de Belém	573	16 561
Freguesia de Campo Ourique	165	22 120
Concelho de Amadora:	817	68 491
Freguesia de Alfragide	251	17 044
Freguesia de Encosta do Sol	280	28 261
Freguesia de Falagueira-Venda Nova	286	23 186
Total linha directa	6 950	308 852
Concelho da Amadora	1 562	106 645
Concelho de Cascais	9 740	206 479
Concelho de Sintra	31 923	381 728
Total cuidados diferenciados	50 175	1 003 704

Abrange, ainda, outras prestações de cuidados de saúde diferenciados, tais como:

- Saúde Mental, para o concelho de Cascais;
- Cardiologia e Nefrologia, enquanto última linha de referência, não só para as Unidades C e D da Sub-Região de Lisboa, onde se insere, mas também de âmbito nacional;
- Infecçiology, âmbito nacional;
- Neurocirurgia, enquanto referência directa para o hospital de Cascais e para o Hospital Dr. Fernando da Fonseca (Amadora – Sintra);
- Urgência Geral, enquanto referência directa para as freguesias de Alfragide, Encosta do Sol e Falagueira- Venda Nova do Concelho da Amadora, num total de 68.491 habitantes.

2.2. ESPECIALIDADES E VALÊNCIAS EXISTENTES

A lotação no Internamento em 2020, não considerando as camas de Berçário (28 berços), foi de 721 camas (789 camas em 2019). Nesta lotação estão ainda incluídas 10 camas por protocolo estabelecido com o Hospital de Sant'Ana (HOSA).

As camas acima referidas encontram-se distribuídas pelas seguintes valências/ especialidades:

LOTAÇÃO 31 DE DEZEMBRO 2019/2020

Especialidades	2019	2020	Especialidades	2019	2020
Cardiologia	41	32	Neurologia	16	16
Cardiologia Pediátrica	8	8	Oftalmologia	2	2
Cirurgia Cardiorácica	30	28	Unidade Oncológica	3	3
Cirurgia Geral	103	88	Ortopedia	43	28
Cirurgia Vascular	15	8	Otorrinolaringologia	10	11
Cirurgia Plástica	20	21	Pediatria	19	14
Endocrinologia e Nutrição	4	4	Pneumologia	20	18
Gastroenterologia	11	11	Reumatologia	3	3
Ginecologia/Obstetrícia	57	56	Urologia	18	8
Hematologia	13	4	ICD (Internamento curta duração)	10	10
Infecçiology	18	42	U.C.I.C	16	22
Medicina Interna	166	148	U.C.I.P	16	20
Nefrologia	33	29	Unid. Cuid. Intens. Cardioracicos	13	12
Neurocirurgia	25	25	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	14
Neurotraumatologia	19	11	Psiquiatria (Agudos)	23	25
TOTAL 2019			789		
TOTAL 2020			721		

A unidade de Oncologia do CHLO mantém ainda a responsabilidade técnica da Oncologia médica do HPP Cascais.

Além dos Serviços de Internamento acima referidos, o Centro Hospitalar dispõe também dos seguintes Serviços:

- *Dermatologia*
- *Estomatologia*
- *Saúde Ocupacional*
- *Anestesiologia*
- *Anatomia Patológica*
- *Imuno-Hemoterapia*
- *Medicina Física e de Reabilitação*
- *Medicina Nuclear*
- *Patologia Clínica*
- *Imagiologia*

De referir também a assistência domiciliada prestada com 8 camas em Hospitalização domiciliária.

Os Serviços de Urgência do Centro Hospitalar abrangem:

- *Urgência Geral*
- *Urgência Obstétrica*
- *Urgência Pediátrica*
- *Urgência de Oftalmologia*

De acordo com o plano em curso de metropolização das Urgências da área de Lisboa, a Urgência Pediátrica funciona diariamente até às 22 horas, a Urgência de Oftalmologia funciona até às 17 horas (encerra aos fins de semana e feriados). As restantes Urgências funcionam de forma ininterrupta ao longo de todo o ano.

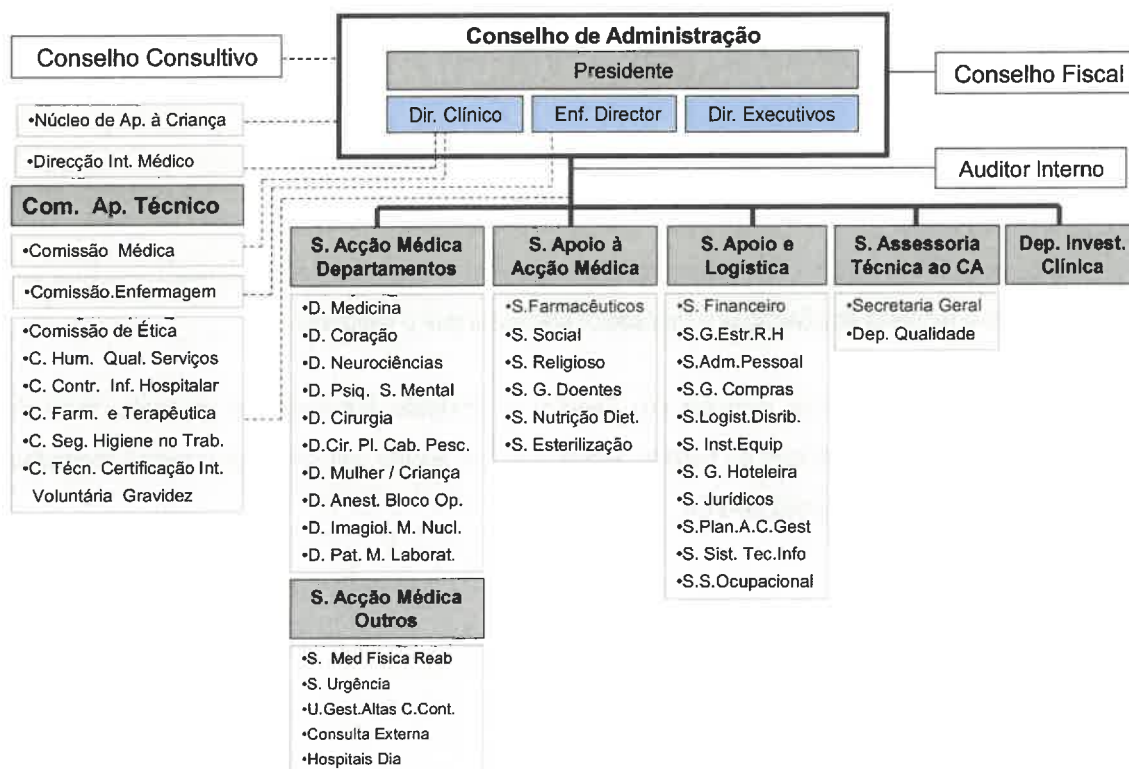
3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1. REGULAMENTO INTERNO

O Regulamento Interno do CHLO, E.P.E., foi homologado por Sua Ex^a o Secretário de Estado da Saúde, em 27 de junho de 2006, com a adaptação homologada por sua Ex^a o Sr. Ministro da Saúde, em 04 de março de 2016.

3.2. ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional é a que resulta do Regulamento Interno do CHLO, de acordo com o previsto no art.º 22º do Decreto - Lei n.º 233/2005 de 29 de dezembro.



O CHLO adotou um modelo de gestão participada que compreende os níveis de gestão estratégica, intermédia e operacional e que assenta na contratualização interna de objetivos e meios, competindo ao

Conselho de Administração (CA), ao nível estratégico, estabelecer objetivos da instituição, controlar e assegurar a sua execução e definir as estratégias e políticas de gestão internas.

Cada um dos hospitais do CHLO tem um Diretor Executivo (Vogal do CA), um Diretor Médico (na dependência hierárquica da Direção Clínica) e um Enfermeiro Diretor (na dependência hierárquica da Direção de Enfermagem).



Ao nível de cada Departamento, as responsabilidades de gestão englobam, a coordenação e articulação das atividades e recursos dos Serviços e Unidades Funcionais que o integram.

Ao nível da gestão operacional, compete aos Serviços e Unidades Funcionais, a prestação direta de cuidados de saúde e as atividades de suporte necessárias, de acordo com objetivos e metas integradas em planos de atividade aprovados pelo CA.

4 BOM GOVERNO DA SOCIEDADE

4.1. GOVERNO DA SOCIEDADE

4.1.1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLITICAS DA EMPRESA

O CHLO tem como **missão** a prestação de cuidados de saúde a todos os cidadãos no âmbito das responsabilidades e capacidades das Unidades Hospitalares que o integram, dando execução às definições de política de saúde a nível nacional e regional, aos planos estratégicos e decisões superiormente aprovados.

Intervém de acordo com as áreas de influência e redes de referenciação, cumprindo os contratos – programa celebrados, em articulação com as instituições integradas na rede de prestação de cuidados de saúde.

O CHLO desenvolve ainda atividades complementares como as de ensino pré e pós-graduado, investigação e formação, submetendo-se à regulamentação de âmbito nacional que rege a matéria dos processos de ensino - aprendizagem no domínio da saúde.

Nestas suas atividades, o CHLO estabelece ligação e atividades partilhadas com outras instituições de Saúde e de Ensino, em ações de complementaridade e protocolos de articulação.

Os **objetivos** a prosseguir pelo CHLO são os seguintes:

- Prestação de cuidados de saúde humanizados, de qualidade e em tempo oportuno;
- Aumento da eficiência e eficácia, num quadro de equilíbrio económico e financeiro sustentável;
- Desenvolvimento de áreas de diferenciação e de referência na prestação de cuidados de saúde;
- Implementação de projetos de prestação de cuidados de saúde em ambulatório e ao domicílio, para minimizar o impacto da hospitalização;
- Promoção da investigação clínica
- Formação profissional pré e pós graduada.

No desenvolvimento de todas as suas atividades, o CHLO rege-se pelos seguintes **valores**:

- Humanização e não discriminar: respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Promoção da saúde na comunidade;
- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Competência técnico-profissional;

- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente.

4.1.2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

O CHLO é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial.

O CHLO rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades constantes do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro e seus anexos I e II, pelas normas em vigor para o SNS que os não contrariem e pelo seu Regulamento Interno, homologado pelo Ministério da Saúde, agora em projeto de revisão face ao diploma legal acima referido.

Para mais esclarecimentos sobre a legislação aplicável, consultar <http://www.chlo.min-saude.pt/index.php/centro-hospitalar/legislacao>.

4.1.3. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Como entidade pública empresarial, o CHLO está sujeito à celebração de quaisquer contratos de aquisição de bens, obras e serviços, mas também concessões (de obras e serviços públicos), ao regime procedimental previsto na parte II do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Assim, todo e qualquer contrato que envolva prestações típicas daqueles contratos (e só destes; cfr. artigo 6.º, n.º 2, do CCP) que seja celebrado pelo Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. é sempre precedido por um dos procedimentos legalmente tipificados naquele diploma legal, sendo aferido caso a caso, de acordo com o critério geral de escolha do procedimento (artigos 17.º, 18.º e 20.º, todos do CPP) e com os critérios materiais (cfr. artigos 24.º e ss.), qual o procedimento em concreto aplicável.

Por sua vez, à celebração dos contratos que não envolvam prestações acima mencionados não é aplicável o CCP, sendo aos mesmos aplicáveis o direito privado, sem prejuízo do cumprimento dos princípios gerais da atividade administrativa e das normas constantes do Código do Procedimento Administrativo que concretizam preceitos constitucionais.

No caso específico da aquisição de medicamentos e de material de consumo clínico, as aquisições que são efetuadas ao abrigo dos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) na área da Saúde, sempre

que existam estes contratos, mediante convite à apresentação de proposta dirigido apenas aos operadores económicos que sejam cocontratantes dos CPA em vigor, mediante o procedimento pré-contratual previsto no artigo 259.º do CCP.

Nos termos do Despacho n.º 1571-B/2016, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 21, 1 de fevereiro de 2016, a maioria dos medicamentos adquiridos pelo CHLO são objeto das aquisições centralizadas promovidas pela SPMS, a agregação centralizada destes bens, tem também como objetivo a redução de encargos financeiros.

Adicionalmente, no dia 13 de março de 2020 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020 foram previstas normas de contingência para a epidemia SARS-CoV-2, para **assegurar o tratamento da doença COVID-19 no Serviço Nacional de Saúde (SNS)**, através de um regime legal adequado a esta realidade excecional, em especial no que respeita a matéria de contratação pública.

Assim, o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020 faz uma remissão para o procedimento de ajuste direto do artigo 24.º/1/c), sendo que se aplicam as regras deste procedimento com as seguintes particularidades:

- I. A inaplicabilidade a estes procedimentos das limitações dos n.os 2 a 5 do artigo 113.º CCP (cfr. n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020);
- II. A inaplicabilidade a estes procedimentos das limitações do artigo 27.º-A do CCP (cfr. n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020);
- III. A possibilidade de os contratos poderem produzir todos os seus efeitos logo após a adjudicação, sem prejuízo da respetiva publicitação no portal dos contratos públicos (cfr. n.º 5 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020);
- IV. A possibilidade de efetuar adiantamento do preço contratual, sem sujeição às limitações legais (cfr. n.º 6 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020);
- V. Dispensa de autorização prévia da exceção para a aquisição centralizada de bens ou serviços abrangidos por um acordo-quadro para as entidades abrangidas pelo Sistema Nacional de Compras Públicas (cfr. n.º 7 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020);
- VI. Dispensa de apresentação de documentos de habilitação e de exigibilidade de caução (cfr. n.os 9 e 10 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020).

A situação excecional e a proliferação de casos registados de contágio de COVID-19 exigiram a aplicação destas contratações extraordinárias e de carácter urgente.

Foi considerado prioritário a aquisição dos equipamentos, bens e serviços necessários à avaliação de casos suspeitos e ao tratamento de sintomas e complicações associadas ao COVID-19, e, ainda, a tomada de

outras medidas consideradas urgentes e imprescindíveis, neste contexto foram adotados os mecanismos processuais que permitiram assegurar a disponibilidade de produtos essenciais num quadro de uma generalizada e acrescida procura a nível mundial destes produtos num contexto de diminuição de produção e de constrangimentos à circulação dos bens.

4.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE:

	(euros)
	2020
SUCH-SERV UTILIZ COMUM HOSPITAIS	10 349 457
FERROVIAL SERVIÇOS, S.A.	3 747 700
HOSPITAL ORTOPEDICO DE SANTANA	2 745 172

4.1.5. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

De 01/01/2020 a 11/09/2020

Conselho de Administração:

Presidente

Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva

Vogais Executivos

Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

Dr. José Manuel Fernandes Correia (Diretor Clínico)

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enf.ª Diretora)

Conselho Fiscal:

Presidente

Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida

Vogais

Dr. Carlos António Lopes Pereira

Suplente: Dr.^a Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

De 12/09/2020 a 31/12/2020

Presidente

Dr.^a Rita Perez Fernandez da Silva

Vogais Executivos

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre

Dr. José Manuel Fernandes Correia (Diretor Clínico)

Enf.^a Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos (Enf.^a Diretora)

Conselho Fiscal:

Presidente

Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida

Vogais

Dr. Carlos António Lopes Pereira

Suplente: Dr.^a Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

MODELO DE GOVERNO

Cargo	Orgão Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente	Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	Despacho n.º	2020-2022
Vogal (1)	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	8736/2020 Gabinetes	
Vogal (2)	Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	da Ministra da Saúde	
Vogal (3)	Dr. José Manuel Fernandes Correia	e do Secretário de	
Vogal (4)	Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	Estado do Tesouro	
		11/09/2020 (*)	
(*) Produz efeitos a partir de 12/09/2020			
Conselho Fiscal			
Presidente	Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida	Despacho Finanças e Saúde de 23 e 28/11/2017	2017-2019
Vogal	Dr.ª Anabela Mendes Garcia Barata (**)		
Vogal	Dr. Carlos António Lopes Pereira		
Vogal Suplente	Dr.ª Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro		

(**) apresentou pedido de renúncia ao cargo com efeitos reportados a 21 de novembro de 2019, por ter sido nomeada Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, através do despacho n.º 11259/2019, de 20 de novembro, da Sra. Ministra da Saúde.

FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

O Conselho de Administração é composto pelo presidente e por quatro vogais, nomeados por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e Saúde sendo um deles o Diretor Clínico e outro o Enfermeiro Diretor.

Para além das competências próprias do Conselho de Administração previstas no artigo 7.º dos estatutos dos hospitais E.P.E. anexos ao Decreto-Lei nº 18/2017 de 10 de Fevereiro, das específicas do Presidente do Conselho de Administração previstas no artigo 8.º, do Diretor Clínico previstas no artigo 9.º e do Enfermeiro Diretor previstas no artigo 10.º, a cada um dos membros do Conselho de Administração foram atribuídas as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

De 01/01/2020 a 11/09/2020

Conselho de Administração

Presidente

Dra. Rita Perez Fernandez da Silva: Para além das competências próprias, este elemento coordenará a gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Departamento de Qualidade;

- Secretaria-geral (inclui Gabinete de Comunicação e Imagem, Gabinete de Utente, Centro de Documentação e Biblioteca e Reprografia);
- Serviço Social;
- Serviço de Auditoria Interna.

Vogais Executivos

Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HEM e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviço de Administração de Pessoal e Gestão Estratégica de Recursos Humanos;
- Serviço de Gestão de Compras e Logística e Distribuição;
- Serviço Jurídico;
- Serviço Religioso;

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HSFx e HSC e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Financeiros;
- Serviço de Planeamento Análise e Controlo de Gestão;
- Serviço de Gestão de Doentes;
- Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação;
- Serviço de Instalações e Equipamentos.

Dr. José Manuel Fernandes Correia (Diretor Clínico): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Farmacêuticos;
- Departamento de Investigação Clínica.

Enf.^a Fernanda Maria da Rosa (Enf.^a Diretora): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços de Gestão Hoteleira;
- Serviço de Esterilização;
- Serviço de Nutrição e Dietética;

Conselho Fiscal

Presidente

Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida

Vogais

Dr. Carlos António Lopes Pereira

Suplente: Dr.^a Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do conselho fiscal, são os constantes dos artigos 15.º e 16.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E. (Decreto-Lei nº 18/2017 de 10 de Fevereiro).

Conselho Consultivo

Presidente do Conselho Consultivo: Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do conselho consultivo, são os constantes dos artigos 21.º, 22.º e 23.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E. (Decreto-Lei nº 18/2017 de 10 de Fevereiro)

De 12/09/2020 a 31/12/2020

Conselho de Administração

Presidente

Dra. Rita Perez Fernandez da Silva: Para além das competências próprias, este elemento coordenará a gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Departamento de Qualidade;
- Secretaria-geral (inclui Gabinete de Comunicação e Imagem, Gabinete do Cidadão, Centro de Documentação e Biblioteca e Reprografia);
- Serviço Social;
- Serviço de Auditoria Interna.

Vogais Executivos

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HEM e HSFX e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Financeiros;
- Serviço de Planeamento Análise e Controlo de Gestão;
- Serviço de Gestão de Doentes;
- Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação (incluindo gestão das comunicações);
- Serviço de Instalações e Equipamentos.

Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HSC e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviço de Recursos Humanos;
- Serviço de Gestão de Compras , Logística e Distribuição;
- Serviço Jurídico;
- Serviço Religioso;

Dr. José Manuel Fernandes Correia (Diretor Clínico): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Farmacêuticos;
- Departamento de Investigação Clínica.

Enf.^a Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos (Enf.^a Diretora): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços de Gestão Hoteleira;
- Serviço de Esterilização;
- Serviço de Nutrição e Dietética;
- Unidade Funcional de Gestão de Transportes e Parques de estacionamento.

Conselho Fiscal

Presidente

Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida

Vogais

Dr. Carlos António Lopes Pereira

Suplente: Dr.ª Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do conselho fiscal, são os constantes dos artigos 15.º e 16.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E. (Decreto-Lei nº 18/2017 de 10 de Fevereiro).

4.1.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO

Conselho de Administração

Presidente

Dra. Rita Perez Fernandez da Silva

Remuneração base 5.255,73 euros, 14 vezes no ano.

Despesas de representação de 1.663,60 euros, 12 vezes no ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 400,00 euros, por ano.

Vogais Executivos

Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva (até 11/09/2020)

Remuneração base 3.903,14 euros, 10 vezes no ano.

Despesas de representação de 1.556,59 euros, 9 vezes no ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 27,00 euros, no ano.

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

Remuneração base 3.903,14 euros, 14 vezes no ano.

Despesas de representação de 1.556,59 euros, 12 vezes no ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 400,00 euros, no ano.

Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre (desde 12/09/2020)

Remuneração base 3.903,14 euros, 5 vezes no ano.

Despesas de representação de 1.556,59 euros, 4 vezes no ano.

Dr. José Manuel Fernandes Correia

Remuneração base 4.545,50 euros, 14 vezes no ano.

Despesas de representação de 1.330,88 euros, 12 vezes no ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 374,00 euros, no ano.

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (até 11/09/2020)

Remuneração base 3.903,14 euros, 10 vezes no ano.

Despesas de representação de 1.556,59 euros, 9 vezes no ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 270,00 euros, no ano.

Enf.ª Maria Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos (desde 12/09/2020)

Remuneração base 3.903,14 euros, 5 vezes no ano.

Despesas de representação de 1.556,59 euros, 4 vezes por ano.

Conselho Fiscal

Presidente

Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida

Remuneração base de 1.362,02 euros, 14 vezes no ano.

Vogais

Dr. Carlos António Lopes Pereira

Remuneração base de 1.021,51 euros, 14 vezes no ano.

4.1.6.1. REMUNERAÇÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- ♦ Não foram atribuídos prémios de Gestão;
- ♦ Foram aplicadas as reduções remuneratórias vigentes em 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRL			N.º de Mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade	Pagadora (OID)	
2020-2022	Presidente	Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva				CHLO	O	2
	Vogal Executivo	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	Despacho n.º			CHLO	D	4
	Vogal Executivo	Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	8736/2020 Finanças e	11/09/2020		CHLO	D	1
	Vogal Executivo	Dr. José Manuel Fernandes Correia	Saúde			CHLO	O	2
	Vogal Executivo	Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos				CHLO	D	1

Nota: OPRL: Opção pela Remuneração Lugar de Origem; OID: Origem/Destino

(euros)

Nome	EGP			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)*	Remuneração mensal bruta	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	N	B	5 255,73	1 663,60
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva (a)	S	B	3 903,14	1 556,59
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	B	3 903,14	1 556,59
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre (b)	S	B	3 903,14	1 556,59
Dr. José Manuel Fernandes Correia	N	B	4 545,50	1 330,88
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (a)	S	B	3 903,14	1 556,59
Enf.ª Maria Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos (b)	S	B	3 903,14	1 556,59

Nota: EGP: Estatuto do Gestor Público

*Classificação atribuída ao CHLO (RCM n.º 36/12 de 26 de Março)

(a) Cessaram funções em 11/09/2020

(b) Iniciaram funções em 12/09/2020

(euros)

Nome	Remuneração Anual				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)= (3)-(4)
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	93 543,42		93 543,42		93 543,42
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva (a)	53 040,71		53 040,71		53 040,71
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	73 323,04		73 323,04		73 323,04
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre (b)	23 740,07		23 740,07		23 740,07
Dr. José Manuel Fernandes Correia	79 607,56		79 607,56		79 607,56
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (a)	53 040,71		53 040,71		53 040,71
Enf.ª Maria Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos (b)	23 740,07		23 740,07		23 740,07
Total			400 035,58	0,00	400 035,58

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

(a) Cessaram funções em 11/09/2020

(b) Iniciaram funções em 12/09/2020

(euros)

Nome	Benefícios Sociais							
	Sub. Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual	Encargo Anual	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual	Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Identificar	Valor
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	4,77	1 120,95	ADSE/CGA	13 021,15				
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva (a)	4,77	911,07	ADSE/CGA	6 380,97				
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	4,77	1 159,11	Seg Social	8 162,84				
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre (b)	4,77	357,75	ADSE/CGA	3 171,11				
Dr. José Manuel Fernandes Correia	4,77	1 116,18	ADSE/CGA	11 112,43				
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (a)	4,77	839,49	ADSE/CGA	6 405,67				
Enf.ª Maria Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos (b)	4,77	357,75	ADSE/CGA	3 181,45				
Total		5 052,30		51 435,62	0,00	0,00		0,00

(a) Cessaram funções em 11/09/2020

(b) Iniciaram funções em 12/09/2020

Nome	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída (S/N)	Celebração de contrato(S/N)	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prestações Contratuais Remanescentes
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	S	S		Leasing Financeiro	2006	2010			
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva (a)	S	S		Aquisição	2003				
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	S		Leasing Financeiro	2006	2010			
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre (b)	N								
Dr. José Manuel Fernandes Correia	S	S		Aquisição	2003				
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (a)	S	S		Leasing Financeiro	2004	2007			
Enf.ª Maria Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos (b)	N	S		Leasing Financeiro	2004	2007			

(1) Aquisição;ALD;Leasing ou Outra

(a) Cessaram funções em 11/09/2020

(b) Iniciaram funções em 12/09/2020

(euros)

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto Total com Viagens
				Identificar	Valor	
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva (a)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre (b)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Dr. José Manuel Fernandes Correia	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (a)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
En.ª Maria Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos (b)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

(a) Cessaram funções em 11/09/2020

(b) Iniciaram funções em 12/09/2020

Não se verificaram gastos associados a deslocações em serviço.

4.1.6.2. REMUNERAÇÃO CONSELHO FISCAL

CONSELHO FISCAL

(euros)

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal	N.º Mandatos
			Fórmula (1)	Data		
2017-2019	Presidente	Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida	Despacho		1 362,02	1
	Vogal	Dr.ª Anabela Mendes Garcia Barata	Finanças e	28/11/2017	1 021,51	
	Vogal	Dr. Carlos António Lopes Pereira	Saúde de 23		1 021,51	
	Vogal Suplente	Dr.ª Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	e 28/11/2017			

(1) AG/DUE/despacho

(euros)

Nome	Remuneração Anual		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Bruto Final (3)= (1)-(2)
Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida	19 068,28		19 068,28
Dr. Carlos António Lopes Pereira	14 301,14		14 301,14
Dr.ª Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	0,00		0,00
Total			33 369,42

4.1.6.3. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

- ♦ **Não utilização de cartões de crédito:** Nenhum elemento do Órgão de Gestão usufrui de cartões de crédito ou outro instrumento de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa.
- ♦ **Não reembolso de despesas de representação pessoal:** Nenhum elemento do Órgão de Gestão é reembolsado de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

(euros)

Nome	Gastos com Comunicações Móveis		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	80,00	200,98	
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva (a)	80,00	289,40	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	80,00	588,09	
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre (b)	80,00	63,54	
Dr. José Manuel Fernandes Correia	80,00	129,42	
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (a)	80,00	167,84	
Enf.ª Maria Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos (b)	80,00	18,25	
Total		1 457,52	

(a) Cessaram funções em 11/09/2020

(b) Iniciaram funções em 12/09/2020

(euros)

Nome	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	486,43	231,72		231,72	
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva (a)	389,15	614,52		614,52	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	389,15	1 079,83		1 079,83	
Dr. José Manuel Fernandes Correia	389,15	563,20	60,64	623,84	
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (a)	389,15	1 266,81	61,65	1 328,46	
Total		3 756,08	122,29	3 878,37	

(a) Cessaram funções em 11/09/2020

4.1.6.4. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO RJSPE E DO ARTIGO 11.º DO EGP

Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

4.1.7. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

O conceito de “boa governação” continuou a ser, em 2020, uma preocupação constante para que fossem salvaguardadas todas as realidades – económica, social e ambiental - no cumprimento da lei, demais regulamentos e códigos, processos de decisão e de controlo interno com o objetivo de garantir a prestação de cuidados de saúde com segurança e qualidade.

Sustentabilidade no domínio económico

Apesar do contínuo esforço na contenção de custos, o cenário geral revelou-se desfavorável pela enorme pressão sobre os custos que implicou um acréscimo global de gastos de 12,2%. Por outro lado, os rendimentos globais apresentaram, apenas, um acréscimo de 4,3%, face a 2019, resultado, essencialmente, do aumento do valor atribuído de custos de contexto, na ordem de 57,2 milhões de euros. Verificou-se uma deterioração significativa do EBITDA, face ao ano transato (49,5%), que acabou a registar valores na ordem dos 40 milhões de euros negativos.

No acréscimo dos Gastos, verifica-se o aumento de 11,5% nos consumos essencialmente motivado pelos gastos incorridos com Produtos Farmacêuticos, nomeadamente de Reagentes e Produtos Diagnóstico e do Material de Consumo Clínico. Nos Fornecimentos e serviços externos registou-se um aumento de 23,7%, destacando-se a rubrica de conservação e reparação e dos Serviços especializados, nomeadamente Serviços Técnicos de RH. Os Gastos de Pessoal que registaram acréscimo de despesa de 8,8% face ao ano anterior, decorrente, em larga medida, do acréscimo de contratações e do trabalho suplementar necessário para fazer face à Pandemia.

Já no que se refere às receitas, e tendo em consideração a Adenda AM 2020, o grau de cumprimento do Contrato Programa situou-se na ordem dos 97%. As principais linhas de produção e indicadores de desempenho assistencial, principalmente no que diz respeito ao movimento assistencial ambulatorio, face ao surto pandémico, uma redução face a anos anteriores, ao nível do n.º de Consultas e Cirurgias efetuadas, no entanto, procurando responder de uma forma apropriada às solicitações mais urgentes da área de influência.

O Conselho de Administração continuará a competir pelo equilíbrio pragmático. Tratando-se de um processo complexo, em 2020 mais acentuado, haverá que manter o envolvimento de toda a organização - os vários serviços clínicos e não clínicos - mas que em última análise depende, em larga medida, do nível do financiamento que a Tutela venha a prever para os próximos anos.

Rubrica	Unidade: M€					
	2017	2018	2019	2020	Var % 20/19	Var % 20/17
Gastos						
Consumos	87,5	84,3	88,3	97,3	10,2%	11,1%
Fornecimentos e Serviços Externos	28,1	31,4	33,0	40,8	23,7%	45,3%
Despesas com Pessoal	111,2	117,2	127,6	138,8	8,8%	24,8%
Outros Gastos	10,6	9,8	7,7	10,9	41,1%	3,1%
Total Gastos	237,4	242,8	256,5	287,7	12,2%	21,2%
Rendimentos						
Prestação de Serviços	175,0	182,3	190,0	175,4	-7,7%	0,2%
Outros Rendimentos	36,5	24,3	39,1	63,6	62,5%	74,1%
Total Rendimentos	211,6	206,6	229,2	239,0	4,3%	12,9%
EBITDA						
(Resultados antes de depreciação e gastos de financiamento)	-28,9	-28,9	-20,2	-40,1	-49,5%	-27,9%
Resultados Operacionais						
(antes de gastos de financiamento)	-36,1	-36,1	-27,6	-48,8	-43,5%	-26,0%
Resultado Líquido do Período	-36,2	-36,2	-27,4	-48,8	-43,9%	-25,8%
Produção						
N.º Doentes Saídos	26 580	26 826	25 717	21 193	-17,6%	-20,3%
N.º Consultas	458 142	463 129	464 603	433 317	-6,7%	-5,4%
N.º Doentes Intervencionados	19 348	19 725	19 558	14 735	-24,7%	-23,8%
Quadro de Pessoal						
N.º de Médicos	548	554	564	579	2,7%	5,7%
N.º de Enfermeiros	1 308	1 341	1 424	1 556	9,3%	19,0%
Total de Funcionários	3 951	4 052	4 247	4 578	7,8%	15,9%

Sustentabilidade no domínio social

A política de responsabilidade social, subjacente na missão, visão e valores da organização, assenta em princípios que promovem, por um lado, os seus colaboradores, e por outro, os doentes e a comunidade em geral, no que se refere a:

- À igualdade de direitos e oportunidades
- Uma atuação ética assente no respeito pelo indivíduo
- À adequada aplicação da lei e respeito pelos seus representantes
- À confiança e rigor nas relações empresariais, sejam entre pares ou entre terceiros

Especificamente para os colaboradores:

- À oportunidade de trabalho e ao desenvolvimento pessoal e profissional:

É de destacar a dimensão humana e o respeito pelas pessoas na estratégia e políticas de gestão de recursos humanos concomitantemente com a valorização, o emprego e a progressão na carreira estimulando a aquisição de competências através da formação contínua e da aprendizagem ao longo da vida.

Em concreto, criar condições de trabalho motivadoras que favoreçam a excelência e o mérito, garantindo os mais elevados padrões de saúde e segurança no trabalho, desde o apoio ativo da transição do ensino para a vida ativa, promovendo a formação contínua qualificante, até ao envelhecimento ativo visando o equilíbrio geracional dos recursos humanos no quadro de uma política laboral responsável e socialmente sustentável.

No que se refere à gestão do capital humano do CHLO, o Conselho de Administração tem, ainda, procurado gerir as oportunidades de forma a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Relativamente a responsabilidade social na esfera do doente, destaque para:

- os vários programas com o foco na promoção da saúde, em especial para os doentes crónicos, o investimento nos programas de voluntariado para apoio diário aos doentes de ambulatório e internamento, a promoção da arte como elemento positivo para a cura ou, no mínimo, para o alívio de fatores de stress do doente e, não menos importante, a promoção de uma alimentação saudável com repercussão direta nos menus disponibilizados diariamente nos refeitórios e cafetarias do CHLO;
- os desenvolvimentos e investimento que tem sido efetuados no sentido de se promoverem e divulgarem os meios electrónicos.

A transformação digital é uma aposta do CHLO para um sistema mais eficiente, mas também mais seguro para todos, como factor de promoção da literacia em saúde e da qualidade de vida. São disso exemplo:

- A *app* MyCHLO - permite também a interacção directa do utente com o Centro Hospitalar, seja para a desmarcação de consultas e/ou na resposta a inquéritos de satisfação - assim como o simples envio de SMS's a informar os utentes das suas consultas/alterações para os utentes que não utilizam a referida aplicação continuam a registar um sucesso que supera o do ano de lançamento;
- A expansão da nossa rede wireless de maneira a permitir que os utilizadores de sistemas e tecnologias de informação possam usufruir sem necessidade de ligação física à rede de dados;
- O sistema de atendimento automático a utentes, com quiosques e monitores que permitem o registo na admissão e a visualização de informação nas áreas de consultas externas;
- A aquisição de uma nova central telefónica, o que permitiu dotar algumas áreas deste Centro Hospitalar de telefones com Voip, ou seja, voz sobre rede de dados, com novas funcionalidades, como sejam, dotar o CHLO de um sistema interativo de reposta de voz e, bem assim, a rentabilização de aplicações já existentes de acompanhamento não presencial diferido de doentes;

- Automatização, em larga escala, da emissão de documentos eletrónicos, e respetiva assinatura também eletrónica, com o consequente abandono do documento físico, ao nível da emissão de Termos de Responsabilidade, por exemplo, – assunção, por parte do CHLO de pagamento de prestação de serviços de radiologia - com a consequente redução dos tempos de espera e de deslocação do utente ao hospital para levantamento dos referidos documentos;
- Outras medidas tomadas no âmbito da informatização clínica incluindo a prescrição electrónica, a desmaterialização da informação dos processos clínicos, certificação do óbito, bem como de outras particulares de carácter mais limitado a serviços específicos, onde foram introduzidas novas aplicações/novas versões ao nível dos seus *softwares* para permitir melhores índices de operacionalidade/comunicação com os utentes.

Sustentabilidade no domínio ambiental

O Conselho de Administração tem vindo a acompanhar de perto a estratégia para a implementação do Plano Estratégico do Baixo Carbono (PEBC) e do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP) no Ministério da Saúde que visa promover a redução dos consumos e dos custos com energia e água averiguando a evolução dos consumos e custos e, ainda, identificando potenciais oportunidade de racionalização energética, resíduos e hídrica. Exemplos disso, o CHLO já tem dois dos seus hospitais a funcionar com centrais de cogeração e novos ecopontos. Por outro lado, viu aprovados 11 milhões de euros de financiamento comunitário para realização de investimentos nas suas principais estruturas físicas: HEM, HSFx e HSC.

Num outro contexto, o CHLO tem procurado: 1. sensibilizar os funcionários para a necessidade de redução do consumo de água quente sanitária, eliminando desperdícios e alertado os utentes do centro hospitalar para a poupança de água e electricidade; 2. adquirir, preferencialmente, equipamentos com menores consumos de energia, nomeadamente, as lâmpadas de baixo consumo e procurado a redução dos consumos de energia através de alertas ao pessoal da segurança para, aquando das rondas apagarem as luzes e desligarem os equipamentos desnecessariamente acesos/ligados; 3. Instalar redutores de caudal (difusores, filtros, atomizadores ou arejadores) nas torneiras e chuveiros; 4. Prestar formação teórica sobre triagem de resíduos e passado a identificar os contentores para o correto acondicionamento dos resíduos nos respectivos locais de produção.

A um outro nível, será de destacar a preocupação com a adequada política de gestão de stocks de níveis mínimos no sentido de serem evitados prejuízos, a todos os níveis, em especial, por prazos de validade expirados.

4.1.8. VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO (RCM N.º 49/2077, DE 28 DE MARÇO)

O Centro Hospitalar tem cumprido com todos os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis.

4.1.9. EXISTÊNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental foi aprovado em 13 de dezembro de 2012 e corresponde, não só ao cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis, designadamente a Resolução de Conselho de Ministro 49/2007, mas também a um instrumento que visa a realização dos objetivos e da missão da instituição.

Este Código estabelece um conjunto de princípios de orientação da atividade hospitalar e de regras de natureza ética e deontológica destinadas a orientar os colaboradores do CHLO no desempenho das suas funções, de modo a que as possam exercer com elevados padrões de qualidade e em linha com os objetivos e missão do CHLO na prestação de cuidados de saúde.

A Comissão de Ética zela pela observância de padrões de ética no exercício das ciências médicas, por forma a proteger e garantir a dignidade e integridade humanas, procedendo à análise e reflexão sobre temas da prática médica que envolvam questões de ética.

Neste sentido, conforme n.º 1 do Art.º 6º do Decreto-Lei n.º 97/95, de 10 de maio, compete à Comissão de Ética:

- a) Zelar, no âmbito do funcionamento da instituição ou serviço de saúde respetivo, pela salvaguarda da dignidade e integridade humanas;
- b) Emitir, por sua iniciativa ou por solicitação, pareceres sobre questões éticas no domínio das atividades da instituição ou serviço de saúde respetivo;
- c) Pronunciar-se sobre os protocolos de investigação científica, nomeadamente os que se refiram a ensaios de diagnóstico ou terapêutica e técnicas experimentais que envolvem seres humanos e seus produtos biológicos, celebrados no âmbito da instituição ou serviço de saúde respetivo;
- d) Pronunciar-se sobre os pedidos de autorização para a realização de ensaios clínicos da instituição ou serviço de saúde respetivo e fiscalizar a sua execução, em especial no que respeita aos aspetos éticos e à segurança e integridade dos sujeitos do ensaio clínico;
- e) Pronunciar-se sobre a suspensão ou revogação da autorização para a realização de ensaios clínicos na instituição ou serviço de saúde respetivo;
- f) Reconhecer a qualificação científica adequada para a realização de ensaios clínicos, relativamente aos médicos da instituição ou serviço de saúde respetivo;

- g) Promover a divulgação dos princípios gerais da bioética pelos meios julgados adequados, designadamente através de estudos, pareceres ou outros documentos, no âmbito dos profissionais de saúde da instituição ou serviço de saúde respetivo.

No exercício das suas competências, a Comissão de Ética pondera, em particular, o estabelecido na lei, nos códigos deontológicos e nas declarações diretrizes internacionais existentes sobre as matérias a apreciar.

5

GRELHA DE VALIDAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2020

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
I	Síntese (Sumário Executivo)	X		X		3	
II	Missão, Objetivos e Políticas	X		X		5	
1.	Missão, Visão e Valores.	X		X		5	
2.	Políticas e linhas de ação	X		X		6	
3.	Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da entidade.	X		X		7	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais	X		X		8	
III	Estrutura de Capital	X		X		8	
1.	Estrutura de capital	X		X		8	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X		X		9	
3.	Acordos parassociais.	X		X		9	
IV	Participações Sociais e Obrigações detidas	X		X		9	
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades	X		X		9	
2.	Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º1 do artigo 44.º do RJSPE	X		X		9	
3.	Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º5 do artigo 447.º do CSC	X		X		9	
4.	Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade	X		X		10	
V	Órgãos Sociais e Comissões	X		X		10	
A.	Modelo de Governo					10	
1.	Identificação do modelo de governo adotado					10	
B.	Mesa da Assembleia Geral	X		X		11	
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		11	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		11	
C.	Administração e Supervisão	X		X		11	
1.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		11	
2.	Composição do Conselho de Administração Executivo.	X		X		12	
3.	Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes.	X		X		12	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sím	Não	Sím	Não		
4.	Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração	X		X		12	
5.	Apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do RJSPE)	X		X		24	Anexo
6.	Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.	X		X		24	
7.	Organograma	X		X		24	
8.	Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo	X		X		29	
D.	Fiscalização	X		X		42	
1.	Identificação do órgão de fiscalização	X		X		42	
2.	Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC	X		X		42	
3.	Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.	X		X		43	
4.	Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do Órgão de Fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	X		X		46	
5.	Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável da Comissão para as Matérias Financeiras	X		X		46	
6.	Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes	X		X		46	
7.	Funcionamento do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as	X		X		46	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
	Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável						
E.	Revisor Oficial de Contas	X		X		47	
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		47	
2.	Indicação das limitações, legais	X		X		47	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência.	X		X		47	
4.	Descrição de outros serviços prestados pela SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC.	X		X		48	
F.	Conselho Consultivo	X		X		48	
1.	Composição, ao longo do ano em referência com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efectivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro	X		X		48	
G.	Auditor Externo	X		X		49	
1.	Identificação.	X		X		49	
2.	Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	X		X		49	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a entidade e/ou para entidades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.	X		X		49	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga pela entidade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede.	X		X		49	
VI.	Organização Interna	X		X		49	
A.	Estatutos e Comunicações	X		X		49	
1.	Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade	X		X		49	
2.	Caraterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade	X		X		50	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		51	
B.	Controlo interno e gestão de riscos	X		X		52	
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		52	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X		X		53	
3.	Em caso de existência de Plano estratégico e de política de risco da entidade, deve incluir a definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas	X		X		54	
4.	Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade.	X		X		55	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		55	
6.	Identificação e descrição dos principais tipos de riscos.	X		X		55	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		X		57	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X		X		58	
C.	Regulamentos e Códigos	X		X		59	
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada.	X		X		59	
2.	Código de Ética.	X		X		59	
3.	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC).	X		X		61	
D.	Deveres especiais de informação	X		X		63	
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita.	X		X		63	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita	X		X		64	
E.	Sítio de Internet	X		X		65	
1.	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		65	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	X		X		66	
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral	X		X		66	
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público	X		X		66	
VII	Remunerações	X		X		71	
A.	Competência para a Determinação	X		X		71	
1.	Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.	X		X		71	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a entidade.	X		X		71	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
3.	Declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.	X		X		71	Anexo
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	X		X		71	
	Composição.	X		X		71	
C.	Estrutura das Remunerações	X		X		72	
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		72	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da entidade.	X		X		72	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		72	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X		X		73	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X		X		73	
6.	Regimes complementares de pensões.	X		X		73	
D.	Divulgação das Remunerações	X		X		73	
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		73	
2.	Montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo.	X		X		74	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X		X		74	
4.	Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos.	X		X		75	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		75	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		75	
VIII	Transações com partes Relacionadas e Outras	X		X		75	
1.	Mecanismos implementados pela entidade para controlo de transações com partes relacionadas.	X		X		75	
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		76	
IX	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental	X		X		78	
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		78	
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		78	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres d) Princípio da Igualdade do Género e) Políticas de Valorização Profissional f) Responsabilidade Económica	X		X		78	
X	Avaliação do Governo Societário	X		X		84	
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		84	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
2.	Outras informações	X		X		85	
XI	Anexos do RGS	X		X		86	
1.	Demonstração Não Financeira relativo ao exercício 2019	X		X		86	
2.	Ata ou Extrato de Ata da reunião do Órgão de Administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2019	X		X		87	
3.	Relatório do Órgão de Fiscalização a que se refere o n.º 2 do artº 54 do RJSPE	X		X		88	
4.	Declarações a que se refere o artº 52 do RJSPE	X		X		89	
5.	Ata da Reunião da Assembleia Geral, deliberação unanime por escrito ou despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função accionista dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2018	X		X		90	

6 ACTIVIDADE GLOBAL EM 2020

6.1. INDICADORES GLOBAIS POR LINHA DE ATIVIDADE

No ano de 2020, a atividade hospitalar enfrentou desafios resultantes da declaração de pandemia por infecção SARS-CoV-2 (Covid-19) decretada a 11 de março de 2020.

O CHLO a partir de março 2020 foi ativado como hospital de referência – 2ª Linha Covid 19, tendo então toda a atividade assistencial não urgente sido suspensa (Plano de Contingência Covid 19 aprovado pelo CA em 11/03/2020). Em abril de 2020 (aprovado pelo CA a 27/04/2020) entrou em vigor o Plano de Contingência de Retoma da Atividade e teve como objetivo definir a retoma da atividade clínica nas linhas de produção, nomeadamente, consultas e cirurgias, em conformidade com as orientações definidas para o efeito e tendo imperativamente em consideração a minimização do risco de infeção. Contudo, em novembro (05/11/2020), tendo em consideração o agravamento da situação epidemiológica da infeção COVID-19, o CA propôs ajustar o Plano de Contingência a esta nova realidade e assim minimizar o consequente impacto. Os efeitos desta evolução epidemiológica foram visíveis na diminuição da atividade assistencial.

Face ao período homólogo, a atividade assistencial em 2020, registou um decréscimo nas linhas de produção da Urgência (30,9%), dos GDH's Cirurgicos de Ambulatório (30,4%), do Internamento (17,2%), dos GDH's Médicos de Ambulatório (13,1%), do Hospital de dia (13,1%) e da Consulta Externa (6,9%).

INTERNAMENTO

	2019	2020	Δ%
Lotação	789	721	-8,6%
N.º Camas sem Berçário	789	721	-8,6%
Berçário	28	28	0,0%
Hospitalização Domiciliária		8	
Doentes Saídos sem transf. Internas*	25 717	21 293	-17,2%
Doentes Saídos sem Berçário	23 467	19 251	-18,0%
Doentes Saídos Berçário	2 250	1 942	-13,7%
Doentes Saídos Hospitalização domiciliária		100	
Doentes Saídos com transf. Internas	34 251	28 876	-15,7%
Doentes Saídos sem Berçário	31 921	26 744	-16,2%
Doentes Saídos Berçário	2 330	2 017	-13,4%
Doentes Saídos Hospitalização domiciliária		115	
Demora média (dias)	9,7	10,1	0,3
Taxa de Ocupação	79,7%	71,1%	-8,6pp
Doentes Saídos / Cama	29,7	26,7	-3,0

* Não inclui doentes com recurso ao exterior

BLOCO OPERATÓRIO

	2019	2020	Δ%
Total de Doentes Intervencionados	19 558	14 735	-24,7%
Cirurgia Convencional	6 267	4 768	-23,9%
Cirurgia de Ambulatório	10 253	7 229	-29,5%
Cirurgia Urgente	3 038	2 738	-9,9%

GDH AMBULATÓRIO

	2019*	2020**	Δ%
Cirúrgicos	8 946	6 224	-30,4%
Médicos	11 469	9 961	-13,1%

* N.º GDHs de 2019 atualizados

** Valor estimado.

CONSULTA EXTERNA

	2019	2020	Δ%
Consultas Realizadas	464 603	432 480	-6,9%
N.º de Primeiras Consultas	112 489	96 861	-13,9%
Primeiras Consultas / Total	24,2%	22,4%	-7,5%

URGÊNCIA

	2019	2020	Δ%
Doentes Entrados	162 934	112 615	-30,9%
Urgência Geral	94 031	73 596	-21,7%
Urgência Pediátrica	33 137	18 068	-45,5%
Urgência Obstétrica	15 557	11 830	-24,0%
Urgência Oftalmologia	9 367	5 870	-37,3%
Urgência Otorrinolaringologia	10 842	3 251	-70,0%

HOSPITAL DE DIA

	2019	2020	Δ%
Sessões (não inclui diálise e quimio)	22 245	19 340	-13,1%
Psiquiatria	3 578	2 808	-21,5%
Pedopsiquiatria	2 262	2 133	-5,7%
Imunohemoterapia	4 643	3 914	-15,7%
Pediatria	239	106	-55,6%
Pneumologia	219	221	0,9%
Outras	10 932	9 817	-10,2%
Infecciologia	372	341	-8,3%
Hemodiálise	8 301	4 557	-45,1%

Actividade Global - Var % 2020/2019



A – Doentes Saídos do Internamento sem Transferência Internas

A1 – Doentes Saídos do Internamento com Transferência Internas

B – Bloco Operatório - Doentes Intervencionados

C - GDH's Cirúrgicos de Ambulatório

D – GDH's Médicos Ambulatório

E – Consulta Externa

F – Urgência

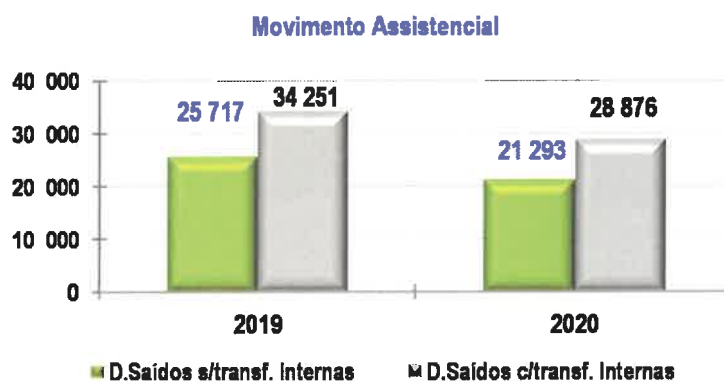
G – Hospital de Dia

6.1.1. INTERNAMENTO

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E ALGUNS INDICADORES DO INTERNAMENTO

	2019	2020	Δ%
Lotação	789	721	-8,6%
Berçário	28	28	0,0%
Hospitalização Domiciliária		8	
Total de Doentes Saídos sem transf. Internas*	25 717	21 293	-17,2%
Doentes saídos sem Berçário	23 467	19 251	-18,0%
Doentes Saídos Berçário	2 250	1 942	-13,7%
Doentes Saídos Hospitalização domiciliária	0	100	
Total de Doentes Saídos com transf. Internas	34 251	28 876	-15,7%
Doentes saídos sem Berçário	31 921	26 744	-16,2%
Doentes Saídos Berçário	2 330	2 017	-13,4%
Doentes Saídos Hospitalização domiciliária	0	115	
Total Dias Internamento	234 415	200 057	-14,7%
Dias de Internam. sem Berçário	228 192	193 519	-15,2%
Dias Internam. Berçário	6 223	5 082	-18,3%
Doentes Saídos Hospitalização domiciliária	0	1 456	
<i>Demora média (dias)</i>	9,72	10,05	0,33
<i>Taxa ocupação (%)</i>	79,7%	71,1%	-8,6pp
<i>Doentes Saídos / Cama</i>	29,7	26,7	-3,0

* Não inclui doentes com recurso ao exterior

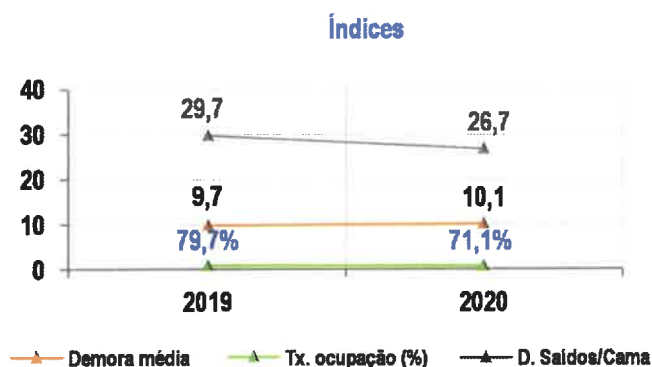


O Internamento apresentou, em 2020, 21.293 doentes saídos, tendo-se verificado uma diminuição de 17,2% em relação ao período homólogo.

O Berçário com 1.942 altas registou um decréscimo de 13,7% em relação a 2019.

LOTAÇÃO E TAXA DE OCUPAÇÃO 2020

Especialidades	2020	% Ocup.	Especialidades	2020	% Ocup.
Cardiologia	32	75,4%	Neurologia	16	79,9%
Cardiologia Pediátrica	8	60,4%	Oftalmologia	2	11,6%
Cirurgia Cardiotórácica	28	74,1%	Unidade Oncológica	3	111,4%
Cirurgia Geral	88	53,1%	Ortopedia	28	131,7%
Cirurgia Vascular	8	87,6%	Otorrinolaringologia	11	55,4%
Cirurgia Plástica	21	44,1%	Pediatria	14	30,3%
Endocrinologia e Nutrição	4	26,2%	Pneumologia	18	69,7%
Gastroenterologia	11	96,7%	Reumatologia	3	54,5%
Ginecologia/Obstetrícia	56	51,7%	Urologia	8	60,5%
Hematologia	4	41,5%	ICD (Internamento curta duração)	10	13,2%
Infecciologia	42	58,4%	U.C.I.C	22	65,3%
Medicina Interna	148	84,1%	U.C.I.P	20	66,5%
Nefrologia	29	72,9%	Unid. Cuid. Intens. Cardioracicos	12	81,9%
Neurocirurgia	25	88,5%	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	70,3%
Neurotraumatologia	11	65,0%	Psiquiatria (Agudos)	25	89,9%
TOTAL GERAL 2020	721				71,1%



No que diz respeito aos indicadores, a taxa de ocupação do CHLO de 71,1% registou um decréscimo de 8,6 p.p face a 2019. O número de doentes saídos por cama, de cerca 27 doentes, registou uma redução de 3 doentes e a demora média atingiu 10,1 dias, mais 0,3 dias em relação à demora observada em 2019.

6.1.2. BLOCO OPERATÓRIO

O Centro Hospitalar dispõe de três blocos operatórios centrais, o Bloco I com quatro salas (convencional e ambulatória), o Bloco II com sete salas (convencional) e o Bloco III com cinco salas operatórias (convencional e ambulatória). O HSFX ainda dispõe de três salas operatórias de Ginecologia/Obstetrícia e sete salas de parto. No HEM, existem ainda mais seis salas de Bloco, duas da Unidade de Cirurgia do Ambulatório (UCA), duas que constituem o Bloco de Oftalmologia e duas salas de Bloco de Dermatologia. O Serviço de Urgência Geral utiliza o Bloco I.

MOVIMENTO CIRÚRGICO - N.º DE DOENTES INTERVENÇIONADOS

	2019	2020	Δ%
Total Geral	19 558	14 735	-24,7%
Cirurgia Convencional	6 267	4 768	-23,9%
Cirurgia Ambulatória	10 253	7 229	-29,5%
Cirurgia de Urgência	3 038	2 738	-9,9%
% <i>Cirurg Programada/Total</i>	84,5%	81,4%	-3,1 pp
% <i>Cirurg Ambulatório/Programada</i>	62,1%	60,3%	-1,8 pp

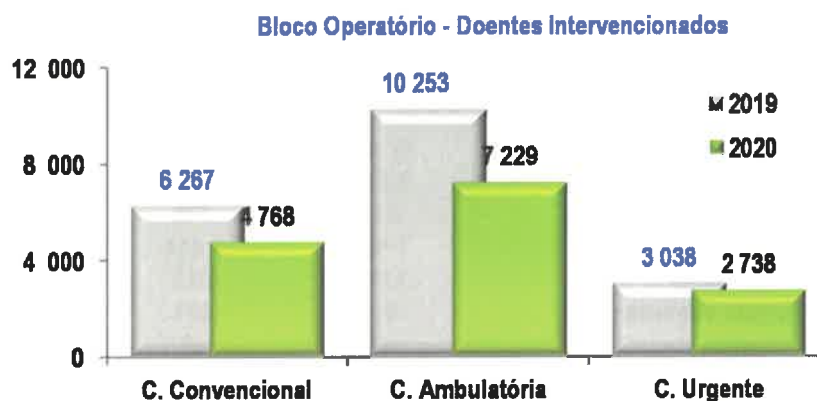
Nota: *Cirurg. Programada* = C. Convencional + C. Ambulatório

Com o início da pandemia por surto de Covid-19, no período entre março e final de abril, toda a atividade cirúrgica programada, com exceção da oncológica, foi suspensa. Em maio num cenário de pandemia em fase de alguma recuperação iniciou-se a retoma da atividade com o objetivo de resolver a lista de espera superior a 1 ano. Em novembro, com a evolução desfavorável da situação epidemiológica no País, para garantir uma melhor proteção da saúde pública e a salvaguarda da saúde e segurança da população e de forma a mitigar o contágio e a propagação da doença Covid-19, a atividade cirúrgica programada, com exceção da cirurgia oncológica, voltou a ser cancelada.

Assim sendo, em 2020, a atividade cirúrgica registou, face ao período homólogo, uma diminuição de 24,7% no total de doentes intervencionados, passando de 19.558 para 14.735 doentes.

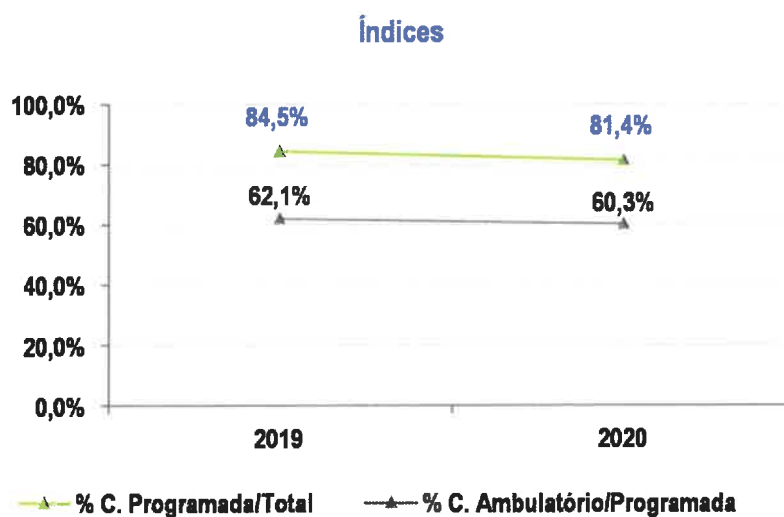
A Cirurgia de Ambulatório, registou um decréscimo de 29,5% doentes intervencionados, passando de 10.253 em 2019 para 7.229 em 2020. A Cirurgia Convencional também apresentou um decréscimo de 23,9%, passando de 6.267 em 2019 para 4.768 doentes intervencionados em 2020.

A Cirurgia Urgente apresentou uma diminuição de 9,9% passando de 3.038 em 2019 para 2.738 doentes intervencionados em 2020.



A taxa de ambulatorização, em 2020, registou 60,3%, uma diminuição de 1,8 p.p em relação a 2019 (62,1%).

A Cirurgia Programada, no ano 2020, constituiu 81,4% do movimento cirúrgico do CHLO.



MOVIMENTO CIRÚRGICO POR ESPECIALIDADES

	N.º Doentes Intervencionados		
	2019	2020	Δ%
Especialidades	19 558	14 735	-24,7%
Cirurgia Geral	3 627	3 005	-17,1%
Urgente	763	748	-2,0%
Convencional	1 823	1 314	-27,9%
Ambulatório	1 041	943	-9,4%
Cirurgia Vascular	602	481	-20,1%
Urgente	40	48	20,0%
Convencional	343	274	-20,1%
Ambulatório	219	159	-27,4%
Cirurgia Plástica	1 805	1 423	-21,2%
Urgente	206	234	13,6%
Convencional	368	307	-16,6%
Ambulatório	1 231	882	-28,4%
Cirurgia Cardiorácica	1 149	980	-14,7%
Urgente	252	184	-27,0%
Convencional	877	787	-10,3%
Ambulatório	20	9	-55,0%
Dermatologia	613	526	-14,2%
Ambulatório	613	526	-14,2%
Estomatologia	279	136	-51,3%
Ambulatório	279	136	-51,3%
Ginecologia	849	530	-37,6%
Urgente	37	28	-24,3%
Convencional	345	190	-44,9%
Ambulatório	467	312	-33,2%
Obstetrícia	977	790	-19,1%
Urgente	906	723	-20,2%
Convencional	71	67	-5,6%
Neurocirurgia	1 185	1 008	-14,9%
Urgente	388	396	2,1%
Convencional	554	402	-27,4%
Ambulatório	243	210	-13,6%
Oftalmologia	5 507	3 511	-36,2%
Urgente	2	11	450,0%
Convencional	30	11	-63,3%
Ambulatório	5 475	3 489	-36,3%
Ortopedia	1 025	888	-13,4%
Urgente	191	125	-34,6%
Convencional	648	551	-15,0%
Ambulatório	186	212	14,0%
Otorrinolaringologia	1 096	819	-25,3%
Urgente	86	111	29,1%
Convencional	674	489	-27,4%
Ambulatório	336	219	-34,8%
Urologia	844	638	-24,4%
Urgente	167	130	-22,2%
Convencional	534	376	-29,6%
Ambulatório	143	132	-7,7%

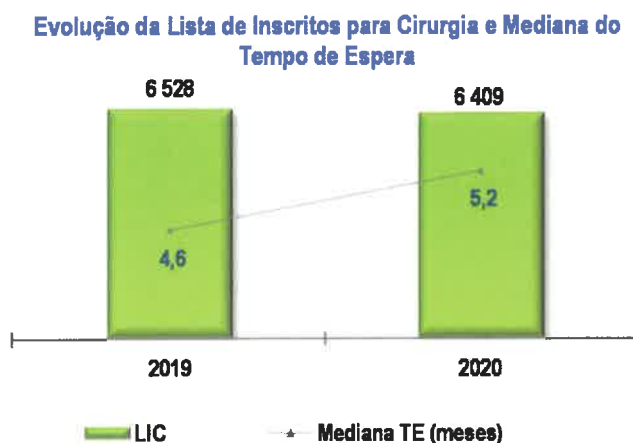
A atividade cirúrgica registou, face ao período homólogo, uma diminuição de 24,7% no total de doentes intervencionados, passando de 19.558 para 14.735 doentes. Para este comportamento referem-se os Serviços de Estomatologia -51,3% (279 para 136), Ginecologia -37,6% (849 para 530), Oftalmologia -36,2% (5.507 para 3.511), ORL -25,3% (1.096 para 819), Urologia -24,4% (844 para 638), Cirurgia Plástica -21,2% (1.805 para 1.423), Cirurgia Vascular -20,1% (602 para 481), Obstetrícia -19,1% (977 para 790), Cirurgia Geral -17,1% (3.627 para 3.005), Neurocirurgia -14,9% (1.185 para 1.008), Cirurgia Cardioracica -14,7% (1.149 para 980) e Ortopedia -13,4% (1.025 para 888).

A produção de Cirurgias de Ambulatório registou uma diminuição de 29,5% de doentes intervencionados, passando de 10.253 para 7.229. Esta evolução foi consequência das seguintes variações: Serviço de Oftalmologia (5.475 para 3.489), Cirurgia Plástica (1.231 para 882), Ginecologia (467 para 312), Estomatologia (279 para 136), ORL (336 para 219), Cirurgia Geral (1.041 para 943), Dermatologia (613 para 526) e Cirurgia Vascular (219 para 159).

A Cirurgia Convencional registou um decréscimo de 23,9% de doentes intervencionados, passando de 6.267 em 2019 para 4.768 em 2020. Para este comportamento contribuíram os Serviços de Cirurgia Geral (1.823 para 1.314), ORL (674 para 489), Urologia (534 para 376), Ginecologia (345 para 190), Neurocirurgia (554 para 402), Ortopedia (648 para 551), Cirurgia Cardioracica (877 para 787), Cirurgia Vascular (343 para 274) e Cirurgia Plástica (368 para 307).

A Cirurgia Urgente apresentou uma quebra de produção de doentes intervencionados de 9,9% (-300 doentes).

6.1.2.1. LISTA DE INSCRITOS PARA CIRURGIA E TEMPO DE ESPERA PARA CIRURGIA



O número de doentes em Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC), registou uma diminuição de 1,8% (-119 doentes), passando de 6.528 em 2019 para 6.409 doentes inscritos em 2020. A mediana de tempo de espera em 2020 registou o valor de 5,2 meses apresentando um acréscimo de 0,6 meses em relação a 2019.

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicador	2019	2020
% de utentes em Lista de inscritos para Cirurgia (LIC) dentro do TMRG	57,7%	49,0%
Mediana de tempo de espera da LIC, em meses	4,6	5,2
% de Utentes em espera para Cirurgia com Tempo Superior a 12 meses	20,5%	26,5%
% de doentes operados dentro dos TMRG	85,0%	72,3%

Apesar da diminuição verificada no número de doentes inscritos, a percentagem de utentes em LIC dentro do TMRG registou uma diminuição de 8,7 p.p., passando de 57,7% em 2019 para 49,0% em 2020. O objetivo estabelecido para 2020 foi de 73,4%. Este indicador apresentou um desvio desfavorável de 24,4 p.p. , consequência dos efeitos da pandemia a partir de março uma vez que toda a atividade assistencial não urgente foi suspensa devido à Covid-19.

LISTA DE ESPERA POR ESPECIALIDADE

Unidade Hospitalar	Especialidades	> 12 meses	≤12 meses	Total
Hospital Egas Moniz	CHLO -HEM Dermatologia	0	121	121
	CHLO -HEM Cirurgia geral II	65	240	305
	CHLO -HEM Cirurgia Plástica	67	306	373
	CHLO -HEM Cirurgia vascular	101	200	301
	CHLO -HEM Estomatologia	26	37	63
	CHLO -HEM Neurocirurgia	337	352	689
	CHLO -HEM Oftalmologia	101	1 510	1 611
	CHLO -HEM Otorrinolaringologia	191	364	555
	CHLO -HEM Urologia	74	170	244
	CHLO -HEM UtcO	58	53	111
Hospital São Francisco Xavier	CHLO -HSFX Cirurgia geral I	31	256	287
	CHLO -HSFX Ginecologia	5	177	182
	CHLO -HSFX Ortopedia	524	461	985
Hospital Santa Cruz	CHLO -HSC Cirurgia Cardiobracica	105	269	374
	CHLO -HSC Cirurgia geral III	12	196	208
Total		1 697	4 712	6 409

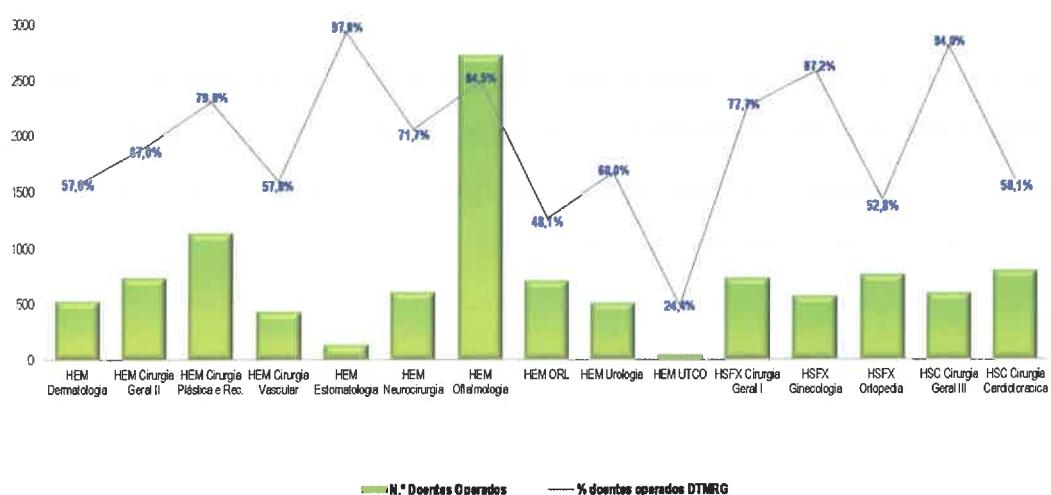
Do total de 6.409 doentes em LIC, 26,5% encontram-se com tempo de espera superior a 12 meses. As especialidades de Ortopedia, UtcObesidade, Neurocirurgia, Estomatologia e Otorrinolaringologia são as que apresentam uma maior percentagem de doentes em que a espera ultrapassa um ano. Verifica-se um desvio desfavorável de 6,0 p.p em relação a 2019 (20,5%).

DOENTES OPERADOS DENTRO DO TEMPO MÁXIMO DE RESPOSTA GARANTIDO (EM DIAS) POR NÍVEL DE PRIORIDADE

Unidade Hospitalar	Especialidade	Resol				Pediatria				Risco prioritário			Urgência Offerta			Total
		Não Oncológicos		Oncológicos		Não Oncológicos		Oncológicos		TMRG	Não Oncológicos	Oncológicos	TMRG	Não Oncológicos	Oncológicos	
		TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG							
Hospital Egas Moniz	CHLO - HEM Dermatologia	180	97,0%	60	46,3%	60	100,0%	45	89,1%	15	100,0%	100,0%	3	100,0%	100,0%	57,0%
	CHLO - HEM Cirurgia Geral II	180	56,7%	60	97,2%	60	85,0%	45	88,4%	15	97,4%	100,0%	3	75,0%	-	67,0%
	CHLO - HEM Cirurgia Plástica e Rec.	180	78,3%	60	85,7%	60	80,8%	45	90,9%	15	100,0%	57,1%	3	100,0%	-	79,0%
	CHLO - HEM Cirurgia Vascular	180	13,7%	60	-	60	42,9%	45	-	15	94,3%	-	3	88,3%	-	57,8%
	CHLO - HEM Estomatologia	180	97,7%	60	-	60	100,0%	45	-	15	-	-	3	-	-	97,8%
	CHLO - HEM Neurocirurgia	180	61,6%	60	85,2%	60	89,9%	45	100,0%	15	98,3%	100,0%	3	-	-	71,7%
	CHLO - HEM Oftalmologia	180	83,1%	60	-	60	96,3%	45	-	15	100,0%	-	3	100,0%	-	84,5%
	CHLO - HEM ORL	180	38,3%	60	-	60	72,3%	45	100,0%	15	72,2%	100,0%	3	100,0%	-	48,1%
	CHLO - HEM Urologia	180	51,6%	60	73,8%	60	73,4%	45	68,0%	15	66,7%	66,7%	3	50,0%	100,0%	60,0%
	CHLO - HEM UTGO	180	15,0%	60	-	60	-	45	-	15	-	-	3	100,0%	-	24,4%
Hospital São Francisco Xavier	CHLO - HSFX Cirurgia Geral I	180	65,5%	60	100,0%	60	82,1%	45	99,5%	15	100%	100,0%	3	84,6%	-	77,7%
	CHLO - HSFX Ginecologia	180	88,7%	60	70,0%	60	85,9%	45	93,8%	15	88,2%	100,0%	3	100,0%	-	87,2%
	CHLO - HSFX Ortopedia	180	29,1%	60	-	60	64,4%	45	-	15	83,3%	-	3	75,4%	-	52,8%
Hospital Santa Cruz	CHLO - HSC Cirurgia Geral III	180	93,8%	60	100,0%	60	97,7%	45	87,5%	15	88,9%	100,0%	3	77,8%	-	94,0%
	CHLO - HSC Cirurgia Cardiorrespir	90	58,9%	60	-	45	52,9%	45	-	15	86,3%	-	3	100,0%	-	58,1%
Total CHLO																72,3%

No que diz respeito à Percentagem de doentes operados dentro do TMRG, em 2020 o CHLO registou 72,3% apresentando um desvio de 13,0 p.p em relação à meta estabelecida (85,3%).

Percentagem de Doentes Operados dentro do TMRG



6.1.3. BLOCO DE PARTOS

O Bloco de Partos/ Urgência Obstétrica do HSFX/CHLO tem três salas de bloco dedicadas e sete salas de parto.

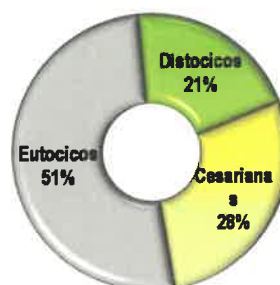
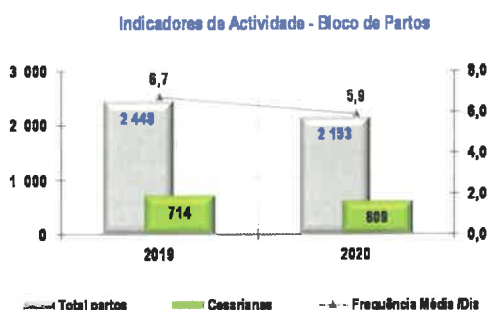
Com um número médio diário de cerca de 6 partos, o total de partos, que ascendeu a 2.153, registou um decréscimo de 12,1% em relação ao período homólogo.

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2019	2020	Δ%
Partos ocorridos	2 448	2 153	-12,1%
Eutócicos	1 238	1 104	-10,8%
Distócicos	496	440	-11,3%
Cesarianas	714	609	-14,7%
% Cesarianas	29,2%	28,3%	- 0,9 pp
Frequência Média/Dia	6,7	5,9	-12,3%

De referir que os partos Eutócicos e Distócicos apresentaram uma diminuição de 10,8% e 11,3%, respetivamente, em relação ao ano transato. As Cesarianas também tiveram uma diminuição de 14,7% em relação ao período homólogo. No entanto, em consequência do decréscimo da produção do número de partos, a taxa de cesarianas passou para 28,3% (29,2% em 2019).

Partos 2020



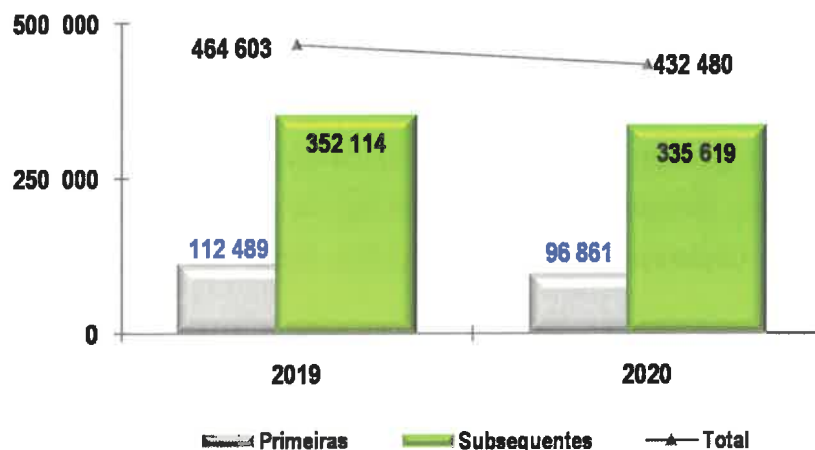
6.1.4. CONSULTA EXTERNA

A produção de Consultas externas realizadas em 2020, ascendeu 432.380 consultas, representando, face ao período homólogo, um decréscimo de 6,9%. O número de 1^{as} consultas registou um decréscimo de 13,9% e as consultas subsequentes apresentaram uma diminuição de 4,7%.conforme já referido anteriormente, com o início da pandemia, em março de 2020, toda a atividade assistencial não urgente foi suspensa. As consultas externas mantiveram fisicamente as que clinicamente fossem inadiáveis e as restantes foram efetivadas de modo não presencial (telefone, Skipe...) ou adiadas para uma data oportuna. Em maio de 2020, num cenário de pandemia em fase de alguma recuperação e numa tentativa de retoma da atividade, iniciou-se o agendamento presencial das primeiras consultas privilegiando dentro destas o CTH com maior tempo de espera (Oftalmologia, Ortopedia, Cirurgia Vascular, Neurocirurgia e Dermatologia) e no caso das consultas subsequentes procurou-se manter a cultura da teleconsulta e/ou consulta telefónica, a não ser em caso de necessidade expressa da presença do doente.

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2019	2020	Δ%
Consultas Externas	464 603	432 480	-6,9%
Primeiras	112 489	96 861	-13,9%
Subsequentes	352 114	335 619	-4,7%
<i>% Primeiras/Total</i>	<i>24,2%</i>	<i>22,4%</i>	<i>-1,8 pp</i>

Movimento das Consultas Externas



PRODUÇÃO DA CONSULTA EXTERNA POR ESPECIALIDADE

Especialidades	2019	2020	Δ%	Especialidades	2019	2020	Δ%
Anestesiologia	11 352	9 081	-20,0%	Medicina Paliativa	409	464	13,4%
C. Plást e Reconstructiva	10 158	8 434	-17,0%	MFR	8 437	6 589	-21,9%
Cardiologia	35 636	36 677	2,9%	Nefrologia	21 073	19 108	-9,3%
Cardiologia Pediátrica	8 320	8 875	6,7%	Neurocirurgia	12 029	13 453	11,8%
Cirurgia Cardiotorácica	5 224	4 116	-21,2%	Neurologia	15 636	14 080	-10,0%
Cirurgia Geral	24 861	20 013	-19,5%	Neurorradiologia	67	112	67,2%
Cirurgia Vascular	6 650	4 251	-36,1%	Obstetrícia	9 176	8 308	-9,5%
Dermatologia	12 071	12 289	1,8%	Oftalmologia	28 859	21 666	-24,9%
Endocrinologia	19 250	17 713	-8,0%	Oncologia Médica	26 430	25 599	-3,1%
Estomatologia	9 591	2 494	-74,0%	Ortopedia	17 019	17 293	1,6%
Gastroenterologia	8 396	7 738	-7,8%	Otorrinolaringologia	23 716	19 398	-18,2%
Genética Médica	431	48	-88,9%	Patologia Clínica	17 437	12 944	-25,8%
Ginecologia	6 321	5 117	-19,0%	Pediatria	11 516	12 874	11,8%
Hematologia	9 093	8 495	-6,6%	Pedopsiquiatria	9 590	10 647	11,0%
Hospitalização domiciliária		5 866		Pneumologia	12 310	13 153	6,8%
Imunoalergologia	4 332	3 173	-26,8%	Psiquiatria	15 776	16 890	7,1%
Imuno-hemoterapia	5 208	4 871	-6,5%	Reumatologia	15 226	15 979	4,9%
Infecciologia	12 070	11 758	-2,6%	Saude Ocupacional	1 165	9 033	675,4%
Medicina	20 862	16 120	-22,7%	Urologia	8 854	7 738	-12,6%
Medicina Nuclear	52	23	-55,8%				
Total Geral					464 603	432 480	-6,9%

Na evolução do número de consultas por especialidade, face ao período homólogo, salienta-se o aumento das consultas de Pediatria e Neurocirurgia (11,8%), Pedopsiquiatria (11,0%), Psiquiatria (7,1%), Pneumologia (6,8%), Cardiologia Pediátrica (6,7%) e Reumatologia (4,9%).

Em relação ao ano transato, as principais variações negativas verificaram-se nas especialidades de Estomatologia (74,0%), Cirurgia Vascular (36,1%), Imunoalergologia (26,8%), Patologia Clínica (25,8%), Oftalmologia (24,9%), Medicina (22,7%), MFR (21,9%), Cir Cardioracica (21,2%), Anestesia (20,0%), Cirurgia Geral (19,5%), Ginecologia (19,0%), ORL (18,2%), Cirurgia Plástica (17,0%), Urologia (12,6%), Neurologia (10,0%), Obstetrícia (9,5%), Nefrologia (9,3%), Endocrinologia (8,0%) e Gastroenterologia (7,8%).

6.1.4.1. LISTA DE ESPERA PARA CONSULTA (LEC) E CONSULTA A TEMPO E HORAS (CTH)

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicador	2019	2020
Nº de Consultas Via CTH	32 738	29 673
% de utentes em Lista de Espera para a Consulta (LEC) dentro do TMRG	35,0%	44,9%
% de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG)	62,6%	50,8%
% de primeiras consultas médicas (CTH) no total de primeiras consultas médicas	29,1%	30,6%

LISTA DE ESPERA PARA CONSULTA

Especialidades	LEC		Δ%	Dentro do TMRG		Δ%	Fora do TMRG		% de utentes em LEC dentro do TMRG	
	2019	2020		2019	2020		2019	2020	2019	2020
Anestesiologia	1 292	1 284	-0,6%	833	855	2,6%	459	429	64,5%	66,6%
Cardiologia	1 493	730	-51,1%	120	217	80,8%	1 373	513	8,0%	29,7%
Cardiologia Pediátrica	277	259	-6,5%	188	206	9,6%	89	53	67,9%	79,5%
Cirurgia Cardioracica	23	57	147,8%	23	41	78,3%	0	16	100,0%	71,9%
Cirurgia Geral	875	533	-39,1%	680	320	-52,9%	195	213	77,7%	60,0%
Cirurgia Obesidade	60	47	-21,7%	24	25	4,2%	36	22	40,0%	53,2%
Cirurgia Plástica Rec.	568	147	-74,1%	413	84	-79,7%	155	63	72,7%	57,1%
Cirurgia Vascular	1 955	1 338	-31,6%	122	412	237,7%	1 833	926	6,2%	30,8%
CR Epilepsia Refractária	24	4	-83,3%	8	3	-62,5%	16	1	33,3%	75,0%
Dermatologia	4 485	569	-87,3%	894	387	-56,7%	3 591	182	19,9%	68,0%
Endocrinologia	812	312	-61,6%	623	263	-57,8%	189	49	76,7%	84,3%
Estomatologia	245	660	169,4%	212	490	131,1%	33	170	86,5%	74,2%
Gastroenterologia	969	702	-27,6%	411	379	-7,8%	558	323	42,4%	54,0%
Genética Médica	37	84	127,0%	26	24	-7,7%	11	60	70,3%	28,6%
Ginecologia	794	708	-10,8%	444	386	-13,1%	350	322	55,9%	54,5%
Hematologia Clínica	130	219	68,5%	104	209	101,0%	26	10	80,0%	95,4%
Imunopatologia	345	290	-15,9%	277	151	-45,5%	68	139	80,3%	52,1%
Imunohemoterapia	145	184	26,9%	70	108	54,3%	75	76	48,3%	58,7%
Infeccologia	314	221	-29,6%	238	181	-23,9%	76	40	75,8%	81,9%
Medicina Interna	405	481	18,8%	219	195	-11,0%	186	286	54,1%	40,5%
MFR	472	151	-68,0%	364	151	-58,5%	108	0	77,1%	100,0%
Medicina Paliativa	26	22	-15,4%	21	14	-33,3%	5	8	80,8%	63,6%
Medicina Nuclear	5	13	160,0%	5	10	100,0%	0	3	100,0%	76,9%
Medicina Trabalho	0	7			4		0	3		57,1%
Nefrologia	321	177	-44,9%	269	136	-49,4%	52	41	83,8%	76,8%
Neurocirurgia	3 733	2 239	-40,0%	1 309	1 134	-13,4%	2 424	1 105	35,1%	50,6%
Neurologia	1 813	584	-67,8%	665	428	-35,6%	1 148	156	36,7%	73,3%
Neuroradiologia	6	10	66,7%	1	2	100,0%	5	8	16,7%	20,0%
Obstetricia	459	285	-37,9%	349	230	-34,1%	110	55	76,0%	80,7%
Oftalmologia	8 789	5 666	-35,5%	2 021	1 481	-26,7%	6 768	4 185	23,0%	26,1%
Oncologia Médica	38	10	-73,7%	26	10	-61,5%	12	0	68,4%	100,0%
ORL	1 903	705	-63,0%	1 387	326	-76,5%	516	379	72,9%	46,2%
Ortopedia	3 432	921	-73,2%	781	409	-47,6%	2 651	512	22,8%	44,4%
Pediatria	678	463	-31,7%	504	282	-44,0%	174	181	74,3%	60,9%
Pedopsiquiatria	143	85	-40,6%	127	78	-38,6%	16	7	88,8%	91,8%
Pneumologia	2 199	1 323	-39,8%	470	335	-28,7%	1 729	988	21,4%	25,3%
Psiquiatria	556	576	3,6%	260	192	-26,2%	296	384	46,8%	33,3%
Reumatologia	1 608	713	-55,7%	358	354	-1,1%	1 250	359	22,3%	49,6%
Urologia	1 019	1 015	-0,4%	213	555	160,6%	806	460	20,9%	54,7%
Nutrição	1 168	923	-21,0%	242	256	5,8%	926	667	20,7%	27,7%
Psicologia	652	807	23,8%	205	161	-21,5%	447	646	31,4%	20,0%
Outras	84	93	10,7%	31	9	-71,0%	53	84	36,9%	9,7%
Não medicas	24	33	37,5%		12		24	21	0,0%	36,4%
Total Geral	44 376	25 650	-42,2%	15 537	11 505	-26,0%	28 839	14 145	35,0%	44,9%

A Lista de Espera para Consulta (LEC) com 25.650 doentes registou, em 2020, uma diminuição de 42,2% face a 2019. Tendo em consideração o total de doentes em LEC, são as especialidades de Oftalmologia com 22%, de Neurocirurgia com 8,7% , Pneumologia e Cirurgia Vascular com 5,2% que representam o maior de número de utentes. Comparativamente ao ano de 2019, foram as especialidades de Dermatologia (-3.916), Oftalmologia (-3.123) e Ortopedia (-2.511) as especialidades que mais contribuíram para decréscimo de doentes em Lista de espera em 2020. A percentagem de utentes em LEC dentro do TMRG

foi na ordem de 45%, verificando-se um desvio favorável de cerca de 10 p.p em relação ao período homólogo.

N.º DE PEDIDOS EFECTUADOS PELO CTH VS CONSULTAS REALIZADAS

Especialidades	N.º de pedidos CTH		Δ%	Consultas Realizadas		Δ%	% Consultas realizadas dentro do TMRG	
	2019	2020		2019	2020		2019	2020
Anestesiologia	134	102	-23,9%	104	75	-27,9%	98,1%	100,0%
Cardiologia	1 833	1 285	-29,9%	1 122	1 031	-8,1%	7,5%	10,3%
Cardiologia Pediátrica	217	168	-22,6%	152	121	-20,4%	73,0%	73,6%
Cirurgia Geral	2 742	1 703	-37,9%	2 167	1 501	-30,7%	89,7%	93,0%
Cirurgia Obesidade	326	105	-67,8%	242	78	-67,8%	73,1%	64,1%
Cirurgia Plástica Rec.	1 450	763	-47,4%	976	759	-22,2%	94,2%	84,1%
Cirurgia Vascular	1 582	1 053	-33,4%	1 064	916	-13,9%	10,7%	1,6%
Dermatologia	2 896	1 592	-45,0%	1 654	3 368	103,6%	42,9%	23,6%
Dermatologia-Rastreio Dermatológico	816	479	-41,3%	825	188	-77,2%	50,9%	100,0%
Endocrinologia	2 171	1 559	-28,2%	1 511	1 223	-19,1%	89,1%	86,8%
Estomatologia	2 891	1 405	-51,4%	1 840	569	-69,1%	99,7%	90,0%
Gastroenterologia	1 198	834	-30,4%	720	447	-37,9%	43,9%	50,8%
Genética Médica		1		0	0			
Ginecologia	1 746	1 190	-31,8%	1 011	864	-14,5%	73,8%	45,6%
Hematologia Clínica	648	820	26,5%	367	288	-21,5%	98,6%	86,8%
Imunologia	896	632	-29,5%	665	580	-12,8%	90,2%	87,9%
Infectologia	170	130	-23,5%	98	72	-26,5%	95,9%	95,8%
Medicina Interna	617	483	-21,7%	459	290	-36,8%	93,5%	94,5%
MFR	207	146	-29,5%	153	117	-23,5%	99,3%	98,3%
Nefrologia	644	432	-32,9%	405	269	-33,6%	97,5%	100,0%
Neurocirurgia	3 837	2 815	-26,6%	1 953	2 882	47,6%	23,3%	10,5%
Neurologia	1 448	966	-33,3%	1 094	743	-32,1%	74,3%	81,7%
Obstetrícia	3 608	3 147	-12,8%	2 525	2 288	-9,4%	99,2%	99,6%
Oftalmologia	6 448	3 272	-49,3%	3 321	3 082	-7,2%	11,4%	5,4%
Oncologia Médica	75	68	-9,3%	61	41	-32,8%	100,0%	97,6%
ORL	4 036	2 156	-46,6%	2 778	2 192	-21,1%	99,2%	96,2%
Otorrinolaringologia	1 762	1 012	-42,6%	1 346	2 127	58,0%	6,5%	25,3%
Pediatria	1 046	767	-26,7%	759	615	-19,0%	95,7%	95,8%
Pedopsiquiatria	439	304	-30,8%	275	254	-7,6%	97,1%	96,5%
Pneumologia	1 120	676	-39,6%	633	477	-24,6%	52,9%	50,7%
Psiquiatria	1 003	679	-32,3%	379	300	-20,8%	85,5%	87,3%
Reumatologia	1 729	1 042	-39,7%	959	1 272	32,6%	25,0%	41,5%
Urologia	1 797	1 125	-37,4%	1 120	644	-42,5%	61,7%	19,3%
Total Geral	51 532	32 911	-36,1%	32 738	29 673	-9,4%	62,6%	50,8%

Do total de 96.861 primeiras consultas realizadas no CHLO em 2020, 29.673 (30,6%) entraram pela plataforma da Consulta a Tempo e Horas (CTH) – referência eletrónica pelos cuidados de saúde primários através do sistema de acesso à primeira consulta de especialidade hospitalar- e registaram um decréscimo de 9,4% em relação a 2019 (32.738).

As restantes primeiras consultas têm referenciação interna (outras especialidades, urgências, ou outros hospitais), criando uma referência no SIH (Sistema de Informação Hospitalar).

O número de pedidos realizados eletronicamente pelo CTH, registou uma diminuição de 36,1% face ao realizado em 2019.

As especialidades de Oftalmologia, Obstetrícia, Neurocirurgia e ORL são as que apresentam o maior número de pedidos em 2020, representando cerca de 35% dos pedidos.

Relativamente ao acesso ao CHLO e no que respeita ao indicador “% de consultas realizadas dentro dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG)”, o valor registado para 2020 foi de 50,8%, registando um decréscimo de 11,8 p.p. do que o registado em 2019 (62,6%) e um desvio desfavorável de 24,7 p.p em relação à meta estabelecida para o ano de 2020 (75,5%).

Destacam-se as especialidades com maior peso de consultas realizadas dentro do TMRG: a Anestesiologia (100%), Dermatologia-Rastreio Dermatológico (100%), Nefrologia (100%), Obstetrícia (99,6%), MFR (98,3%), Oncologia (97,6%), Pedopsiquiatria (96,5%) e ORL (96,2%).

6.1.5. URGÊNCIA

O total de doentes entrados nos Serviços de Urgência registou um decréscimo de 30,9% em relação ao período homólogo, passando de 162.934 para 112.615 doentes entrados, com uma média de 336 doentes atendimentos diariamente (cerca de 471 em 2019). Esta redução significativa da afluência às urgências é justificada, principalmente, pelo receio de contágio covid-19, pela diminuição de incidência de certas doenças devido ao confinamento e às regras de distanciamento social e também pela consciência de não sobrecarregar os serviços de urgência de forma a não esgotar a capacidade do hospital na resposta ao tratamento dos doentes infetados com covid-19.

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2019	2020	Δ%		2019	2020	Δ%
Doentes Entrados				% Doentes Internados			
Urgência Geral	104 873	76 847	-26,7%	Urgência Geral	8,6%	10,6%	2,0 pp
Pediátrica	33 137	18 068	-45,5%	Pediátrica	1,9%	1,8%	- 0,1 pp
Obstétrica/Ginecológica	15 557	11 830	-24,0%	Obstétrica/Ginecológica	16,1%	17,6%	1,5 pp
Oftalmologia	9 367	5 870	-37,3%	Oftalmologia	0,2%	0,3%	0,1 pp
Doentes Internados				Frequência Média / Dia			
Urgência Geral	9 022	8 122	-10,0%	Urgência Geral	287	210	-26,9%
Pediátrica	624	320	-48,7%	Pediátrica	91	49	-45,6%
Obstétrica/Ginecológica	2 508	2 085	-16,9%	Obstétrica/Ginecológica	43	32	-24,2%
Oftalmologia	21	16	-23,8%	Oftalmologia	36	23	-37,3%
TOTAL GERAL D. ENTRADOS	162 934	112 615	-30,9%				
<i>Freq. Média / Dia</i>	<i>457,2</i>	<i>314,5</i>	<i>-31,2%</i>				
<i>Doentes Internados</i>	<i>12 175</i>	<i>10 543</i>	<i>-13,4%</i>				
<i>% Doentes Internados</i>	<i>7,5%</i>	<i>9,4%</i>	<i>1,9 pp</i>				

Urgência Geral

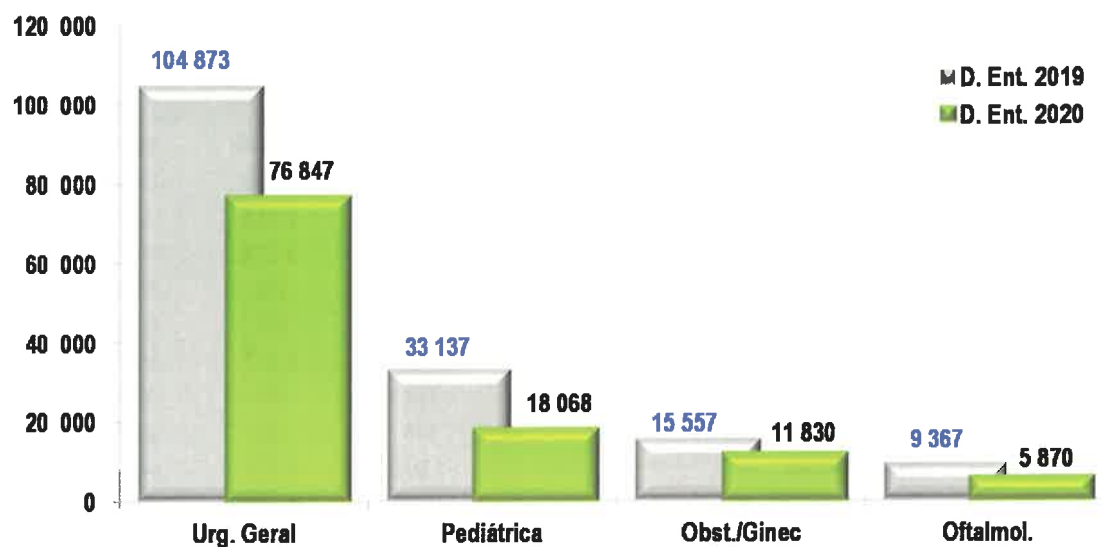
No âmbito da Urgência Geral, o número total de doentes entrados foi de 76.847 o que representou um decréscimo de 26,7% em relação ao ano anterior. O número de doentes internados foi de 8.122, registando uma percentagem de internamento de 10,6%.

De referir que a Urgência de ORL, a partir de junho de 2020, passou a funcionar integrada na Urgência Geral.

Urgência Oftalmológica

Na Urgência Oftalmológica foram atendidos 5.870 doentes, verificando-se um decréscimo de 37,3% relativamente ao ano anterior. Foram atendidos nesta Urgência em média 23 doentes por dia.

Doentes Entrados na Urgência



Urgência Pediátrica

A Urgência Pediátrica funciona diariamente entre as 09.00h e as 22.00h. Após este período, colabora com a urgência do Hospital Dona Estefânia.

Durante o ano de 2020, foram observadas 18.068 crianças representando um decréscimo de 45,5%, face ao período homólogo. A taxa de internamento de 1,8% e um afluxo médio diário de 49 crianças (91 em 2019).

Urgência Obstétrica/Ginecológica

O número de doentes observadas foi de 11.830, tendo-se verificado uma diminuição de 24,0% em relação ao ano anterior. A frequência média diária foi de 32 urgências.

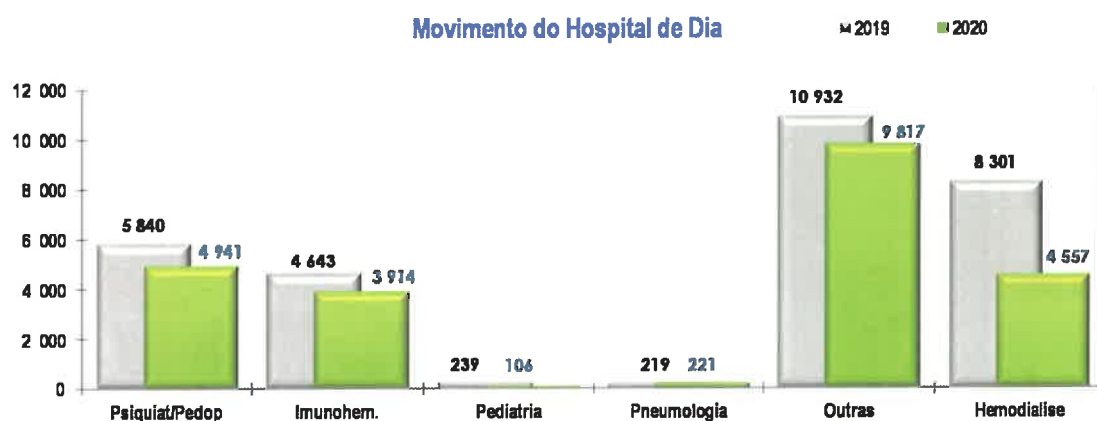
6.1.6. HOSPITAL DE DIA

HOSPITAL DE DIA

	2019	2020	Δ%
Sessões (não inclui diálise e quimio)	22 245	19 340	-13,1%
Psiquiatria	3 578	2 808	-21,5%
Pedopsiquiatria	2 262	2 133	-5,7%
Imunohemoterapia	4 643	3 914	-15,7%
Pediatria	239	106	-55,6%
Pneumologia	219	221	0,9%
Outras	10 932	9 817	-10,2%
<i>Cardiologia</i>	<i>151</i>	<i>98</i>	<i>-35,1%</i>
<i>Cardiologia Pediátrica</i>	<i>145</i>	<i>149</i>	<i>2,8%</i>
<i>Espec Médicas</i>	<i>1 547</i>	<i>1 475</i>	<i>-4,7%</i>
<i>Gastroenterologia</i>	<i>1 153</i>	<i>1 245</i>	<i>8,0%</i>
<i>Reumatologia</i>	<i>767</i>	<i>682</i>	<i>-11,1%</i>
<i>Neurologia</i>	<i>1 140</i>	<i>1 083</i>	<i>-5,0%</i>
<i>Oncologia (Sessões que não geram GDH Médicos de Ambulatório)</i>	<i>4 990</i>	<i>4 178</i>	<i>-16,3%</i>
<i>Cirurgia Geral</i>	<i>23</i>	<i>0</i>	<i>-100,0%</i>
<i>Anestesia/Dor</i>	<i>5</i>	<i>0</i>	<i>-100,0%</i>
<i>Estudos Clínicos</i>	<i>223</i>	<i>85</i>	<i>-61,9%</i>
<i>Hematologia</i>	<i>697</i>	<i>659</i>	<i>-5,5%</i>
<i>Imunoalergologia</i>	<i>91</i>	<i>163</i>	<i>79,1%</i>
Infecciologia	372	341	-8,3%
Hemodiálise	8 301	4 557	-45,1%

O total de sessões em Hospital de Dia apresentou a Dezembro 2020 uma diminuição de 13,1% em relação ao período homólogo. De referir os principais decréscimos verificados nas sessões de hospital de dia de Psiquiatria (21,5%), Oncologia (não geram gdh med ambulatório) (16,3%), Imunohemoterapia (15,7%), Estudos Clínicos (61,9%), Pediatria (55,6%), Reumatologia (11,1%), Pedopsiquiatria (5,7%), Neurologia (5,0%) e Especialidades médicas (4,7%).

O número de sessões de Hemodiálise realizadas em 2020 ascendeu a 4.557, apresentando uma diminuição de produção de 45,1% em relação ao período homólogo.



6.1.7. GDH'S MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

Os GDH's Médicos de Ambulatório, no global, apresentaram, face ao período homólogo, uma diminuição de produção de 13,1%.

Em termos homólogos, os GDH's de Oncologia/quimioterapia registaram um decréscimo de 7,2% e a produção de GDH's de outra atividade, apresentou uma diminuição de 29,0%.

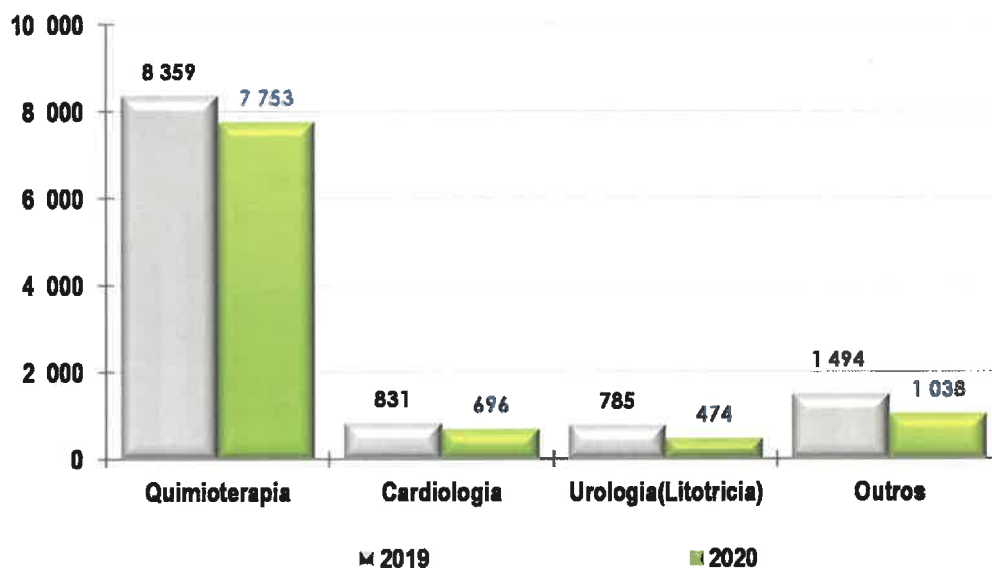
GDH MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

	2019*	2020**	Δ%
TOTAL	11 469	9 961	-13,1%
Quimioterapia	8 359	7 753	-7,2%
Outros	3 110	2 208	-29,0%
Cardiologia	831	696	-16,2%
Urologia(Litotricia)	785	474	-39,6%
Outros	1 494	1 038	-30,5%

* N.º GDHs de 2019 atualizados

** Valor estimado

GDH Médicos Ambulatório



6.1.8. MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

EXAMES PRINCIPAIS

MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

Especialidades	2019	2020	Δ%
Imagiologia			
Radiologia Convencional	150 705	110 684	-26,6%
TAC Corpo	56 744	42 838	-24,5%
RM Corpo	5 850	5 174	-11,6%
Ecografia	26 583	20 736	-22,0%
Ecodopler	1 603	2 032	26,8%
Mamografia	2 212	1 779	-19,6%
Neurorradiologia	13 219	12 962	-1,9%
TAC	7 155	6 974	-2,5%
Angiografia	1 112	1 298	16,7%
RM	4 952	4 690	-5,3%
Patologia Clínica (análises)	3 225 928	2 966 015	-8,1%
Anatomia Patológica	33 064	28 822	-12,8%
Imuno Hemoterapia			
Testes Laboratoriais	297 676	265 143	-10,9%
Unidades transfundidas	10 893	9 792	-10,1%
Medicina Física e Reabilitação	240 560	209 236	-13,0%
Técnicas Gastroenterológicas	12 620	7 763	-38,5%
Técnicas Pneumológicas	10 649	6 674	-37,3%
Técnicas Cardiológicas	61 905	56 033	-9,5%
Obstetrícia/Ginecologia	8 261	7 255	-12,2%
Medicina Nuclear	3 974	2 813	-29,2%
Técnicas Neurológicas	3 013	2 144	-28,8%
Técnicas Oftalmológicas	39 017	27 102	-30,5%
Técnicas de ORL	10 128	6 154	-39,2%
Técnicas Urológicas	6 367	4 246	-33,3%
Técnicas Reumatologia	7 744	5 498	-29,0%
Técnicas de Dermatologia	3 185	2 477	-22,2%

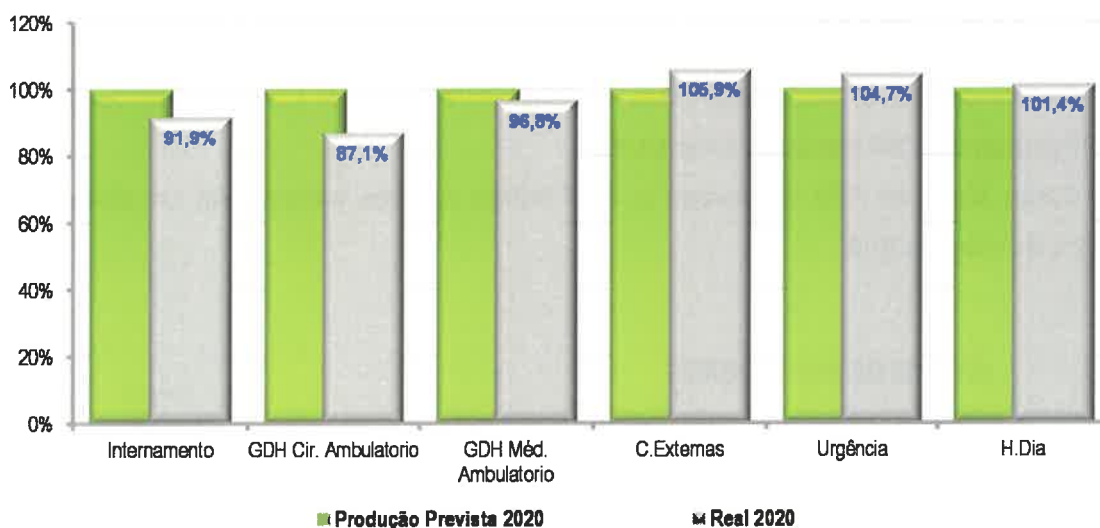
* Produção de 2019 atualizada

Nos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica destacam-se os decréscimos verificados em:

- Técnicas Oftalmologia (-30,5%);
- Exames de Imagiologia, nomeadamente Radiologia Convencional (-26,6%) e TAC Corpo (-24,5%) e Ecografia (-22.0%);
- Imunohemoterapia (testes laboratorias (-10,9%));
- MFR (-13,0%).
- Patologia Clinica (análises clinicas) (-8,1%).

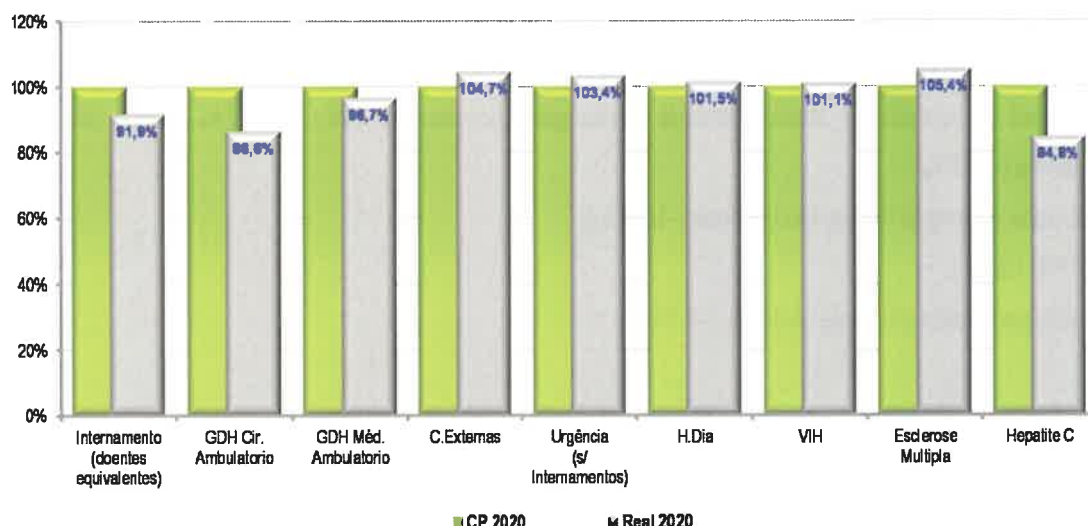
6.2. TAXA DE EXECUÇÃO

No que diz respeito aos objetivos fixados para o ano 2020 e à sua realização, da análise às principais linhas de produção do CHLO, verificou-se que a produção apresentou uma taxa de execução de 105,9 % nas Consultas Externas, 104,7% nas Urgências, 101,4% no Hospital de dia, 96,8% nos Gdh's Médicos de ambulatório, 91,9% no Internamento e 87,1% Gdh's cirúrgicos ambulatório.



Em relação ao previsto no âmbito do Contrato Programa e também analisando as principais linhas de produção verificou-se que a Esclerose Múltipla, Consultas Externas, Urgências, Hospital de dia e VIH superaram, o objetivo proposto para o ano de 2020, em 5,4%, 4,7%, 3,4%, 1,5% e 1,1% respetivamente.

Nos Gdh's médicos de ambulatório a taxa de execução foi de 96,7% , enquanto que o Internamento, Gdh's cirúrgicos de ambulatório e Hepatite C executaram, respetivamente, 91,9%, 86,6% e 84,8%.



6.3. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

6.3.1. ANÁLISE ECONÓMICA

No exercício de 2020, os Rendimentos Totais registaram um acréscimo de 4,3%, passando de 229,2 em 2019 para cerca de 239 milhões de euros em 2020.

Os Gastos Totais, em 2020, ascenderam os 287,7 milhões de euros, representando um acréscimo de 12,2% em relação a 2019.

SÍNTESE DE INDICADORES

SITUAÇÃO ECONÓMICA	(euros)		
	2019	2020	Δ%
Rendimentos Totais	229 168 338	238 954 763	4,3%
Gastos Totais	256 547 950	287 745 712	12,2%
Gastos Operacionais	256 529 479	287 734 791	12,2%
EBITDA	-20 240 162	-40 081 228	-98,0%
Resultados Operacionais	-27 614 836	-48 837 156	-76,9%
Resultado Líquido	-27 410 753	-48 819 747	-78,1%

Em termos de grandes agregados, a evolução ocorrida ao nível dos rendimentos sintetiza-se no quadro seguinte:

RENDIMENTOS

(euros)			
Rubrica	2019	2020	Δ%
Impostos Taxas e Contribuições	3 527 247	2 589 666	-26,6%
Prestação de Serviços	190 037 153	175 351 891	-7,7%
Transferências e subsídios correntes obtidos	31 007 424	58 367 879	88,2%
Reversões	1 643 922	35 146	-97,9%
Outros rendimentos e ganhos	2 952 592	2 610 181	-11,6%
RENDIMENTOS TOTAIS	229 168 338	238 954 763	4,3%

Os Rendimentos totais em 2020 ascenderam a cerca de 239 milhões de euros e registaram um acréscimo de 4,3% face a 2019. Esse acréscimo resulta, fundamentalmente pelo acréscimo da verba de custos de contexto (que passou de 30,4 milhões de euros em 2019 para 57,2 milhões de euros em 2020), que se encontram registados na rubrica Transferências e subsídios correntes obtidos.

Tendo em consideração a Adenda AM 2020 o grau de cumprimento do Contrato Programa situou-se em 95,4%. As principais linhas de produção e indicadores de desempenho assistencial apresentam uma redução significativa provocada, conforme anteriormente já referido, pela Pandemia COVID-19.

No que se refere à evolução dos Gastos, o quadro seguinte evidencia a evolução síntese dos diversos agregados:

GASTOS

(euros)			
Rubrica	2019	2020	Δ%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	88 259 914	97 286 654	10,2%
Fornecimentos e serviços externos	32 977 861	40 784 897	23,7%
Gastos com o pessoal	127 595 267	138 789 225	8,8%
Gastos de depreciação e de amortização	7 374 673	8 755 928	18,7%
Perdas por imparidade	12 865	8 252	-35,9%
Perdas por redução de justo valor	0	29 557	-
Provisões do período	0	1 493 156	-
Outros gastos e perdas	304 919	586 815	92,4%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	22 450	11 229	-50,0%
GASTOS OPERACIONAIS	256 529 479	287 734 791	12,2%
GASTOS TOTAIS	256 547 950	287 745 712	12,2%

Os Gastos Operacionais totalizaram 287,7 milhões de euros e registaram um aumento de 12,2% face ao exercício anterior.

A evolução dos Gastos de Depreciação e Amortização registaram um aumento de 18,7 % e passaram de 7,4 para 8,8 milhões de euros.

A conjugação dos Rendimentos e Gastos conduz aos seguintes agregados de resultados:

RESULTADOS

	2019	2020	(euros) Δ%
Resultados antes de depreciação e gastos de financiamento (EBITDA)	-20 240 162	-40 081 228	-98,0%
Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento)	-27 614 836	-48 837 156	-76,9%
Imposto sobre o Rendimento	31 142	28 798	-7,5%
Resultado Líquido do Período	-27 410 753	-48 819 747	-78,1%

Face aos Gastos e Rendimentos realizados no exercício, o EBITDA em 2020 de 40,1 milhões de euros negativos apresenta uma evolução desfavorável em relação a 2019 (20,2 milhões de euros negativos). O Resultado Operacional e o Resultado líquido na ordem de 48,8 milhões de euros negativos, apresentam também, uma evolução desfavorável face ao exercício anterior.

Análise dos principais agregados de custos:

CONSUMOS

	2019	2020	(euros) Δ%
Produtos Farmacêuticos	54 360 424	56 942 125	4,7%
Material Consumo Clínico	32 484 882	38 658 404	19,0%
Material Consumo Hoteleiro	658 385	764 773	16,2%
Material Consumo Administrativo	406 556	353 809	-13,0%
Material Manutenção Conserv.	322 635	533 826	65,5%
Alimentação - géneros para confeccionar	27 033	33 403	23,6%
TOTAL	88 259 914	97 286 654	10,2%

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas ascendeu a 97,3 milhões de euros, registando um acréscimo de 10,2% em relação a 2019. Este aumento é essencialmente motivado pelos gastos

incorridos com Produtos Farmacêuticos e do Material de Consumo Clínico, que registaram um aumento de 4,7% e 19,0% respetivamente.

Do total de matérias consumidas, a rubrica Produtos Farmacêuticos representa 59% e o Material de Consumo Clínico representa 40%.

CONSUMOS - PRODUTOS FARMACÊUTICOS

(euros)			
Rubrica	2019	2020	Δ%
Medicamentos	49 872 131	49 861 837	0,0%
Reagentes e Produtos Diagnóstico	4 456 548	6 935 502	55,6%
Outros Produtos Farmacêuticos	31 745	144 787	356,1%
TOTAL	54 360 424	56 942 125	4,7%

O consumo de Produtos farmacêuticos apresentou um acréscimo 4,7% ascendendo a 56,9 milhões de euros. Este acréscimo deve-se principalmente aos gastos ocorridos com o consumo de reagentes, consequência da atividade de maior intensidade na área da Patologia Clínica face à pandemia instalada e também em consequência do alargamento da dispensa de medicamentos em ambulatório, dispensa essa reforçada tendo em consideração o período de restrição no acesso presencial do utente à unidade hospitalar. De referir ainda a continua introdução de medicamentos inovadores respeitante ao tratamento a doentes oncológicos que registaram aumentos de 13,4%, face ao período homólogo, passando de 13,9 para 15,7 milhões de euros.

CONSUMOS - MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO

(euros)			
Rubrica	2019	2020	Δ%
Mat. Cons. Clínico - de Penso	408 617	378 251	-7,4%
Mat. Cons. Clínico - Artigos Cir.	2 142 055	2 101 186	-1,9%
Mat. Cons. Clínico - de Tratam.	13 469 878	11 938 909	-11,4%
Mat. Cons. Clínico - de Electrom.	230 318	237 210	3,0%
Mat. Cons. Clínico - de Laboratór.	526 028	829 741	57,7%
Mat. Cons. Clínico - Próteses	11 220 953	11 332 978	1,0%
Mat. Cons. Clínico - Osteosintese	1 378 940	1 081 458	-21,6%
Mat. Cons. Clínico - Outro M.C.	3 108 092	10 758 673	246,2%
TOTAL	32 484 882	38 658 404	19,0%

O Material de Consumo Clínico apresentou um registo de aumento de 19,0% em relação ao período homólogo. Este aumento foi fundamentalmente consequência da despesa acrescida de material de consumo para fazer face às necessidades de higiene e segurança na conjuntura pandémica Covid-19.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(euro s)			
Rubrica	2019	2020	Δ%
Subcontratos e Concessões de serviços	7 530 439	9 631 811	27,9%
Serviços Especializados	16 617 938	20 234 636	21,8%
Materiais de Consumo	10 221	11 554	13,0%
Energia e Fluidos	3 528 959	3 364 179	-4,7%
Deslocações, Estadas e Transporte	1 077 958	763 153	-29,2%
Serviços Diversos	4 212 347	6 779 565	60,9%
TOTAL	32 977 861	40 784 897	23,7%

Representando 14% dos Gastos Totais, os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um acréscimo de 23,7%, passando de 33,0 para 40,8 milhões de euros. A evolução homóloga desfavorável da despesa com recurso ao exterior é, fundamentalmente, reflexo dos aumentos de 21,8% nos Serviços especializados, 27,9% nos Subcontratos e concessões de serviços e de 60,9% nos Serviços diversos.

SUBCONTRATOS E CONCESSÕES DE SERVIÇOS

(euros)

Rubrica	2019	2020	Δ%
Meios complementares de diagnóstico	2 330 054	2 286 587	-1,9%
Patologia clínica	556 749	689 904	23,9%
Anatomia patológica	28 372	20 787	-26,7%
Imagiologia	753 307	814 100	8,1%
Radiologia Convencional	960	0	-100,0%
Tomografia Axial Computorizada	140 895	266 096	88,9%
Ecografia	91 852	85 987	-6,4%
Ressonância Magnética	472 061	441 067	-6,6%
Mamografia	0	0	-
Outros	47 538	20 950	-55,9%
Cardiologia	90	0	-100,0%
Medicina nuclear	387 055	274 758	-29,0%
Gastrenterologia	85 699	43 987	-48,7%
Pneumologia/Imunoalergologia	16 197	808	-95,0%
Outros Meios de Diagnóstico	502 585	442 243	-12,0%
Otorrinolaringologia	56	42	-25,0%
Neurofisiologia	89 101	71 135	-20,2%
Urologia	242	0	-100,0%
Outros	413 185	371 066	-10,2%
Meios complementares de terapêutica	2 232 208	2 695 436	20,8%
Oxigenoterapia	888 850	1 536 504	72,9%
Unidades terapêuticas de sangue	1 329 126	1 154 432	-13,1%
Outros Meios Comp. de terapêutica	14 232	3 417	-76,0%
Outros tratamentos	0	1 084	-
Internamentos	2 504 532	4 129 729	64,9%
Contratos e acordos	150066	138 000	-8,0%
Outros subcontratos	313 579	382 060	21,8%
Assistência ambulatoria	313 579	345 949	10,3%
Assistência no estrangeiro	0	36 111	-
TOTAL	7 530 439	9 631 811	27,9%

A despesa global neste agregado registou, face ao igual período de 2019, uma evolução desfavorável com um acréscimo de 27,9%. Salientamos o acréscimo na rubrica Internamento (64,9%), consequência do aumento do internamento e do recurso a camas no exterior. De referir, também, o aumento de 20,8% nos Meios Complementares de terapêutica, principalmente pelo aumento da despesa com a oxigenoterapia. Os Meios Complementares de Diagnóstico registaram um ligeiro decréscimo de 1,9%. No entanto de referir os aumentos verificados no recurso dos exames de Patologia Clínica (23,9%) e no agregado de Imagiologia

(8,1%) onde se destaca o acréscimo de exames de TAC. Estes aumentos são justificados pela conjuntura pandémica.

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

		(euros)	
Rubrica	2019	2020	Δ%
Trabalhos Especializados	9 018 370	10 346 353	14,7%
Estudos Pareceres e Consultoria jurídica	122 657	88 117	-28,2%
Projectos e serviços de informática	254 731	376 618	47,8%
Formação ao pessoal	7 335	0	-100,0%
Outros trabalhos especializados	8 633 647	9 881 618	14,5%
Serviços técnicos de recursos humanos	3 199 844	3 194 884	-0,2%
Serviços Médicos prestados por empresas serviços médicos	2 776 911	2 670 896	-3,8%
Outros serviços técnicos de RH	422 932	523 988	23,9%
Serviços de Alimentação	2 252 087	2 299 831	2,1%
Serviços de Lavandaria	817 671	1 020 890	24,9%
Outros	2 364 045	3 366 014	42,4%
Publicidade, comunicação e imagem	16 490	18 833	14,2%
Vigilância e Segurança	1 101 564	1 211 015	9,9%
Honorários	535 600	308 148	-42,5%
Contratos individuais de tarefa	443 457	215 742	-51,3%
Contratos individuais por avença	59 023	58 442	-1,0%
Apoio Judiciário	0	1 384	-
Outros honorários	33 120	32 580	-1,6%
Serviços Médicos	0	0	-
Outros	33 120	32 580	-1,6%
Conservação e Reparação	5 945 914	8 350 287	40,4%
TOTAL	16 617 938	20 234 636	21,8%

Os Serviços especializados registaram também um acréscimo de 21,8% face ao período homólogo. Esta evolução é, fundamentalmente, derivada do aumento de 40,4% na Conservação e reparação, incluindo inúmeras obras de alterações emergentes para segurança do utente, consideradas como gastos e não investimento face à respetiva durabilidade, e de 14,7% nos Trabalhos especializados, do qual destacamos o aumento de "Outros" designadamente com trabalhos específicos: Avac, instalações elétricas, canalizações, entre outros.

ENERGIA E FLUIDOS

(euros)			
Rubrica	2019	2020	Δ%
Eletricidade	1 913 749	1 831 089	-4,3%
Combustíveis e lubrificantes	821 571	880 289	7,1%
Água	793 638	652 800	-17,7%
TOTAL	3 528 959	3 364 179	-4,7%

A despesa na Energias e Fluidos registou em 2020 um decréscimo de 4,7% em relação ao mesmo período de 2019. Enquanto o custo de Combustíveis e lubrificantes registou um aumento de 7,1%, a rubrica Água e Eletricidade apresentaram uma redução de 17,7% e 4,3% respetivamente.

DESLOCAÇÕES E ESTADAS

(euros)			
Rubrica	2019	2020	Δ%
Deslocações e estadas	19 432	7 758	-60,1%
Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	0	11 524	-
Transporte de doentes	1 058 526	743 871	-29,7%
TOTAL	1 077 958	763 153	-29,2%

As Deslocações, Estadas e Transportes apresentaram, face a 2019 uma diminuição de 29,2%, nomeadamente pela redução transporte de doentes.

SERVIÇOS DIVERSOS

(euros)			
Rubrica	2019	2020	Δ%
Rendas e alugueres	432 705	1 439 801	232,7%
Comunicação	125 112	174 800	39,7%
Seguros	4 221	14 181	236,0%
Contencioso e notariado	14 324	1 918	-86,6%
Limpeza, higiene e conforto	3 514 864	4 891 960	39,2%
Outros serviços	121 122	256 905	112,1%
TOTAL	4 212 347	6 779 565	60,9%

Os Serviços Diversos registaram em 2020 um aumento de 60,9% em relação ao período homólogo, passando de 4,2 para 6,8 milhões de euros. Este acréscimo de despesa é, fundamentalmente,

consequência de um maior recurso ao aluguer equipamentos médicos e contentores para a assistência necessária na conjuntura vigente, bem como um maior dispêndio na área da Limpeza higiene e conforto.

GASTOS COM PESSOAL

(euros)			
Rubrica	2019	2020	Δ%
Remunerações Órgãos Sociais e de gestão	457 096	491 701	7,6%
Remunerações Base do Pessoal	69 779 424	72 346 756	3,7%
Subsídios de Férias e Natal	12 445 956	12 895 210	3,6%
Despesas de representação	45 767	48 948	7,0%
Subsidio de refeição	4 091 816	4 303 128	5,2%
Abonos variáveis ou eventuais	16 016 815	21 718 420	35,6%
Benefícios pós emprego	102 629	68 440	-33,3%
Encargos sobre Remunerações	23 554 334	25 915 039	10,0%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	536 037	461 106	-14,0%
Gastos de ação social	0	0	-
Outros gastos com Pessoal	565 391	540 476	-4,4%
TOTAL	127 595 267	138 789 225	8,8%

As Despesas com o Pessoal que representam 48,2% dos Gastos Totais registaram um aumento de 8,8% e ascenderam a 138,8 milhões de euros.

De entre as rubricas responsáveis pela variação homóloga desfavorável destacam-se as seguintes:

Remunerações Base de Pessoal verificou um acréscimo de 3,7%. Esta evolução desfavorável é justificada fundamentalmente:

1. Contratação de médicos especialistas que terminam a especialidade na 2ª época de 2019 e 1ª época de 2020. A contratação destes profissionais reveste-se de grande importância para o CHLO, pela situação de extrema carência destes profissionais, nomeadamente, nas especialidades de Anestesiologia, Cardiologia, Cardiologia Pediátrica, Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica e Reconstructiva, Dermatologia, Endocrinologia, Ginecologia/Obstetrícia, Infecçiology, Imunohemoterapia, Imunoalergologia, Medicina Interna, Medicina Física e Reabilitação, Nefrologia, Neurologia, Neurocirurgia, Oftalmologia, Oncologia Médica, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Psiquiatria, Pneumologia, Radiologia, Reumatologia, e ainda 9 médicos já especialistas com pedidos de contratação na plataforma a aguardar despacho superior de Gastroenterologia, de Anatomia Patológica, de Medicina, de Nefrologia e de Cirurgia Geral. De referir que algumas destas contratações permitiram reduzir a despesa com

a contratação de empresas de prestação de serviços médicos, bem como a atenuação no aumento das listas de espera;

2. A situação da pandemia (Covid 19), que ocorreu em Março, levou o Governo a aprovar medidas legislativas de emergência, excepcionais, nomeadamente contratações de pessoal para o SNS, que levou à admissão de 431 profissionais de saúde nos vários grupos de pessoal.

Abonos variáveis ou eventuais registaram acréscimo de 35,6%, realçando-se neste agregado o aumento de 44,6% no trabalho extraordinário (47,2% nas Horas extraordinárias e de 35,1% em Prevenções) e de 25,1% na rubrica Noites e Suplementos. Estes aumentos justificam-se por:

1. A contratação de 431 profissionais de saúde nos vários grupos de pessoal;
2. Verificou-se também um aumento das horas extraordinárias, e horas suplementares essencialmente, devido ao número significativo de profissionais ausentes, diretamente ligados à prestação de cuidados, a partir de Março, nomeadamente em consequência de:
 - Doença Covid do próprio;
 - Confinamento Obrigatório exigido pela Autoridade de Saúde por contacto com familiar com Doença Covid;
 - Acompanhamento de filhos menores;
 - Ausência ao trabalho justificada por precaução (Enf's com Doença Crónica / doença autoimune / Doença Oncológica).

Encargos sobre remunerações: em consequência dos acréscimos atrás referidos, o montante da despesa nesta rubrica apresentou um aumento de 10% face ao período homólogo.

ENCARGOS COM O DECRETO LEI 62/79

(euros)			
Rubrica	2019	2020	Δ%
1 - Ordenados e Salários	70 236 521	72 838 458	3,7%
2 - Horas Extraordinárias	5 967 747	8 786 112	47,2%
3 - Prevenções	1 628 604	2 200 849	35,1%
4 - Noites e Suplementos	6 369 001	7 968 365	25,1%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	13 965 352	18 955 326	35,7%
% DL 62/79/Ord. e Salários - (5)/(1)	19,9%	26,0%	

De acordo com as disposições legais estabelecidas, os encargos com remunerações suplementares (Decreto Lei 62/79) ascenderam a cerca de 19 milhões de euros e registaram um acréscimo de 35,7 %. A

despesa na rubrica Horas Extraordinárias foi a que mais contribuiu para este acréscimo, registando um aumento de 47,2% em relação a 2019.

DECRETO LEI 62/79 - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

(euros)

Rubrica	2019	2020	Δ%
1 - Ordenados e Salários	70 236 521	72 838 458	3,7%
Médicos	29 115 788	28 777 909	-1,2%
Enfermeiros	22 163 903	23 672 707	6,8%
Outro Pessoal ^(a)	18 956 830	20 387 842	7,5%
2 - Horas Extraordinárias	5 967 747	8 786 112	47,2%
Médicos	4 666 920	5 297 053	13,5%
Enfermeiros	457 600	1 249 976	173,2%
Outro Pessoal	843 226	2 239 082	165,5%
3 - Prevenções	1 628 604	2 200 849	35,1%
Médicos	904 977	1 020 859	12,8%
Enfermeiros	417 800	558 513	33,7%
Outro Pessoal	305 827	621 477	103,2%
4 - Noites e Suplementos	6 369 001	7 968 365	25,1%
Médicos	1 122 380	1 190 514	6,1%
Enfermeiros	3 889 379	4 436 213	14,1%
Outro Pessoal	1 357 242	2 341 639	72,5%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	13 965 352	18 955 326	35,7%
Médicos	6 694 277	7 508 426	12,2%
Enfermeiros	4 764 779	6 244 702	31,1%
Outro Pessoal	2 506 295	5 202 198	107,6%
6 - % Dec Lei 62/79 nos ordenados			
Médicos	23,0%	26,1%	
Enfermeiros	21,5%	26,4%	
Outro Pessoal	13,2%	25,5%	

(a) Inclui Remunerações Órgãos Sociais e de gestão

Com maior peso nos gastos com Horas Extraordinárias, o grupo profissional dos médicos auferiu cerca de 60,3% do seu valor total, no entanto, são os grupos de Enfermagem e Outro pessoal que registaram um aumento de 173,2% e 165,5% respetivamente, contribuindo para o acréscimo de 47,2% face ao ano de 2019.

A rubrica Prevenções regista um aumento de 35,1% em relação ao ano de 2019. Embora o encargo gerado pelos médicos atinja 46,4% do total despendido com este tipo de remuneração, foram os grupos de

Enfermagem com um aumento de 33,7% e o Outro pessoal com um acréscimo de 103,2% que influenciaram este desvio desfavorável.

A rubrica Noites e Suplementos registou um aumento de 25,1% em relação a 2019. O pessoal de enfermagem atinge 55,7% do total deste tipo de remuneração, no entanto é o grupo de Outro pessoal que mais contribui (+72,5%) para o acréscimo face a 2019.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E CONCESSÕES

(euros)

Rubrica	2019	2020	Δ%
SNS - Serviço nacional de Saúde (contrato-programa)	182 204 500	167 446 053	-8,1%
Produção	168 004 517	153 325 345	-8,7%
Produção	163 582 020	149 386 846	-8,7%
Medicamentos	3 841 739	3 841 739	0,0%
Sistema de Apoio de Ajudas Técnicas (SAPA)	174 964	96 760	-44,7%
Programa de Incentivo à Integração de Cuidados	405 795	0	-100,0%
Outras Prestações de Serviços	14 199 982	14 120 708	-0,6%
Internato Médico	3 481 096	2 761 816	-20,7%
Incentivos Institucionais	10 718 886	11 358 892	6,0%
Prestações de Saúde de Financiamento Vertical (ACSS)	433 271	577 621	33,3%
Outras entidades responsáveis	7 399 382	6 683 149	-9,7%
Outros serviços		645 068	-
TOTAL	190 037 153	175 351 891	-7,7%

O Total de Prestações de Serviços e Concessões registou um decréscimo de 7,7% face a 2019, ascendendo a 175,4 milhões de euros.

O montante global do Contrato Programa celebrado com a ACSS para 2020, incluindo o valor de Custos de contexto de 57,2 milhões de euros (contabilizados na conta 75), ascendeu a 232,8 milhões de euros.

A valorização estimada da produção associada ao Contrato Programa em 2020 ascendeu a 167,4 milhões de euros, representando uma diminuição de 8,1% em relação ao período homólogo. Em relação aos valores previstos (175,6 milhões de euros) o montante realizado apresentou uma taxa de execução de 95,4%.

Este decréscimo foi, principalmente, consequência da redução significativa da atividade assistencial, programada e de urgência, provocada, conforme anteriormente já referido, pela Pandemia COVID-19.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E CONCESSÕES

(euros)

Rubrica	2019	2020	Δ%
Internamento	69 396 080	66 262 416	-4,5%
Consulta	31 174 416	30 333 880	-2,7%
Urgências	14 911 890	10 419 898	-30,1%
GDH Ambulatório	21 257 058	18 640 693	-12,3%
Hospital de dia	1 172 608	1 045 564	-10,8%
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	5 838 571	4 871 242	-16,6%
Outras prestações de serviços de saúde	45 853 259	42 555 509	-7,2%
Serviço domiciliário	9 804	318 589	3149,6%
Programas de Gestão de Doença Crónica	27 074 963	24 030 446	-11,2%
Saúde Sexual e Reprodutiva	145 744	147 267	1,0%
Rendimentos Incentivos	10 718 886	11 358 892	6,0%
Medicamentos de Cedência em ambulatório	3 841 739	3 841 739	0,0%
Internos	3 481 096	2 761 816	-20,7%
Outras prestações de serviços	581 027	96 760	-83,3%
Sistema de Apoio de Ajudas Técnicas (SAPA)	174 964	96 760	-44,7%
Programa de Incentivo à Integração de Cuidados	405 795	0	-100,0%
Outras prestações de serviços	268	0	-100,0%
Prestações de Saúde de Financiamento Vertical (ACSS)	433 271	577 621	33,3%
Outros serviços	0	645 068	-
TOTAL	190 037 153	175 351 891	-7,7%

Nas Prestações de Serviços e Concessões, que representam 73,4% do total de Rendimentos, destacam-se o peso da atividade do Internamento com cerca de 38%, da Consulta com 17,3% e dos Programas de Gestão de Doença Crónica com 13,7% no total da Prestação de Serviços do CHLO.

6.3.2. ANÁLISE FINANCEIRA

RUBRICAS DO BALANÇO

	2019	2020	(euros) Δ%
Ativo Não Corrente	56 153 377	62 628 337	11,5%
Ativo Corrente	90 788 539	95 375 869	5,1%
Total Activo	146 941 916	158 004 206	7,5%
Patrimonio Liquido	-38 261 620	-50 216 999	31,2%
Passivo Não Corrente	6 840 982	9 037 841	32,1%
Passivo Corrente	178 362 554	199 183 365	11,7%
Total do Passivo	185 203 536	208 221 205	12,4%
Total Passivo + Patrimonio Liquido	146 941 916	158 004 206	7,5%

O Ativo Não Corrente atingiu em 2020 o montante de 62,6 milhões de euros, registando um aumento de 11,5% relativamente a 31 de dezembro de 2019. Esta evolução é consequência do aumento de investimento.

O Ativo Corrente atingiu em 2020 o montante de 95,4 milhões de euros, registando um acréscimo de 5,1%, relativamente ao ano anterior, em consequência do aumento do inventário e de créditos a receber de terceiros.

O Passivo Não Corrente ascendeu em 2020 o montante de 9,03 milhões de euros, registando um aumento de 32,1% face ao ano transato. Esta evolução justifica-se pelo acréscimo das provisões de processos judiciais em curso e das taxas moderadoras a receber, bem como ao início do financiamento do POSEUR. O Passivo Corrente em 2020 de 199,2 milhões de euros registou um aumento de 11,7% relativamente a 2019. Esta evolução foi, essencialmente, consequência do aumento da dívida a fornecedores e outras contas a pagar, e aos adiantamentos da ACSS por conta do Contrato Programa 2020.

O Património Liquido registou uma evolução desfavorável em relação aos valores de 2019, passando de -38,3 para -50,2 milhões de euros em 2020. Esta evolução é fundamentalmente derivada do agravamento dos resultados da atividade em 2020.

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

	2019	2020
Rádios de Liquidez		
. Liquidez Geral	50,90%	47,88%
. Liquidez Reduzida	45,96%	44,03%
. Liquidez Imediata	2,22%	0,73%
Rádios de Estrutura Financeira		
. Autonomia Financeira	-26,04%	-31,78%
. Solvabilidade	-20,66%	-24,12%
. Endividamento	126,04%	131,78%
Prazo médio (dias)		
. Pagamento	225	206

Na análise aos rácios financeiros, é de realçar:

- ♦ O rácio de Liquidez Geral apresentou uma decréscimo refletindo uma diminuição do ativo corrente sobre o passivo corrente;
- ♦ A situação de tesouraria registou uma descida refletida no indicador de liquidez reduzida. Continuam a persistirem problemas ao nível da capacidade do CHLO em solver os compromissos de curto prazo;
- ♦ A Liquidez Imediata, reflete uma variação negativa face ao período homólogo, continua a revelar claramente que os meios monetários disponíveis não são suficientes para liquidar o exigível de curto prazo;
- ♦ O rácio da Autonomia Financeira apresenta uma evolução desfavorável, continua a revelar uma debilidade do capital próprio, insuficiente de financiar o Ativo e apresentando uma situação líquida negativa;
- ♦ A análise da solvabilidade revela que não existem ativos suficientes para liquidar o passivo corrente;
- ♦ O grau de endividamento evidencia um aumento representando o passivo 131,78% do total do ativo em 2020 (126,04% em 2019).

6.3.2.1. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES E ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)

Os pagamentos em atraso no montante de 22,6 milhões de euros registam um aumento, face ao ano anterior, no montante de 2 milhões de euros. Este aumento foi consequência da redução das verbas extraordinárias da ACSS e do aumento das compras consequência da pandemia.

O CHLO cumpre a obrigação trimestral de divulgação no sítio da internet da lista das dívidas superiores a 30 dias.

6.3.2.2. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES NOS TERMOS DA RCM 34/2008 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DESPACHO 9870/2009

PMP	2020	2019	Var.20/19	
			Var. Absol.	Var. (%)
Prazo (dias)	206	225	-19	-8,4%

Verificou-se uma redução de 19 dias. O Prazo Médio de Pagamentos passou de 225 dias em 2019 para 206 dias em 2020. Apesar do aumento da dívida face ao ano transato a diminuição do prazo médio de pagamento justifica-se pelo aumento das compras.

6.3.2.3. MAPA DA POSIÇÃO A 31/12/2018 DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NOS TERMOS DO DL 65-A/2011, DE 17/MAIO

(euros)

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Valor das dívidas vencidas de acordo com o Art.1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	21 719 713	7 476 016	9 456 861	1 404 325	3 686 269
Aquisições de Capital	582 214	368 766	291 169	-1 409	1 020
Total	22 301 927	7 844 783	9 748 030	1 402 916	3 687 290

6.3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

(euros)

Designação	Orçamento 2020	Real 2020	Taxa Execução (%)
GASTOS			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	90 735 475	97 286 654	107,2%
Fornecimentos e serviços externos	36 949 205	40 784 897	110,4%
Gastos com o pessoal	133 646 866	138 789 225	103,8%
Gastos de depreciação e de amortização	7 624 673	8 755 928	114,8%
Perdas por imparidade	0	8 252	-
Em contas a receber	0	0	-
Em inventários	0	8 252	-
Em investimentos financeiros	0	0	-
Perdas por redução de justo valor		29 557	-
Provisões do período	500 000	1 493 156	298,6%
Outros gastos e perdas	305 044	586 815	192,4%
Gastos e perdas em entidades controladas, associadas e empreend conjuntos	0	0	-
Gastos e perdas por juros e outros encargos	18 819	11 229	59,7%
Juros tributários	349	307	88,2%
Outros juros	0	0	-
Outro gastos e perdas de financiamento	18 471	10 921	59,1%
Total de Gastos	269 780 082	287 745 712	106,7%
RENDIMENTOS			
Impostos, contribuições e taxas	1 058 210	2 589 666	244,7%
Vendas	0	0	-
Prestações de serviços e concessões	182 221 637	175 351 891	96,2%
Variações nos inventários da produção	0	0	-
Trabalhos para a própria entidade	0	0	-
Transferências e subsídios correntes obtidos	57 168 861	58 367 879	102,1%
Reversões	0	35 146	-
Em inventários	0	0	-
De provisões	0	0	-
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	-
Outros rendimentos e ganhos	2 412 923	2 610 181	108,2%
Descontos pp obtidos	56 215	57 435	102,2%
Rendimentos e ganhos em entidades controladas, associadas e empreend conjuntos	0	0	-
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	148	0	0,0%
Outros rendimentos similares	0	0	-
Total de Rendimentos	242 861 780	238 954 763	98,4%
Resultados antes de depreciação e gastos de financiamento (EBITDA)	-19 331 173	-40 081 228	48,2%
Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento)	-26 955 847	-48 837 156	55,2%
Imposto sobre o rendimento		28 798	
Resultado Líquido do Período	-26 918 302	-48 819 747	55,1%

A declaração de Pandemia ocorrida em março de 2020, traduziu-se num efeito significativamente desfavorável causando um nível de aumento da despesa na generalidade das rubricas do orçamento. O montante total de gastos apresentou uma taxa de execução de 106,7%.

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas registaram um desvio desfavorável de 7,2% face ao previsto no Orçamento Económico. Este desvio é fundamentalmente consequência da necessidade imperiosa de aquisição de medicamentos, reagentes, equipamentos individuais de proteção para fazer face às necessidades de higiene e segurança na atual conjuntura pandémica Covid-19.

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos registou, face ao previsto no Orçamento Económico, uma taxa de execução de 110,4%. Este desvio desfavorável é, fundamentalmente, reflexo do maior recurso ao exterior para internamentos e realização de cirurgias, obras de adaptação de instalações para circuitos Covid-19, aluguer de unidades modulares para triagem, controlo, testagem e internamento de doentes e um maior dispêndio na área da Limpeza higiene e conforto.

Os Gastos com pessoal registaram um desvio desfavorável de 3,8% em relação ao orçamentado, que devido à situação da pandemia, levou o Governo a aprovar medidas legislativas de emergência, excecionais, nomeadamente contratações de pessoal para o SNS, nos vários grupos de pessoal bem como o aumento necessário suportar de Horas Suplementares.

O Total do agregado Prestação de Serviços e Concessões correspondeu com uma execução de 96,2% em relação ao previsto, justificado pelo decréscimo significativo no nível de produção. Os Outros Ganhos contribuíram com uma taxa de execução final de 104,8%.

6.3.4. INVESTIMENTO

O Investimento total realizado em 2020 ascendeu a 15,2 milhões de euros.

INVESTIMENTO

(euros)

	2019		2020		Δ %
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	
Activo Fixo Tangível	6 509 309	65,4%	9 227 456	60,8%	41,8%
Edifícios e Outras construções	48 549	0,5%	373 596	2,5%	669,5%
Equipamento Básico	5 353 782	53,8%	7 004 403	46,1%	30,8%
Investigação e formação, de medida e de utilização técnica especial	6 956	0,1%	12 335	0,1%	77,3%
Médico-Cirúrgico	2 075 923	20,9%	4 444 442	29,3%	114,1%
de Imagiologia	1 995 590	20,0%	1 151 960	7,6%	-42,3%
de Laboratório	99 391	1,0%	124 994	0,8%	25,8%
Mobiliário Hospitalar	332 720	3,3%	620 098	4,1%	86,4%
Desinfecção e esterilização	207 115	2,1%	133 670	0,9%	-35,5%
Outro	314 052	3,2%	338 574	2,2%	7,8%
Equip. e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	9 589	0,1%	23 819	0,2%	148,4%
Equip. e material para serviços de alimentação, rouparia e lavandaria	277 121	2,8%	108 809	0,7%	-60,7%
Equipamento e material de apoio à produção	35 323	0,4%	45 704	0,3%	29,4%
Equipamento de transporte	184 087	1,8%	0	0,0%	-100,0%
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	0	0,0%	0	0,0%	-
Equipamento Administrativo	82 704	0,8%	60 362	0,4%	-27,0%
Equipamento Informático	455 609	4,6%	733 566	4,8%	61,0%
Outras	384 579	3,9%	1 055 528	6,9%	174,5%
Investimento em Curso	3 441 462	34,6%	5 856 597	38,6%	70,2%
Activo Intangível	4 428	0,0%	103 902	0,7%	2246,5%
Programas de computador	4 428	0,0%	58 949	0,4%	1231,3%
Investimento em Curso	0	0,0%	44 953	0,3%	-
TOTAL INVESTIMENTO	9 955 199	100,0%	15 187 956	100,0%	52,6%

Realçam-se os investimentos realizados em equipamentos Médico-Cirúrgico e de Imagiologia onde se investiram montantes na ordem de 4,5 milhões de euros e de 1,2 milhões de euros, respectivamente. O investimento em equipamento Informático ascendeu a cerca de 0,7 milhões de euros em 2020 tendo em outras – outros ativos fixos – atingido 1,06 milhões de euros. De realçar ainda o investimento em curso referente obras efetuadas nas alas hospitalares dos três hospitais que compõem o CHLO, cujo montante ascendeu a 5,9 milhões de euros.

6.4. RECURSOS HUMANOS

O Ano 2020 ficou marcado devido à emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação do vírus como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020, neste contexto, foi necessário a aplicação de medidas extraordinárias e de caráter urgente.

No domínio da saúde, foi prioritário que se garantisse às entidades prestadoras de cuidados de saúde do SNS a possibilidade de aquisição, com a máxima celeridade, dos equipamentos, bens e serviços necessários à avaliação de casos suspeitos e ao tratamento de sintomas e complicações associadas ao COVID-19, e, ainda, a tomada de outras medidas consideradas urgentes e imprescindíveis, designadamente em matéria de gestão de recursos humanos.

Assim, o aumento verificado no ano 2020 é, maioritariamente, consequência das medidas que ocorreram durante o ano, devido à situação de pandemia (COVID 19) que obrigou a medidas excecionais de contratação para o SNS, e que não tinham sido incluídas no Orçamento para 2020:

1. A situação da pandemia (COVID 19), que ocorreu em Março, levou o Governo a aprovar medidas legislativas de emergência, excecionais, nomeadamente contratações de pessoal para o SNS, que levou à contratação de cerca de 431 profissionais de saúde nos vários grupos de pessoal com consequente aumento das Horas Suplementares.
2. Verificou-se também um aumento das horas extraordinárias, e horas suplementares essencialmente, devido ao número significativo de profissionais ausentes, diretamente ligados à Prestação de cuidados, a partir de Março, nomeadamente:
 - a. Doença COVID do próprio
 - b. Confinamento Obrigatório exigido pela Autoridade de Saúde por contacto c/ familiar c/ Doença COVID (Isolamento profilático)
 - c. Acompanhamento de filhos menores
 - d. Ausência ao trabalho justificada por precaução (Enf^{es} c/ Doença Crónica / doença autoimune / Doença Oncológica)

Importa referir que todas estas situações têm impacto imediato na rubrica "encargos sobre remunerações" que vem justificar o aumento estimado até ao final do ano 2020.

6.4.1. EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS

No final do ano 2020, o CHLO tinha a exercer funções 4.578 trabalhadores, dos quais 1.134 são homens e 3.444 são mulheres, evidenciando-se uma predominância do sexo feminino (75,2%) em todos os grupos profissionais, com exceção do pessoal de Informática.

GRUPOS PROFISSIONAIS POR VÍNCULO*

Grupos de Pessoal	2019				2020				Δ%			
	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total
Dirigente	18	10		28	5	23		28	-72%	130%		0,0%
Médico	231	333		564	218	361		579	-6%	8%		2,7%
Internato Médico	462			462	440			440	-5%			-4,8%
Téc. Sup. Saúde	14	26		40	14	27		41	0%	4%		2,5%
Téc. Superior	16	59		75	22	50		72	38%	-15%		-4,0%
Enfermagem	432	968	24	1 424	421	1 114	21	1 556	-3%	15%	-13%	9,3%
Informática	3	9		12	2	10		12	-33%	11%		0,0%
Docente	2	1	1	4	2	1	1	4	0%	0%	0%	0,0%
Téc. Sup. Diag. Terap.	171	159	2	332	160	197	1	358	-6%	24%	-50%	7,8%
Assistente Técnico	93	302		395	88	326		414	-5%	8%		4,8%
Assistente Operacional	297	611		908	271	800		1 071	-9%	31%		18,0%
Outro Pessoal		1	2	3		1	2	3		0%	0%	0,0%
TOTAL	1 739	2 479	29	4 247	1 643	2 910	25	4 578	-6%	17%	-14%	7,8%

* Informação de acordo com o Balanço Social

Pela análise do quadro, verifica-se o aumento de profissionais ao serviço do CHLO, em efetividade de funções, apresentando o CHLO mais 331 elementos face ao período homólogo de 2019, após a contabilização de todas as saídas/entradas ao longo do ano 2020. Os grupos profissionais responsáveis pelo aumento de efetivos foram os Enfermeiros (+132) e os Assistentes Operacionais (+163). Tal como em anos anteriores, a concentração do maior número de efetivos situa-se nos grupos de pessoal de Enfermagem, Médico e Assistente Operacional, representando 79,6% do total de profissionais do CHLO.

Pessoal Distribuído por tipo de vínculo
2019



Pessoal Distribuído por tipo de vínculo
2020



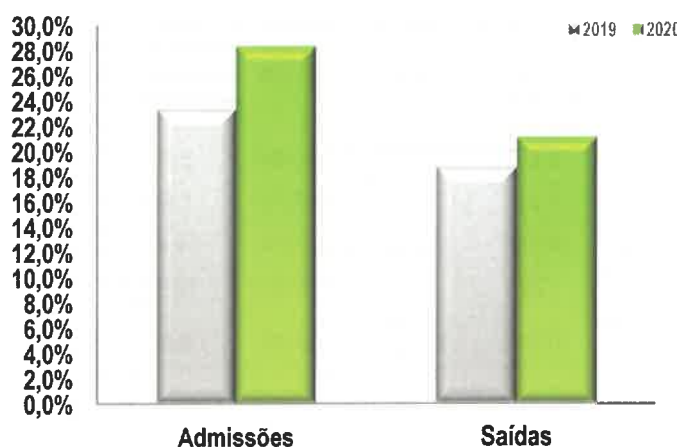
Quanto à natureza do vínculo, 1.643 colaboradores detêm uma relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato em funções públicas (35,9%) e 2.935 são abrangidos por outros tipos de vínculo, nomeadamente, contratos individuais de trabalho e prestações de serviço em nome individual, correspondentes, a 64,1% dos efetivos

6.4.2. MOBILIDADE DE PESSOAL

O quadro seguinte possibilita analisar a mobilidade, por grupos profissionais:

MOBILIDADE DE PESSOAL

Grupos Profissionais	Saídas		Δ%	Admissões		Δ%
	2019	2020		2019	2020	
Dirigente	1	2	50,0%	1	2	100,0%
Médico	333	337	1,2%	368	330	-10,3%
Téc. Sup. Saúde	6	1	-83,3%	4	2	
Téc. Superior	4	13	225,0%	7	10	42,9%
Enfermagem	264	310	17,4%	347	442	27,4%
Informática	1	2	100,0%	1	2	100,0%
Docente						
Téc. Sup. Diag. Terap.	25	54	116,0%	35	80	128,6%
Assistente Técnico	25	42	68,0%	33	61	84,8%
Assistente Operacional	136	204	50,0%	194	367	89,2%
Outro Pessoal						
TOTAL GERAL	795	965	21,4%	990	1296	30,9%
% Admissões				23,3%	28,3%	5,0%
% Saídas				18,7%	21,1%	2,4%



Analisando os dados referentes à mobilidade de pessoal, constatamos o aumento significativo relativamente ao número de Admissões (1.296) para fazer face à Pandemia, contra o número de saídas (965), o que justifica o aumento de efetivos verificado ao longo do ano de 2020.

Assim, no que se refere às admissões, registou-se um aumento de 5%, relativamente a 2019, quanto às saídas verificou-se um aumento de 2,4% face ao período homólogo.

6.4.3. ABSENTISMO

No ano de 2020, a taxa de absentismo apresenta um aumento face ao ano de 2019, apresentando um total de 118.920 dias de ausência, correspondente a um acréscimo de 1,7%.

A taxa de absentismo do CHLO em 2020 foi de 11,7%, face a 9,9% em 2019, correspondente a um acréscimo de 25.921 dias de ausência. Os grupos Médico e Técnico Superior de Saúde formam os dois grupos onde a taxa de absentismo foi inferior ao ano de 2019. Enfermagem, Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica e Assistentes Operacionais foram os que mais contribuíram para esta evolução percentual, com uma taxa de absentismo de 11,7%, 11,6% e 12,3% respetivamente, equivalente a mais 13.018, 3.590 e 7.925 dias de ausência, respetivamente.

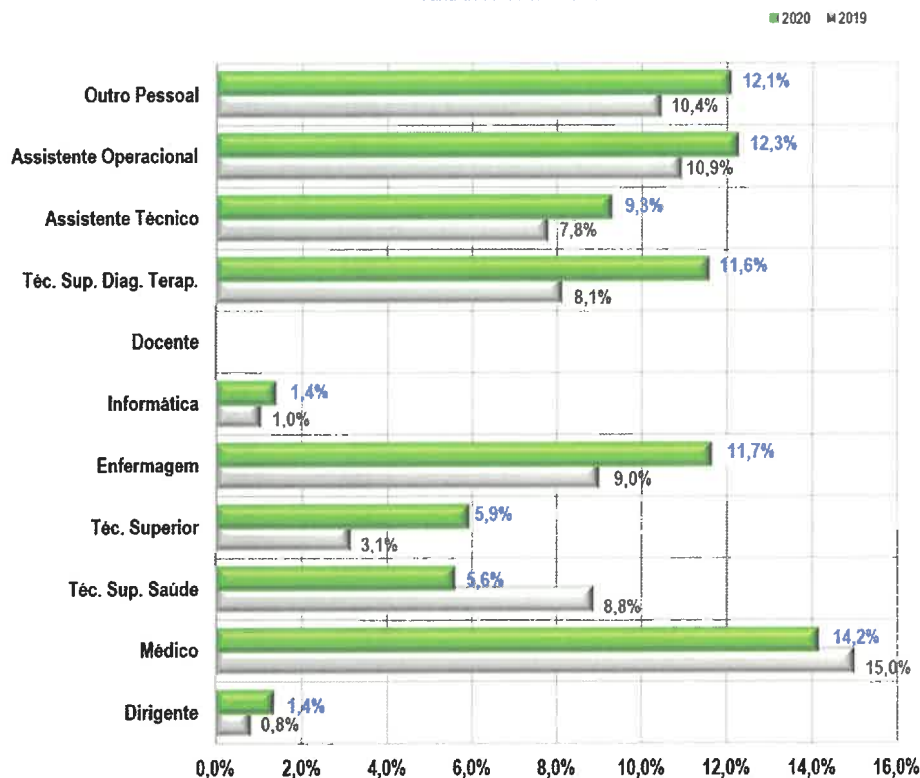
ABSENTISMO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

Grupos de Pessoal	Dias de Ausência			Tx de Absentismo		
	2019	2020	Δ%	2019	2020	Δ%
Dirigente	56	95	69,6%	0,8%	1,4%	0,6%
Médico	21 054	20 322	-3,5%	15,0%	14,2%	-0,8%
Téc. Sup. Saúde	881	570	-35,3%	8,8%	5,6%	-3,2%
Téc. Superior	580	1 062	83,1%	3,1%	5,9%	2,8%
Enfermagem	31 355	44 373	41,5%	9,0%	11,7%	2,7%
Informática	31	42	35,5%	1,0%	1,4%	0,4%
Docente						
Téc. Diag. Terap.	6 663	10 253	53,9%	8,1%	11,6%	3,5%
Assistente Técnico	7 657	9 552	24,7%	7,8%	9,3%	1,5%
Assistente Operacional	24 696	32 621	32,1%	10,9%	12,3%	1,4%
Outro Pessoal	26	30	15,4%	10,4%	12,1%	1,7%
TOTAL	92 999	118 920	27,9%	9,9%	11,7%	1,7%

Taxa de Absentismo =

$N^{\circ} \text{ de Faltas} / (Dias \text{ de Trabalho} * N^{\circ} \text{ de Efetivos}) * 100$

Taxa de Absentismo 2019/2020



Em 2020, os motivos de ausência que mais se destacam foram a doença (Isolamentos Profiláticos, Doença profissional Covid) e proteção na parentalidade (encerramento de estabelecimentos de ensino), que representam 47,1%, 8,6% e 37,1% do total de faltas ao serviço, equivalente a 55.960, 10.169 e 44.104 dias de ausência, respetivamente, claramente um indicador de uma população jovem, nomeadamente, no grupo profissional dos Enfermeiros e TSDT.

A soma das ausências por doença, doença profissional e proteção na parentalidade correspondem a cerca de 92,7% do total de faltas em 2020 no CHLO.

ABSENTISMO POR MOTIVO DE AUSÊNCIA

Motivo de ausência	2019	2020	Δ%
Casamento	1 101	415	-62,3%
Proteção na parentalidade	30 242	44 104	45,8%
Falecimento de familiar	843	794	-5,8%
Doença	37 507	55 960	49,2%
Por acidente de serviço ou doença prof	5 924	10 169	71,7%
Assistência a familiares	578	875	51,4%
Trabalhador estudante	1 239	1 035	-16,5%
Por conta do período de férias	166	64	-61,4%
Com perda de vencimento	144	552	283,3%
Greve	4 100	1 075	-73,8%
Injustificadas	135	251	85,9%
Outros	11 020	3 626	-67,1%
TOTAL	92 999	118 920	27,9%

6.4.4. ESTRUTURA ETÁRIA

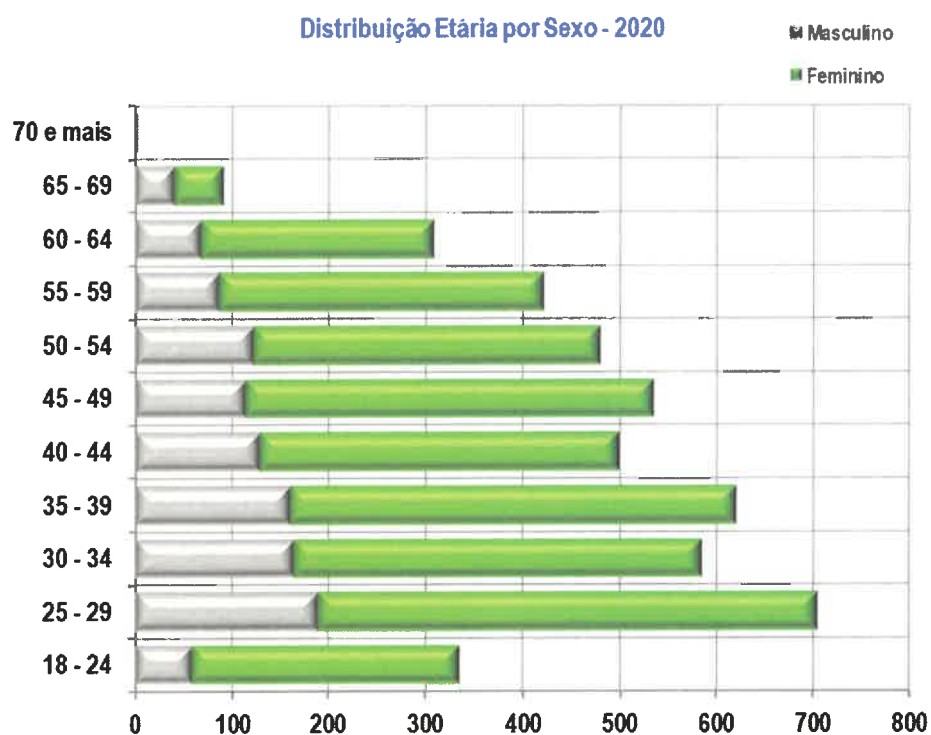
Em termos de Estrutura Etária do CHLO, em 2020, verifica-se que cerca 59,9% dos colaboradores têm menos de 45 anos. É na faixa etária entre os 25-29 anos que se situa o maior número de elementos, com 704 efetivos correspondentes a 15,4% dos efetivos.

Em 2020, com idade superior a 59 anos, registam-se 402 colaboradores, cerca de 8,8% do total de profissionais, um valor ligeiramente superior ao registado em 2019 (8,6%).

DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÕES ETÁRIOS

Escalaão Etário	Masculino			Feminino			Total			%	
	2019	2020	Δ%	2019	2020	Δ%	2019	2020	Δ%	2019	2020
18 - 24	40	59	47,5%	159	276	73,6%	199	335	68,3%	4,3%	7,3%
25 - 29	185	189	2,2%	461	515	11,7%	646	704	9,0%	14,1%	15,4%
30 - 34	144	165	14,6%	423	420	-0,7%	567	585	3,2%	12,4%	12,8%
35 - 39	165	160	-3,0%	440	460	4,5%	605	620	2,5%	13,2%	13,5%
40 - 44	120	129	7,5%	353	369	4,5%	473	498	5,3%	10,3%	10,9%
45 - 49	109	114	4,6%	391	420	7,4%	500	534	6,8%	10,9%	11,7%
50 - 54	110	122	10,9%	338	357	5,6%	448	479	6,9%	9,8%	10,5%
55 - 59	85	86	1,2%	325	335	3,1%	410	421	2,7%	9,0%	9,2%
60 - 64	67	68	1,5%	237	241	1,7%	304	309	1,6%	6,6%	6,7%
65 - 69	36	40	11,1%	52	51	-1,9%	88	91	3,4%	1,9%	2,0%
70 e mais	1	2	100,0%	0	0	0,0%	1	2	100,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	1 062	1 134	6,8%	3 179	3 444	8,3%	4 241	4 578	7,9%	100,0%	100,0%

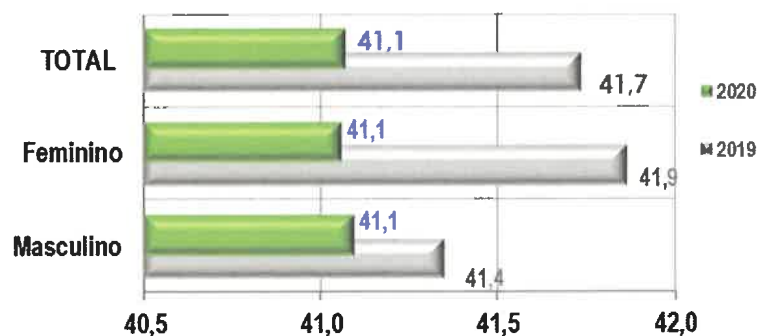
Resumindo, da análise da estrutura etária do CHLO, conclui-se que estamos perante um efetivo, maioritariamente jovem, dado que 49% dos efetivos tem menos de 40 anos.



Quanto à distribuição etária por sexo, o grupo com maior dimensão é sem dúvida o grupo do sexo feminino, com 3.444 efetivos, correspondentes a 75,2% dos colaboradores do CHLO. O escalão etário com maior população feminina encontra-se entre os 25 - 29 anos, com 515 elementos.

IDADE MÉDIA POR SEXOS

	2019	2020	Δ%
Masculino	41,4	41,1	-0,6%
Feminino	41,9	41,1	-1,9%
TOTAL	41,7	41,1	-1,6%



No que se refere à idade média dos colaboradores do CHLO, esta situa-se nos 41,1 anos, com uma ligeira diminuição de 0,7 anos, relativamente a 2019.

6.4.5. FORMAÇÃO

Em 2020, o Núcleo de formação realizou 38 ações de formação com 826 formandos, das quais 6 ações foram externas. Verificou-se, assim, um decréscimo muito acentuado em relação ao ano de 2019, na ordem dos 76%, conforme o quadro que a seguir se apresenta.

Este decréscimo verificou-se na sequência das medidas excecionais apresentadas pelo governo, devido à pandemia resultante do novo Coronavírus, causador da doença COVID-19, em março de 2020, em que houve formações agendadas que tiveram de ser canceladas, bem como algumas que até já tinham sido iniciadas.

ACTIVIDADE DO CENTRO DE FORMAÇÃO

	2019	2020	Δ%
N.º Acções	161	38	-76,4%
N.º Total Formandos (internos+externos)	2 978	826	-72,3%
Volume Formação	23 875	1 802	-92,5%

Antes do início da pandemia foi ainda possível realizar uma ação de formação de Suporte Básico de Vida (SBV) com 17 participantes. Foi possível ainda realizar mais 10 ações de formação de SBV com apenas 10 formandos, por ação (metade dos formandos), nos meses de novembro e dezembro, tendo como principais destinatários 65 Médicos Internos de Formação Geral (IFG), 19 Enfermeiros, e 8 Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (TSDT).

O CHLO conseguiu criar a Equipa Médica de Emergência Médica Interna que deu formação para 447 participantes de diversos grupos profissionais, sendo o grupo mais representativo o dos Enfermeiros, seguindo-se os Assistentes Operacionais, os Assistentes Técnicos e por último os Médicos e os TSDT.

Mencionamos, ainda, a formação contínua na área da Prevenção e Controlo de Infeção, Riscos Biológicos e sua prevenção, bem como a realização de uma formação na área de Secretariado Clínico destinada apenas a Assistentes Técnicos do Serviço de Gestão de Doentes.

Continua a verificar-se que o número de enfermeiros que adere à formação é muito expressivo, 44% do total de formandos reais do Plano de Formação concretizado, seguindo-se os assistentes operacionais com 19%, os médicos com 14% e os Assistentes Técnicos com 12%.

Ano	Adm. Hosp.	Médicos	Tec. Sup Saúde	Enferm.	Tec. Sup	TSDT	Ass. Tec.	Ass. Op.	Pess Dirig	Téc. Inf	Total
Formandos internos 2020	4	118	8	363	5	70	100	152	0	0	820
Formandos internos 2019	22	350	40	1 470	92	313	201	330	26	5	2 849

6.4.5.1. FORMAÇÃO PRÉ-GRADUADA

Em 2020, o CHLO manteve a participação no ensino pré-graduado, com base em protocolo com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Participou igualmente no ensino pré-graduado de algumas Universidades Privadas com as quais estabeleceu igualmente protocolo.

6.4.5.2. FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA - INTERNATO

A formação de médicos é um importante contributo para a evolução técnica e sustentabilidade científica dos serviços de saúde.

Neste âmbito, o CHLO assegurou, em 2020, a continuação dos Internatos Médicos de Especialização e do Ano Comum, colaborou também na formação de internos de outras instituições do SNS, das Forças Armadas e das Regiões Autónomas.

O CHLO mantém ainda protocolos com os PALOP para formação de Médicos em estágios correspondentes às várias especialidades médicas.

6.5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

O ano de 2020 foi um ano atípico devido a situação de pandemia do COVID19, que afetou toda a sociedade, mas em especial as entidades de saúde (caso do CHLO) que estiveram e estão diretamente envolvidas no combate a esta pandemia.

Assim toda a atividade do Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação (SSTI) foi direcionada para o reforço da capacidade do CHLO em dar resposta ao aumento de utentes com COVID19.

Nesse sentido a atividade programada do SSTI foi quase totalmente suspensa, para permitir apoiar as novas áreas de COVID19 ou expansão/reconversão de outras. O SSTI instalou Kms de cablagem, ativos e passivos de redes informáticas, assim como equipamentos informáticos e de comunicações nessas áreas.

Dada a necessidade de dotar o CHLO de capacidade de acessos remotos para teletrabalho, foram disponibilizados acessos remotos a várias centenas de colaboradores do CHLO, o que implicou um reforço da capacidade de servidores centrais, segurança de acessos e apoio os colaboradores do CHLO nesses acessos remotos. Tarefas também totalmente asseguradas pelo SSTI.

Dadas as circunstâncias vividas, foram também reforçadas as capacidades de realização de videoconferências com a instalação em vários postos de trabalho do CHLO de camaras de imagem e colunas de som.

Dos projetos previstos para 2020, de realçar dois. O primeiro foi a instalação de novos equipamentos para armazenamento digital de imagem médica, o que permitiu duplicar a capacidade de armazenamento que estava quase esgotada. Esta situação era urgente resolver em 2020, dado os novos equipamentos de exames médicos que foram ligados durante esse ano a esse armazenamento, o que permitiu ao CHLO continuar a aumentar a desmaterialização de informação clínica.

O segundo projeto relevante foi a aprovação de uma candidatura SAMA para a desmaterialização da informação clínica a cabeceira do utente nos internamentos, o que permitiu o arranque desse projeto no último mês de 2020.

6.6. INVESTIGAÇÃO CLÍNICA

Em 2020 a estrutura do DIC passou a englobar a renovação de Contrato de prestação de Serviços de gestão em investigação clínica com a Nova CRU – FCM, desta feita contemplando mais dois elementos para a coordenação. Alocação em definitivo de uma Enfermeira do CHLO a tempo inteiro para o DIC. Uma Sala de apoio à coordenação no HEM.

No Ano de 2020 foram autorizados 44 Estudos, e 18 Adendas.

Destacaram-se durante o ano de 2020 as seguintes atividades:

- Apoio de Secretariado e Monitorização dos ensaios em curso e início de novos estudos autorizados pelo CA;
- Apoio à Coordenação de Ensaios Clínicos e Estudos em curso no CHLO;
- Apoio à apresentação de trabalhos científicos em reuniões nacionais e internacionais;
- Apoio à Publicação de artigos científicos em revistas conceituadas das várias especialidades;
- Apoio a Cursos de pós graduação;
- Selecção de Trabalhos Candidatos ao Prémio Dr. Carlos Lima de Investigação Clínica;
- Disponibilização de Consultoria científica na área da Estatística, com apoio de um consultor;
- Renovação de contrato com a Revista British Medical Journal Case Reports para publicação de trabalhos científicos;
- Curso introdução à Investigação Clínica para os novos Internos do CHLO.

6.7. DEPARTAMENTO DA QUALIDADE

Em 2020 pouco do que foi previsto pôde ser concretizado fruto da pandemia que alterou toda a estrutura organizacional no CHLO.

A grande solicitação dos membros do Departamento com responsabilidades clínicas (médicos e enfermeiros) não deixou espaço para dedicação desejável aos aspectos da promoção na Qualidade da intervenção hospitalar.

Ainda assim há a referir:

1. Plataforma Antares

Incidentes e Registo de incidentes

Em 2020 observou-se uma discreta redução do número de registos relativamente a 2019, o que pode explicar-se por alguma familiarização com o sistema (iniciado em pleno em 2019) e ainda com redução, alteração, da actividade do centro, de acordo com as exigências da pandemia Covid 19.

Ainda assim houve o esforço possível na avaliação das causas desses incidentes procurando compreender a possível resposta e sua implementação, se aplicável, em termos de melhoria.

Globalmente os aspectos relacionados com ineficiência de transporte de doentes, medicação, e questões organizacionais pesaram significativamente no conjunto de registos.

Alguns aspectos hoteleiros, concretamente limpeza, e serviço de refeições, foram indesejavelmente presentes.

O número elevado de quedas registado (tal como continua a acontecer no país e internacionalmente) é agravado sem dúvida pelo escasso número de profissionais auxiliares e de enfermagem perante a carga de trabalho que constatamos.

Sublinhamos, apesar das dificuldades, o empenho dos elementos da CQS, os obreiros neste domínio a nível de cada hospital CHLO, no contacto com os serviços e seus interlocutores procurando analisar o que não corre bem e como podem ser minimizadas as falhas.

2. Detecção de mensagens de convocação de consultas indevidas

Detectada falha nas mensagens automáticas destinadas aos doentes que se deslocavam ao hospital sendo que a consulta seria telefónica, portanto não presencial. Esta situação foi corrigida.

3. Comprovação da Manutenção da Política de Segurança do Medicamento

IT Medicamentos de alerta máximo, Medicamentos LASA, alertas à prescrição electrónica, extensão da prescrição electrónica no domínio da Hematologia e Oncologia com redução objectivada dos erros de interpretação, mas, pelo contrário da ocorrência de erros que decorrem da dificuldade na apreensão imediatista do conteúdo da plataforma.

4. Auditorias Internas

Apesar das dificuldades foi possível realizar algumas auditorias no âmbito da correcta identificação do doente, ISBAR, ensino ao doente, quedas e suas causas, úlceras de pressão. Notas de alta.

Promoção da actividade de Segregação de Resíduos no HSFX.

5. Formação Interna

Não foi possível no contexto que vivemos desenvolver acção excepto continuar ensino da linguagem gestual.

6. Dia internacional da Segurança do doente

Assinalado o dia com ilustração na Intranet dos aspectos críticos a contemplar de modo a promover maior segurança no percurso do doente a nível hospitalar.

7. Participação no Programa SINAS

No âmbito da Excelência Organizacional nos três hospitais CHLO e em alguns serviços no que se refere à Excelência Clínica (eg. Cirurgia ambulatório, do cólon, UCI, Pediatria).

8. Colaboração no desenvolvimento da actividade do Programa PIOPAL a nível CHLO

9. Acreditação ACSA

Finalização do processo nos serviços de Medicina física e Reabilitação, Patologia Clínica e Medicina Transfusional.

Acompanhamento do serviço de Radiologia na sua preparação para Acreditação; realizadas auditorias internas ao serviço a cargo de elementos da CQS.

Diagnóstico e acompanhamento das disfunções relacionadas com prescrição de exames imagiológicos a partir de episódios de internamento do passado.

10. Realização de Inquérito telefónico de avaliação da Satisfação dos doentes com a consulta

11. Colaboração na documentação do RGPD CHLO

6.8. COMISSÃO DE ÉTICA

Durante o ano de 2020 realizaram-se 12 reuniões ordinárias da Comissão de Ética para a Saúde (CES) salientando-se as seguintes atividades:

- ♦ Atividade assistencial:

- Emissão de 5 pareceres por solicitação de diferentes serviços do CHLO: Serviço de Pneumologia sobre decisão terapêutica a doente internado; Serviço de Cirurgia Cardiorácica sobre documento interno “Procedimentos em fim de vida”; Unidade de Transplantação renal sobre alteração (aditamento) ao Termo de Consentimento Livre e esclarecido para Transplantação renal; Serviço de patologia Clínica sobre a avaliação do uso de antígeno de SARS-CoV-2, com dispensa de consentimento livre e esclarecido (escrito), de acordo com a legislação em vigor; Conselho de Administração sobre a utilização de testes que se encontravam ainda como “investigacionais” (mas já validados) para o diagnóstico por RT-PCR, para o vírus que condiciona a COVID-19.

- ♦ Atividade de investigação:

- Foram recebidos 148 pedidos de parecer para realização de estudos. E, de acordo com as Normas da Comissão de Ética para a Saúde (CES) foram submetidos a apreciação: 26 destes envolvendo o SARS-COV-2 Covid 19, 68 Registos observacionais / Projetos de investigação clínica (62 com parecer favorável e 6 em apreciação); 10 Estudos conducentes a provas académicas (9 com parecer favorável e 1 em apreciação); 14 Adendas / Emendas a estudos aprovados anteriormente (14 com parecer favorável);

- 2 pedidos -*à posteriori*- para publicação de artigos em revistas indexadas (2 com parecer favorável);

- Elaboração de documento interno de procedimentos para pedidos de Dispensa de Consentimento Informado;

- Parecer prévio elaborado pela CES sobre "Registo de doentes com infeção por SARS-Cov-2" e "Utilização de fármacos off-label no contexto do tratamento da Covid-19".

- ♦ Modelos de Consentimento Informado de vários Serviços do CHLO:
 - Avaliados 30 modelos de consentimento informado (14 pareceres favoráveis definitivos).
- ♦ Consentimento informado no âmbito de atividade de investigação: 2 obtenções via email e/ou correio, 24 dispensas;
- ♦ Documentos aprovados pela CES: "Tomada de conhecimento sobre riscos adicionais em intervenções e procedimentos Ginecológicos/Obstétricos em pleno surto SARS-CoV-2" e "Tomada de conhecimento sobre as normas do serviço de Obstetrícia para acompanhamento da grávida no bloco partos durante o período expulsivo do trabalho de parto e puerpério imediato, pela pessoa significativa, durante o surto pandémico por SARS-CoV-2".
- ♦ Apreciaram-se 256 justificações para autorização de utilização de medicamentos que não fazem parte do FHNM ou cuja aplicação não se encontra ainda aprovada pelo Infarmed.

6.9. GRUPO DE COORDENAÇÃO LOCAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DE INFEÇÃO E RESISTÊNCIAS AOS ANTIMICROBIANOS (GCL-PPCIRA)

No âmbito das competências que lhe são atribuídas, o GCL-PPCIRA realizou diversas atividades ao longo de 2020, das quais se destacam:

Vigilância Epidemiológica

- ♦ No âmbito da pandemia foi efetuado levantamento de contatos, implementadas medidas de prevenção e controlo da infeção;
- ♦ Vigilância epidemiológica de incidência da infeção associada aos cuidados de saúde: infeção nosocomial e microrganismos epidemiologicamente significativos, por serviço e por tipo de infeção;
- ♦ Vigilância epidemiológica das resistências aos antimicrobianos;
- ♦ Programa de vigilância epidemiológica com sede Europeia (ECDC):
 - Surveillance of surgical site infections and prevention indicators in European hospitals – HAISSI;
 - Surveillance of healthcare-associated infections and prevention indicators in European intensive care units: HAI-Net ICU;
 - European Surveillance of Clostridioides (Clostridium) difficile infections.

- ♦ Programa de vigilância epidemiológica da infeção nosocomial em unidades de cuidados intensivos neonatais (VE-UCIN) que integra o Programa de Prevenção e Controlo das Infeções e das Resistências aos Antimicrobianos – PPCIRA/DGS;
- ♦ Vigilância epidemiológica da infeção nosocomial da corrente sanguínea - PPCIRA/DGS;
- ♦ Vigilância epidemiológica das resistências aos antimicrobianos de microrganismos alerta e problema de acordo com a Norma 004/2013 da Direção Geral de Saúde;

Formação / Acompanhamento Clínico

Maioritariamente orientadas na prevenção da infeção a SARS-CoV-2

- ♦ Organização, coordenação e participação em ações de formação interna, em colaboração com Departamento de Formação do CHLO (Plano Anual de Formação);
- ♦ Integração de novos Enfermeiros, políticas do GCL-PPCIRA;
- ♦ Integração de novos Assistentes Operacionais, políticas do GCL-PPCIRA;
- ♦ Formação Internato Médico do CHLO
- ♦ Orientação das práticas clínicas;
- ♦ Continuação da elaboração ou atualização de recomendações, procedimentos e normas para o manual de prevenção e controlo de infeção e de resistência aos antimicrobianos do CHLO;
- ♦ Emissão de pareceres em prevenção e controlo de infeção (P&CI) e utilização de antimicrobianos e antissépticos;

Auditoria de estrutura, processo e resultado

- ♦ Campanha das Precauções Básicas em Controlo de Infeção (PBCI) – Direção Geral de Saúde e Organização Mundial de Saúde;
- ♦ Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da ILC;
- ♦ Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da INCS associada a cateter Venoso Central
- ♦ Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da infeção urinária associada a cateter vesical;
- ♦ Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da pneumonia associada à intubação;
- ♦ Auditorias internas a indicadores de estrutura, processo e resultado;
- ♦ Auditorias internas ao uso de antimicrobianos:
 - ♦ Serviço de Cirurgia Geral I, Unidade de Oncologia, Unidade de AVC, Unidade de Cuidados Intermédios da Medicina IV, UNICARD;
 - ♦ Serviço de Cirurgia Geral II, Gastrenterologia e Neurologia;
 - ♦ Serviço de Cirurgia Geral III, Cardiologia, CCT, Nefrologia e UCI-CCT;
 - ♦ Avaliação da DDD/100 camas/dia e DDD/1000 doentes saídos do CHLO;

Programa de apoio à prescrição antibiótica

- ♦ Este programa de apoio à prescrição antibiótica sofreu com a pandemia, o horário dos elementos PAPA alocados, foi desviado para atividade assistencial a áreas COVID.

Colaboração em atividades de gestão

- ♦ Em estreita colaboração com o Serviço de Gestão de Compras, foram elaboradas necessidades de consumo em matéria de Equipamento e Proteção Individual, verificadas as suas especificidades e adequação dos mesmos, com justificação ao INFARMED e DGS sobre EPI que não cumpria as normas nacionais e europeias;
- ♦ Formação sobre EPI COVID a grupos de médicos, enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e assistentes operacionais;
- ♦ Formação aos AO sobre processos de limpeza e desinfeção em contexto COVID
- ♦ Participação ativa em reuniões, com as áreas clínicas e não clínicas, sobre medidas de P&CI, no sentido da criação e implementação de circuitos gerais, de respiratórios e não respiratórios;
- ♦ Reorganização estrutural dos Serviços COVID e não COVID;
- ♦ Organização transversal de indicadores de estrutura para os serviços COVID;
- ♦ Rateamento da Solução Antisséptica de Base Alcoólica, no início da pandemia, pelos serviços / áreas do hospital;
- ♦ Rateamento do EPI pelos serviços / áreas do hospital;
- ♦ Acompanhamento e monitorização dos Planos de Contingência dos Serviços no contexto da pandemia;
- ♦ Acompanhamento e implementação das Normas e Orientações COVID-19 da DGS;
- ♦ Publicação de recomendações em matéria de P&CI, divulgados nos serviços e publicados na Intranet;
- ♦ Emissão de pareceres no âmbito da COVID;
- ♦ Acompanhamento da auditoria realizada pela ERS, até a Relatório Final;
- ♦ Dinamização do controlo das entradas de doentes e acompanhantes no Hospital;
- ♦ Elaboração dos circuitos de visitas para serviços COVID e não COVID;
- ♦ Júri de concurso de prestação de serviços de higiene e limpeza;
- ♦ Acompanhamento à acreditação/ certificação de serviços de internamento;
- ♦ Dados de indicadores de Qualidade na área de prevenção e controlo de infeção, identificação de *standards* e padrões de Qualidade para os indicadores de qualidade de PPCIRA;
- ♦ Participação nas reuniões de Qualidade e desempenho dos diversos Serviços;
- ♦ Assessoria ao Conselho de Administração e outros serviços do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, em assuntos do âmbito do PPCIRA;
- ♦ Planeamento e acompanhamento na realização de testes microbiológicos de superfícies;

- ♦ Planeamento e acompanhamento de biodescontaminação ambiental.

Projetos de investigação/Participação em projetos de investigação/Publicações

- ♦ No ano de 2020, face à situação de pandemia, não houve produção nesta matéria.

Colaboração em atividades para a acreditação de serviços clínicos do CHLO

- ♦ Integração na equipa de acreditação dos serviços clínicos.

6.10. SERVIÇO SOCIAL

O ano de 2020, foi um ano atípico, de grande exigência, na sequência da pandemia covid19.

O esforço permanente de adaptação, da equipa de serviço social, atendendo a alterações da nova ordem definida no atendimento aos doentes covid, foi dominante. A organização interna da equipa, a flexibilidade para garantir continuidade na resposta aos doentes, a avaliação da disponibilidade de recursos externos (comunitários), a alteração de procedimentos na planificação e execução da intervenção, a gestão do espaço e das condições trabalho, a articulação/comunicação dentro e fora da equipa, a interpretação da informação, foram aspectos, entre outros, que foram sendo geridos dia a dia, imbuídos de muita complexidade, e em que os eventos e o tempo, tiveram cadências singulares, parecendo que o que normalmente cabia num mês, cabia agora num dia de jornada de trabalho.

Em termos globais, no serviço, assistiu-se a uma perda de produção relativamente a 2019, pensamos nós, justificada por um lado, na primeira vaga covid, com a organização da equipa, fracturada pela alternância presencial no CHLO, e na segunda por maior intensidade do trabalho, priorizando o apoio às equipas de ação médica intra e extra CHLO (unidades de contingência disponibilizadas, de apoio aos internamentos hospitalares) em detrimento do registo. Acresce ainda, que sobre o universo de doentes fora do CHLO, nas unidades de contingência disponibilizadas pela tutela, ou nas camas de retaguarda contratualizadas pelo CHLO, eles não foram contabilizados como outro internamento, mas mantiveram-se para efeitos de recolha de dados no serviço social, vinculados ao serviço de ação médica, do internamento hospitalar, de onde tiveram alta. Assim, atendendo aos registos da atividade em 2019, a perda anual de 2020, traduziu-se em menos de 30% de doentes atendidos (triagem), embora o “volume” no tratamento de casos, representado nos atos de Acompanhamento Psicossocial, a diferença remeta a valor de menos 13%.

A atividade do serviço foi essencialmente dirigida ao acompanhamento das altas hospitalares no serviço de urgência geral, e nos serviços de internamento, embora algumas valências clínicas de tratamento tenham sido minimizadas, pela afectação da sua capacidade instalada em prol do doente covid.

Relativamente aos protelamentos de alta clínica, por razões protetoras, adstritos a respostas que não integram a da RNCCI (Rede Cuidados Continuados Integrados), em 2020, não tiveram aumento no nº de casos, mas sim do nº de dias por caso, que passou de 29 dias/ caso para 38 dias. Continuou-se tendencialmente a evidenciar, uma resposta pouco ágil, por parte da segurança social CDL/ISS (Centro Distrital de Lisboa/Instituto de Segurança Social) para a valência de ERPI (Estrutura Residencial para Pessoa Idosa).

Foi crucial neste ano, no apoio aos doentes e ao CHLO, para capacidade de leitura da realidade, decisão e prioridade, para além do que é atividade adstrita ao serviço: a manutenção na sinalização e referenciação dos doentes para a RNCCI, a supervisão na tramitação dos processos, a monitorização e reporte superior diário (ARSLVT), neste domínio de cuidados. O reporte citado, integrou também todos os outros casos, em protelamento de alta clínica.

Foi também, na continuidade do ano passado, acometido ao Serviço Social, o concurso e administração das camas de contingência contratualizadas pelo CHLO/plano de contingência, bem como no seguimento dos doentes ali integrados (os que com alta clínica, mas com vulnerabilidade para a alta hospitalar), no seu processo para a alta hospitalar, agora num número mais significativo.

Mantivemos apoio na EIHSCP (Equipa Intra Hospitalar de Suporte a Cuidados Paliativos) - adultos e pediátricos, na EPVA (Equipa Prevenção à Violência em Adultos) no NHACJR (Núcleo Hospitalar de Apoio a Criança e Jovem em Risco), bem como às colegas do Hospital José de Almeida, no melhor acompanhamento de doentes, em contexto de suporte ao protocolo do CHLO com aquela unidade hospitalar, da Misericórdia de Lisboa. Integramos (Serviço Social HSFX) ainda a 3 de fevereiro de 2020, a equipa da unidade de Hospitalização Domiciliar do CHLO. Toda a articulação comunitária, com as forças constituídas resposta aos problemas que os doentes apresentaram, na sua essência se manteve, contudo, às vezes seguindo formas e modelos de comunicação diferentes.

RESUMO DA PRODUÇÃO DAS EQUIPAS DE SERVIÇO SOCIAL - 2020

	Actos Sociais			Episódios Sociais	N.º Utentes atendidos	Doentes Saldos	Casos Sociais c/ Protelamento Alta	% Casos Sociais c/ Protel. Alta
	Triagem	Acomp. Psicossocial	Outras Actividades					
CHLO	5 112	13 143	607	4 861	5 112	21 193	178	0,8%

7 FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO DE 2020

Janeiro

- ♦ **1º Curso de Cirurgia Micrográfica de Mohs**, decorreu de 20 a 21 de janeiro, no Serviço de Dermatologia, com o patrocínio científico da Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia.



Fevereiro



- ♦ **Abertura da Unidade de Hospitalização Domiciliária do CHLO**, no dia 3 de fevereiro, a cerimónia de inauguração decorreu na presença dos colaboradores do serviço, do Conselho de Administração e do Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde de Lisboa Ocidental e Oeiras, Dr. Rafic Nordin.
- ♦ O Serviço de Patologia Clínica obteve a **certificação de “nível bom” pela Andalusian Agency for Healthcare Quality**





- No dia 05/02/2020 o Executivo da Câmara Municipal de Oeiras publicou louvor à Liga dos Amigos do Hospital de São Francisco Xavier, pelo seu meritório e relevante trabalho ao minorar o sofrimento dos que aguardam cuidados ou dos cuidados das suas famílias, em louvável cariz de total voluntariado.

- O Bloco Operatório do Hospital de Santa cruz assinalou o Dia Europeu do Enfermeiro Perioperatório que se assinala 15 de fevereiro.



Março



- Exposição "Dia Internacional da Mulher" Associação Unidas para Vencer/Cerciana - 6 a 30 de março, uma iniciativa da Associação Unidas para Vencer integrada nas comemorações do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Abril

- Gabinete de Apoio do Núcleo de Resposta da Saúde Mental a Acidentes Graves ou Catástrofes do CHLO assegura cuidados de saúde mental aos profissionais do CHLO, bem como aos familiares dos doentes infetados internados. Este grupo integra um médico psiquiatra, um enfermeiro, uma psicóloga e uma assistente social.



"Cuide também de si, Obrigada por ser um Herói"



- ♦ Dia Mundial da Voz, que se comemora a 16 de abril com um Webinar, **Conversa com Especialistas, “Foco na tua Voz”** com a participação da Dra. Clara Capucho da Unidade da Voz do CHLO.

Junho

- ♦ **Serviço de Oncologia premiado com Bolsa de Investigação**, no âmbito de projeto piloto sobre a Avaliação da Qualidade de Vida no doente oncológico.

O projeto desenvolvido pela Dra. Leonor Matos, En^{ra} Sandra Ponte e Psicóloga Sara Teixeira, intitulado "iQualMyVida", pretende explorar em que medida a auto-avaliação sistemática da qualidade vida pelo doente oncológico melhora a efetividade das intervenções clínicas.

Novembro

- ♦ **Hand Medal Project**, os profissionais do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental receberam medalhas, como símbolo de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Uma iniciativa de joalheiros de todo o mundo que decidiram fazer “medalhas com as suas mãos para honrar os trabalhadores da saúde”.



- ♦ **Formação UCF “Saúde Mental na Infância e Adolescência em Tempos de Pandemia”,** decorreu no dia 25 de novembro, webinar, organizado pelo CHLO e o ACES Lisboa Ocidental e Oeiras.



Dezembro

- ♦ **Início da vacinação dos profissionais de saúde contra a covid-19, em 29/12/2020, foram disponibilizando 10 postos no Hospital de São Francisco Xavier.**



8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Hospitalar não efetuou negócios com os seus Administradores, nos termos do artigo 37º do Código das Sociedades Comerciais.

O Centro Hospitalar não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Cumpre-nos informar que não estão a ser utilizados instrumentos de política de cobertura financeira.

Não ocorreram, ou se prevêem vir a ocorrer, quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar em 31 de dezembro de 2020.

O total do Fundo Patrimonial do CHLO ascende, em 31 de dezembro de 2020, a 50.216.999,44 euros negativos. Sendo o valor do Património de 156.100.000 euros, verifica-se que se encontra perdido em mais de 50%.

É convicção do Conselho de Administração do CHLO que a atual situação de desequilíbrio não põe em causa o princípio da continuidade das operações no CHLO que, enquanto entidade pública empresarial de enquadramento estratégico-prioritário, será sempre assegurada pelo Estado.

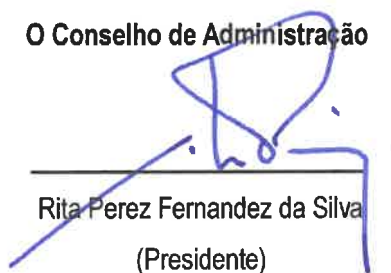
Nesse sentido, o Conselho de Administração e a Tutela nunca deixarão de equacionar diferentes cenários económicos possíveis e mais adequados, para promover essa sustentabilidade.

9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis previstas no artigo 7º, alínea h) dos Estatutos publicados no Anexo II ao Decreto-Lei nº18/2017, de 10 de fevereiro, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., apresentadas as contas do exercício de 2020, propõe a sua aprovação e que o resultado apurado, no montante de 48.819.747,00 euros negativos, seja transferido para resultados transitados.

Lisboa, 26 de maio de 2021

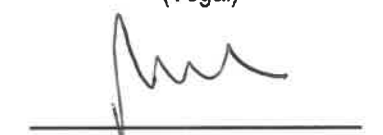
O Conselho de Administração



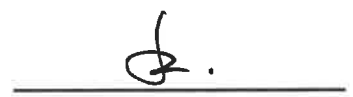
Rita Perez Fernandez da Silva
(Presidente)



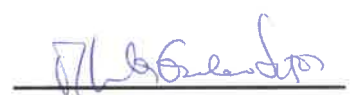
Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira
(Vogal)



Pedro Emanuel Ventura Alexandre
(Vogal)



José Manuel Fernandes Correia
(Diretor Clínico)



Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos
(Enfermeira Diretora)

10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.1. BALANÇO

Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E.			
BALANÇO			
PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2020		MOEDA: EUROS	
RUBRICAS	NOTAS	2020 N	2019 N-1
Ativo			
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis	2;5	62 246 546,60 €	55 832 957,12 €
Propriedades de investimento		- €	- €
Ativos intangíveis	2;3	113 477,62 €	105 965,66 €
Ativos biológicos		- €	- €
Investimentos financeiros		- €	- €
		- €	- €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €
Clientes, contribuintes e Utentes		- €	- €
Accionistas/sócios/associados		- €	- €
Diferimentos		- €	- €
Outros Ativos financeiros	18	268 312,77 €	214 454,28 €
Ativos por impostos diferidos		- €	- €
Outras Contas a receber		- €	- €
Total do Ativo Não Corrente		62 628 336,99 €	56 153 377,06 €
Ativo corrente			
Inventário	2;10	12 251 984,16 €	8 810 401,12 €
Ativos biológicos		- €	- €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		- €	- €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	18	8 743 661,85 €	10 086 435,36 €
Estado e outros entes públicos	23	70 002,42 €	70 012,10 €
Accionistas/sócios/associados		- €	- €
Outras contas a receber	2;18	72 757 860,67 €	67 870 718,76 €
Diferimentos	23	91 515,62 €	- €
Ativos financeiros detidos para negociação		- €	- €
Outros Ativos financeiros		- €	- €
Ativos não correntes detidos para venda		- €	- €
Caixa e depósitos	1;18	1 460 844,23 €	3 950 971,35 €
Total do Ativo Corrente		95 375 868,95 €	90 788 538,69 €
Total do Ativo		158 004 205,94 €	146 941 915,75 €

10.1 BALANÇO (CONTINUAÇÃO)

RUBRICAS	NOTAS	2020 N	2019 N-1
PATRIMONIO LIQUIDO			
Patrimonio/Capital	18	156 100 000,00 €	156 100 000,00 €
Acções (quotas) próprias		- €	- €
Outros instrumentos de capital próprio		- €	- €
Prémios de emissão		- €	- €
Reservas	18	14 103 931,97 €	14 103 931,97 €
Resultados transitados	18	- 208 056 653,06 €	- 215 882 389,90 €
Ajustamentos em Ativos financeiros		- €	- €
Excedentes de revalorização		- €	- €
Outras variações no patrimonio liquido	18	36 455 468,65 €	34 827 590,82 €
Resultado líquido do período	18	- 48 819 747,00 €	- 27 410 752,92 €
Dividendos antecipados		- €	- €
Interesses que não controlam		- €	- €
Total do Património Líquido		- 50 216 999,44 €	- 38 261 620,03 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	8 334 137,60 €	6 840 982,03 €
Financiamentos obtidos	18	703 703,26 €	- €
Fornecedores de investimentos		- €	- €
Fornecedores		- €	- €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		- €	- €
Diferimentos		- €	- €
Passivos por impostos diferidos		- €	- €
Outras contas a pagar		- €	- €
Total do Passivo Não Corrente		9 037 840,86 €	6 840 982,03 €
Passivo corrente			
Credores por transferencias e subsidios não reembolsáveis		- €	- €
Fornecedores	18	79 279 730,16 €	75 182 819,55 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	81 622 046,83 €	73 277 904,61 €
Estado e outros entes públicos	23	5 456 813,03 €	4 605 117,82 €
Accionistas/sócios/associados		- €	- €
Financiamentos obtidos		- €	- €
Fornecedores de investimentos	18	1 980 730,56 €	1 948 849,43 €
Outras contas a pagar	18	30 844 043,94 €	23 347 862,34 €
Diferimentos		- €	- €
Passivos financeiros detidos para negociação		- €	- €
Outros passivos financeiros		- €	- €
Total do passivo corrente		199 183 364,52 €	178 362 553,75 €
Total do passivo		208 221 205,38 €	185 203 535,78 €
Total do Patrimonio Liquido e Passivo		158 004 205,94 €	146 941 915,75 €

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

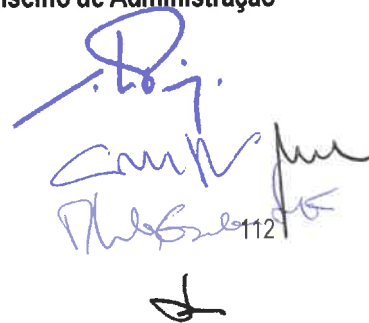
10.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2020				MOEDA: EUROS	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2020 N	2019 N-1		
Impostos, contribuições e taxas	14	2 589 665,61 €	3 527 246,67 €		
Vendas		- €	- €		
Prestações de serviços e concessões	13	175 351 891,42 €	190 037 153,32 €		
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	58 367 879,42 €	31 007 424,25 €		
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		- €	- €		
Variações nos inventários da produção		- €	- €		
Trabalhos para a própria entidade		- €	- €		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	- 97 286 654,49 €	- 88 259 914,40 €		
Fornecimentos e serviços externos	23	- 40 784 897,05 €	- 32 977 860,56 €		
Gastos com o pessoal	2J; 20	-138 789 225,49 €	-127 595 266,79 €		
Transferências e subsídios concedidos		- €	- €		
Prestações sociais		- €	- €		
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	- 8 251,56 €	- 12 865,34 €		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	35 146,24 €	1 111 288,53 €		
Provisões (aumentos/reduções)	15	- 1 493 155,57 €	532 633,82 €		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis		- €	- €		
Aumentos/reduções de justo valor	18	- 29 556,58 €	11 661,37 €		
Outros rendimentos e ganhos	13	2 552 745,22 €	2 683 255,75 €		
Outros gastos		- 586 814,84 €	- 304 919,11 €		
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		- 40 081 227,67 €	- 20 240 162,49 €		
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5	- 8 755 928,40 €	- 7 374 673,15 €		
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		- 48 837 156,07 €	- 27 614 835,64 €		
Juros e rendimentos similares obtidos	13	57 435,34 €	257 674,68 €		
Juros e gastos similares suportados		- 11 228,51 €	- 22 450,46 €		
Resultado antes de impostos		- 48 790 949,24 €	- 27 379 611,42 €		
Imposto sobre o rendimento		- 28 797,76 €	- 31 141,50 €		
Resultado líquido do período		- 48 819 747,00 €	- 27 410 752,92 €		

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



10.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E.			
Demonstração dos Fluxos de Caixa			
PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2020			
MOEDA: EUROS			
RUBRICAS	NOTAS	2020 N	2019 N-1
Fluxos de Caixa Operacionais			
Recebimentos de clientes		179 484 410,85 €	192 343 120,93 €
Recebimentos de contribuintes		- €	- €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		57 377 185,18 €	30 415 868,32 €
Recebimentos de utentes		1 199 537,86 €	2 476 539,71 €
Pagamentos a fornecedores		- 134 461 946,94 €	- 141 858 570,54 €
Pagamentos ao pessoal		- 97 626 201,23 €	- 97 785 143,00 €
Pagamentos a contribuintes / utentes		- 5 835,41 €	- 5 017,01 €
Pagamentos de transferências e subsídios		- 393,81 €	- €
Pagamentos de prestações sociais		- 21 589 496,43 €	- 11 957 033,67 €
Caixa gerada pelas operações		- 15 622 739,93 €	- 26 370 235,26 €
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		- 216 284,57 €	- 138 842,10 €
Outros recebimentos/pagamentos		- 13 455 814,40 €	- 14 889 875,14 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		- 29 294 838,90 €	- 41 398 952,50 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 7 846 674,01 €	- 5 302 105,75 €
Ativos intangíveis		- 6 102,52 €	- 25 919,20 €
Propriedades de investimento		- €	- €
Investimentos financeiros		- 93 391,27 €	- 69 320,85 €
Outros ativos		- 5 133 310,88 €	- 3 370 152,65 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		34 792,05 €	710,95 €
Ativos intangíveis		- €	- €
Propriedades de Investimento		- €	- €
Investimentos financeiros		9 976,20 €	22 371,64 €
Outros ativos		199,26 €	- €
Subsídios ao investimento		516 465,41 €	687 174,80 €
Transferências de capital		- €	- €
Juros e rendimentos similares		- €	- €
Dividendos		- €	- €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 12 518 045,76 €	- 8 057 241,06 €

10.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (CONTINUAÇÃO)

RUBRICAS	NOTAS	2020 N	2019 N-1
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		- €	- €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Cobertura de prejuízos		39 361 564,00 €	51 038 153,36 €
Doações		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- €	- €
Juros e gastos similares	-	38 806,46 €	25 979,06 €
Dividendos		- €	- €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		39 322 757,54 €	51 012 174,30 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-	2 490 127,12 €	1 555 980,74 €
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 394 990,61 €	3 615 113,80 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 950 971,35 €	2 394 990,61 €
Conciliação entre Caixa e seus equivalentes e Saldo de Gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 950 971,35 €	2 394 990,61 €
Equivalentes a caixa no início do período	-	47 603,89 €	47 603,89 €
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		- €	- €
Variações cambiais de caixa no início do período		- €	- €
Saldo da gerência anterior (SGA)		3 903 367,46 €	2 347 386,72 €
De execução orçamental		3 903 367,46 €	- €
De operações de tesouraria		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 460 844,23 €	3 950 971,35 €
Equivalentes a caixa no fim do período	-	47 603,89 €	47 603,89 €
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		- €	- €
Variações cambiais de caixa no fim do período		- €	- €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		1 413 240,34 €	3 903 367,46 €
De execução orçamental		1 413 240,34 €	3 903 367,46 €
De operações de tesouraria		- €	- €

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



10.4 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E.													
Demonstração das Alterações no Património Líquido													
PERÍODO ANO EM DEZEMBRO DE 2020													
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										MONTES: EUROS	
		Capital/ Património Subscrito	Adiç. (quotas) próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variações	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam
		156.100.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14.103.931,97 €	-215.882.189,90 €	0,00 €	34.827.590,82 €	-27.410.752,92 €	-38.261.620,03 €	0,00 €	-38.261.620,03 €
Ajustamentos de transição de referência contabilístico		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alterações de políticas contabilísticas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Correção de erros materiais		- €	- €	- €	- €	- €	4.125.074,24 €	- €	- €	- €	4.125.074,24 €	- €	4.125.074,24 €
Diferença de conversão de demonstrações financeiras		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realização de conversão de demonstrações financeiras		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências e subsídios de capital		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	474.622,64 €	- €	474.622,64 €	- €	474.622,64 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		- €	- €	- €	- €	- €	27.410.752,92 €	- €	2.102.500,47 €	27.410.752,92 €	2.102.500,47 €	- €	2.102.500,47 €
	(2)	- €	- €	- €	- €	- €	51.533.827,16 €	- €	1.627.877,83 €	27.410.752,92 €	2.497.196,41 €	- €	2.497.196,41 €
Resultado Líquido do Exercício (3)										-48.819.747,00 €	48.819.747,00 €	- €	48.819.747,00 €
Resultado Integral (4) = (2)+(3)											51.316.943,41 €	- €	51.316.943,41 €
Operações com detentores de capital ou período												- €	- €
Subscrições de capital/ património		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subscrições e prémios de emissão		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	39.361.564,00 €	- €	- €	- €	39.361.564,00 €	- €	39.361.564,00 €
Outras operações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	(5)	- €	- €	- €	- €	- €	39.361.564,00 €	- €	- €	- €	39.361.564,00 €	- €	39.361.564,00 €
Posição no fim do período (6) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)		156.100.000,00 €	- €	- €	- €	14.103.931,97 €	208.056.633,06 €	- €	36.455.468,65 €	-48.819.747,00 €	50.216.995,44 €	- €	50.216.995,44 €

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



7


 d.

11 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. Identidade da Entidade e Período de Relato

Designação da entidade: Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, EPE (CHLO)

NIF: 507 618 319

Sede: Estrada do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa

Código da classificação orgânica: Funcionamento 121900700 e Investimento 121800700

Tutela: Mistério da Saúde

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável: O Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, EPE é uma entidade pública empresarial detida a 100% pelo Estado, constituída de acordo com o Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro.

De acordo com o estipulado na alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º daquele diploma, o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., integrou, por fusão, as seguintes entidades:

- O Hospital Egas Moniz, S.A., com sede na Rua da Junqueira, 126, 1349-019 Lisboa,
- O Hospital de Santa Cruz, S.A., com sede na Avenida Professor Reinaldo dos Santos, 2790-134 Carnaxide,
- O Hospital de São Francisco Xavier, S.A., com sede na Estrada do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa.
- Nos termos do n.º 4, artigo 1.º do citado diploma, as entidades atrás referidas foram extintas com a criação do Centro Hospitalar.

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e do artigo 18.º do anexo da Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro. Consequentemente, é-lhe aplicável o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto) e, subsidiariamente, o Código das Sociedades Comerciais.

1.2. Referencial Contabilístico

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- i. As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- ii. O Sistema de Normalização Contabilística (SNC);
- iii. As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- iv. As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício de 2020, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras

b) Comparabilidade

No exercício de 2020, não foram identificadas situações de não comparabilidade das rubricas das Demonstrações Financeiras.

d) Saldos significativos de Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

No que diz respeito a saldos significativos de Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso, deverão ser destacados:

- Aplicação a prazo, de suporte à Garantia Tribunal de Trabalho – 47.603,89 €

e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31/12/2020, e de forma comparativa com 31/12/2019, a desagregação de caixa e depósitos bancários era a seguinte:

1.1 Desagregação de Caixa e Depósitos		
Conta	31/12/2020	31/12/2019
	€	€
Caixa	1 480,00 €	3 919,73 €
Depósitos à ordem	1 411 760,34 €	3 899 447,73 €
Depósitos à ordem no Tesouro	1 394 886,99 €	3 879 134,73 €
Depósitos bancários à ordem	16 873,35 €	20 313,00 €
Depósitos a prazo	47 603,89 €	47 603,89 €
Depósitos a prazo	47 603,89 €	47 603,89 €
Depósitos de garantias e cauções	- €	- €
Total de caixa e depósitos	1 460 844,23 €	3 950 971,35 €

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são aprestadas em euros, sendo esta a moeda funcional de apresentação.

a) Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

b) Informação Comparativa

Sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- i. A natureza de reclassificação
- ii. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada

iii. Razão para a reclassificação.

c) Consistência de Apresentação

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível, as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

d) Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

d) Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

e) Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, CHLO, EPE continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2. Outras políticas contabilísticas de relevância

Paralelamente à preparação geral das Demonstrações Financeiras de acordo com a NCP 1, o CHLO descreve de seguida as demais políticas contabilísticas de relevância que foram consideradas na elaboração do seu relato financeiro, nomeadamente ao nível da mensuração.

a) Ativos Intangíveis (NCP 3)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Quando estamos perante ativos intangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor.

b) Ativos Fixos Tangíveis (NCP 5)

Mensuração inicial:

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição, o qual inclui:

- Preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais
- Custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, tais como desbravamento de terrenos, movimentação de terras e drenagem, gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações
- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, e de restauração do local no qual este está localizado.

São ainda incluídos no custo de aquisição, quaisquer bens necessários por razões de segurança ou ambientais que não tragam influxos adicionais, pois sem eles o bem pode não entrar em funcionamento, logo não irá gerar quaisquer influxos.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada como segue

- Bens Imóveis – ao valor patrimonial tributário (VPT)
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado

Pelo montante do ativo reconhecido deve ser reconhecido um rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo ativo (subsequentemente quando o passivo for reduzido o rendimento é reconhecido).

No entanto, se essa transferência satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido nem um passivo nem um rendimento, mas sim um incremento no património líquido (conta 5942 – doações obtidas – em outros ativos).

Quando um ativo fixo tangível é adquirido numa transação em que o respetivo pagamento é diferido no tempo, quer o ativo quer o passivo são reconhecidos ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:

- A transação com contraprestação não tiver substância comercial
- O justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

Mensuração subsequente:

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Estes ativos podem ser revalorizados quando os critérios e parâmetros para a revalorização estão definidos em dispositivo legal adequado. O valor do ativo revalorizado será o seu justo valor na data de revalorização menos a depreciação subsequente acumulada.

Custos subsequentes:

O tratamento dos custos subsequentes relacionados com um ativo fixo tangível deve ser o seguinte:

- Custos de assistência técnica corrente – reconhecer como custos do exercício
- Substituições de determinadas componentes em intervalos regulares – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e devem ser desreconhecidos os itens substituídos
- Grandes inspeções regulares (independentemente de partes do bem serem ou não substituídas) – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e deve ser desreconhecida a quantia escriturada da anterior inspeção

Vida útil:

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperada

- O desgaste físico esperado (número de turnos, programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo)
- A obsolescência técnica e comercial
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total deve ser depreciada separadamente, podendo agregar-se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto.

As taxas de depreciação utilizadas estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar.

Método de Depreciação:

O método de depreciação utilizado pelo CHLO é o das quotas constantes, refletindo o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade.

Valor Residual:

A quantia depreciável de um ativo é calculada após a dedução do seu valor residual. A estimativa do valor residual deve ser revista em cada data de relato. Qualquer alteração à estimativa inicial é contabilizada no exercício corrente ou em exercícios futuros, tal como previsto na NCP 2.

É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável.

Imparidade:

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo, isso for exigido por uma outra NCP.

O encargo da depreciação /amortização deve ser ajustado em períodos futuros em função da quantia escriturada revista do ativo.

Caso as situações que estão na base da imparidade se alterem, é efetuada a reversão da perda por imparidade. Esta reversão tem como consequência um aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e deve ser reconhecida imediatamente em resultados.

No entanto, a quantia escriturada acrescida de um ativo que seja atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciação / amortização) se não tivesse sido reconhecida perda por imparidade no ativo em períodos anteriores.

Após o reconhecimento da reversão, o encargo com a depreciação / amortização ou o valor residual deve ser revisto e ajustado de acordo com a NCP aplicável ao ativo.

Desreconhecimento

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação), ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço

A alienação de um ativo fixo tangível pode ocorrer:

- Por venda – aplicada a NCP 13 para reconhecimento do rendimento da venda de bens
- Por celebração de uma locação financeira – aplicada a NCP 6 a uma alienação efetuada ao celebrar uma locação financeira ou a uma venda seguida de locação

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos nos resultados (a menos que a NCP 6 exija de forma diferente no caso de uma venda seguida de locação) no período do abate ou alienação.

Se o pagamento de um ativo fixo tangível for diferido, a retribuição recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo preço a dinheiro equivalente e a diferença entre a quantia nominal da retribuição e o preço a dinheiro equivalente deve ser reconhecida como rendimento de juro segundo a NCP 13 usando o modelo do juro efetivo.

c) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As

restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

d) Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial:

Um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital só são reconhecidos quando o CHLO se torne numa parte contratual do instrumento.

No momento do reconhecimento inicial, os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao justo valor.

Os instrumentos de capital próprio são inicialmente reconhecidos pela quantia de dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos ou a receber em troca. Se o pagamento for diferido e o valor temporal do dinheiro for significativo, a mensuração deverá ser ao valor presente da quantia a receber.

Os custos de transação dos ativos e passivos financeiros são incluídos no custo de aquisição se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

Mensuração subsequente:

- Ativos e Passivos Financeiros
 - Todos os ativos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados, com as seguintes exceções:

- Instrumentos de capital próprio de outras empresas não cotadas ou cujo justo valor não possa ser estimado com fiabilidade, bem como os derivados associados, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade
 - Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados, numa base líquida e que se espera que reúnam as condições para serem reconhecidos ao custo ou ao custo amortizados menos perdas por imparidade e que a entidade designe, no momento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
 - Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efetivo, menos perdas por imparidade;
 - Ativos financeiros não derivados para serem detidos até à maturidade, os quais devem ser mensurados ao custo amortizado
- Um ativo financeiro pode ser mensurado ao custo amortizado se satisfazer todas as condições:
- Tem uma maturidade definida
 - Os retornos para o detentor são em montante fixo, de taxa de juro fixa durante o investimento ou taxa variável que seja um indexante típico de mercado ou que inclua spread sobre esse indexante
 - Não têm nenhuma cláusula que possa implicar perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo o risco de crédito)
- Todos os passivos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao custo amortizado usando o método do juro efetivo ("custo amortizado"), com a seguinte exceção:
- Passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados ao justo valor através de resultado (*Nota: Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se (i) For suportado principalmente para a finalidade de o recomprar num prazo muito próximo; (ii) For suportado principalmente para a finalidade de o recomprar num prazo muito próximo; ou (iii) For um derivado - exceto se for um instrumento de cobertura designado e eficaz*)

Desreconhecimento:

- Ativos Financeiros
- Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando:
 - Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram
 - A entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro, ou
 - A entidade transfere para outra entidade parte dos riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro

○ Qualquer diferença entre a retribuição recebida e a quantia reconhecida e desreconhecida deve ser incluída na demonstração dos resultados do período da transferência.

- **Passivos Financeiros**

○ Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) deve ser desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou tenha expirado.

Imparidade:

Para os ativos financeiros, a imparidade é testada quando existem indícios de que um determinado ativo possa estar em imparidade.

O montante a reconhecer de perda por imparidade deverá ser mensurado da seguinte forma:

- Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados, os quais devem ser descontados com base na taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, e
- Para ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Reversão:

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, se subsequentemente o valor reconhecido como perda por imparidade diminuir e tal diminuição possa estar objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade (como, por exemplo, uma melhoria na notação de risco do devedor), essa perda por imparidade deve ser revertida. A reversão da perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão não poderá resultar num aumento do valor que o respetivo ativo tinha, antes de ter sido registada a perda por imparidade.

Quando se verificarem as condições de incobrabilidade que permitam o desreconhecimento dos ativos a que respeitem as imparidades, as contas de imparidade são debitadas por contrapartida das correspondentes contas da Classe 2.

Para os investimentos financeiros em participadas cujas ações não sejam negociadas publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados, nestes casos, é proibida a reversão das perdas por imparidade.

e) Transferências e subsídios

Reconhecimento:

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- Serão cumpridas as condições, a ele associada
- O mesmo será recebido

Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

○ Subsídios não reembolsáveis – aqueles que se encontrem relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente:

▪ Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma a que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem

▪ Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables devem ser mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade

○ Subsídios reembolsáveis – estes subsídios são contabilizados como passivos, tratando-se de um passivo financeiro (de acordo com o previsto no ponto d, instrumentos financeiros)

▪ Um subsídio que inicialmente se tenha considerado não reembolsável e se torne reembolsável será contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística, isto é, terá efeitos prospetivos.

f) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o CHLO racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

Para efetuar a estimativa, o CHLO determina o “valor esperado”, que é um método estatístico que tem em conta todos os possíveis desfechos e as respetivas probabilidades associadas.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é materialmente relevante, a quantia de uma provisão deve ser o valor presente dos dispêndios que se esperam sejam necessários para liquidar a obrigação. Quando uma provisão for descontada para o seu valor presente, o valor da provisão irá aumentar em cada ano à medida que a provisão mais se aproximar do momento esperado de liquidação. A taxa de desconto a utilizar deve ser uma taxa antes de impostos que reflita simultaneamente avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do passivo em questão.

Este aumento no valor da provisão é reconhecido como um encargo financeiro na demonstração dos resultados.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se estivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido. É divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

g) Provisões e Passivos Contingentes

Um ativo contingente não é reconhecido. Os ativos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade. Quando tal alteração ocorre, o CHLO reconhece o ativo e o rendimento relacionado nas demonstrações financeiras desse período.

Nessa avaliação contínua, se o CHLO determinar que se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, então o ativo contingente que até aqui não era divulgado, passa a ser deve ser divulgado nas demonstrações financeiras desse período.

h) Rendimento – Transações com contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

Prestação de Serviços

O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento – método da percentagem de acabamento.

Venda de bens

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens
- Na maioria dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do título legal ou com a passagem da posse do ativo para o comprador
- A entidade não manter envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos.

Juros, royalties e dividendos

O rendimento proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que geram juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares, deve ser reconhecido quando:

- For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associado à transação fluirão para a entidade
- A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade.

i) Rendimento – Transações sem contraprestação

Reconhecimento do ativo

O CHLO reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento. Em vez de um ativo, poderá ser reconhecida uma diminuição do passivo (quando, por exemplo, o credor perdoa um passivo). Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. Quando a obrigação que deu origem ao reconhecimento do passivo for satisfeita, deve ser reduzida a quantia do passivo reconhecido e reconhecer uma quantia de rendimento igual a essa redução.

Mensuração inicial do ativo

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação deve ser inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição (que corresponde à melhor estimativa do influxo de recursos para a entidade).

j) Benefícios dos empregados

O CHLO reconhece um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a pagar no futuro e um gasto quando a entidade consumir os benefícios económicos decorrentes dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados. Os benefícios aos empregados incluem os salários, contribuições, férias anuais pagas e ausências por doença pagas, sendo os mesmos contabilizados no mesmo período temporal em que os funcionários prestaram o serviço.

k) Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do

balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (*“non adjusting events”* ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

l) Partes Relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. As partes relacionadas incluem:

- a) Entidades que controlem ou sejam controladas diretamente, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, pela entidade que relata
- b) Associadas (NCP 23 — Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos)
- c) Indivíduos que possuem, direta ou indiretamente, um interesse na entidade que relata, que lhes confere influência significativa sobre a mesma, e membros próximos da família de qualquer um destes indivíduos
- d) Pessoas chave da gestão, e membros próximos da família das mesmas
- e) Entidades em que um interesse substancial é detido, direta ou indiretamente, por qualquer pessoa descrita nas alíneas (c) ou (d), ou na qual tal pessoa é capaz de exercer influência significativa.

m) Especialização de Exercícios

O CHLO regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do exercício, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

As situações referentes a rendimentos e ganhos, que carecem de especialização, são as seguintes:

- Contrato Programa, Incentivos institucionais e Custos de contexto
- Programas Verticais
- Convenções Internacionais
- Outros subsistemas
- Outras faturas fora do âmbito de prestação de cuidados de saúde (e.g. rendas)
- Taxas Moderadoras
- Descontos Obtidos (e.g. Apifarma e Payback)

No que diz respeito às situações referentes aos gastos, urge salientar as seguintes:

- Fornecimentos e serviços externos, subcontratos, SIGIC;
- Especialização das Férias e Subsídio de Férias
- Horas extraordinárias e Noites e Suplementos

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

De uma forma global, a preparação das Demonstrações financeiras por parte do Conselho de Administração baseou-se no seu melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos e estimativas relativas a eventos futuros.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis
- Análises de imparidade de ativos não correntes e ativos financeiros
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, dívida a receber de clientes
- Estimativa de férias e subsídio de férias
- Reconhecimento do rendimento associado ao contrato programa
- Programas Verticais
- Convenções Internacionais
- Reconhecimento do rendimento associado a Outros Subsistemas de Saúde e rendimentos fora do âmbito de prestação de cuidados de saúde (e.g. rendas)
- Reconhecimentos de gastos de fornecimentos e serviços externos, subcontratos, SIGIC
- Horas extraordinárias e Noites e Suplementos
- Descontos obtidos (e.g. Apifarma e Payback).

2.4. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do CHLO, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Nesse sentido, as estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas e repercutidas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

2.5. Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Iniciado no exercício económico de 2018, em 2020 o CHLO continuou a ter como base de registo e relato financeiro e orçamental das suas operações, o normativo contabilístico SNC-AP.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificarem e se reconhecerem nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face aos acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades. Ora, apesar do impacto causado pela COVID-19 no sector da saúde a nível nacional e internacional, a nível económico-financeira não é previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamento materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1. Ativos Intangíveis gerados internamente e outros

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida

b) Métodos de amortização

O método de amortização utilizado é o da amortização anual pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram as seguintes variações:

AI – Ativos Intangíveis

Rubricas	3.2 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período									
	Variações									
Ativos Intangíveis	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	105 965,66 €	58 949,20 €	- €	- €	- €	- €	96 390,43 €	- €	- €	68 524,43 €
Propriedade Industrial e Intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	- €	44 953,19 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	44 953,19 €
Total	105 965,66 €	103 902,39 €	- €	- €	- €	- €	96 390,43 €	- €	- €	113 477,62 €

De forma a sustentar o Quadro anterior, apresentamos de seguida a desagregação das variações por tipologia:

e.1) AI-A – Ativos Intangíveis desagregação das Adições

Rubricas	3.2A - Ativos Intangíveis - Adições									
	Adições									
Ativos Intangíveis	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Doação, Herança, Legado ou Período a Favor do Estado	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	- €	58 949,20 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	58 949,20 €
Propriedade Industrial e Intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos Intangíveis em curso	- €	44 953,19 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	44 953,19 €
Total	- €	103 902,39 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	103 902,39 €

e.2) AI-A – Ativos Intangíveis desagregação das Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram diminuições.

3.2B - Ativos intangíveis - Diminuições	
Rubricas	Diminuições
Ativos Intangíveis	
	Alienação a Título Oneroso
	Transferência ou Troca
	Fusão, Cisão, Reestruturação
	Outras
	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €
Goodwill	- €
Projetos de desenvolvimento	- €
informação	- €
Propriedade industrial e intelectual	- €
Outros	- €
Ativos intangíveis em curso	- €
Total	- €

4. ATIVOS TANGÍVEIS

1.1. Ativos Fixos Tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2018, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das depreciações.

Na transição para o SNC-AP manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2018 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compras, quaisquer custos diretamente atribuíveis as atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparação são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Métodos de depreciação utilizados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 – cadastros e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedade de investimento do SNC-AP (CC2).

e) Ativos Fixos Tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram as seguintes variações:

AFT – Ativos Fixos Tangíveis

Rubricas	5.2 - Ativos tangíveis - quantia escriturada e variações do período									
	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Ativos Fixos em Concessão										
Outros Ativos Fixos Tangíveis	55 832 957,12 €	15 084 053,27 €	- €	- €	- €	- €	6 965 961,14 €	- €	1 704 502,65 €	62 246 546,60 €
Terrénos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	35 865 367,63 €	373 595,82 €	1 665 418,36 €	- €	- €	- €	4 586 785,92 €	- €	- €	33 317 595,89 €
Equipamento básico	11 601 114,84 €	7 004 403,48 €	164 263,80 €	- €	- €	- €	1 844 850,98 €	- €	1 482 842,82 €	15 442 088,32 €
Equipamento de transporte	161 075,88 €	- €	- €	- €	- €	- €	2 006,07 €	- €	44 015,61 €	115 054,20 €
Equipamento administrativo	1 000 043,30 €	793 928,42 €	- €	- €	- €	- €	288 486,98 €	- €	154 647,40 €	1 350 837,34 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos tangíveis	1 175 964,66 €	1 055 528,39 €	517 774,24 €	- €	- €	- €	243 831,19 €	- €	22 996,83 €	2 482 439,28 €
Ativos tangíveis em curso	6 029 390,81 €	5 856 597,16 €	2 347 456,40 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	9 598 531,57 €
Total	55 832 957,12 €	15 084 053,27 €	- €	- €	- €	- €	6 965 961,14 €	- €	1 704 502,65 €	62 246 546,60 €

e.1) AFT-A – Ativos Fixos Tangíveis – desagregação das Adições

Rubricas	5.2A - Ativos tangíveis - Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou período a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fundo, Clube, Reestruturação	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Ativos Fixos em Concessão										
Outros Ativos Fixos Tangíveis	- €	13 659 714,57 €	- €	- €	- €	1 424 338,70 €	- €	- €	- €	15 084 053,27 €
Terrénos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	335 764,97 €	- €	- €	- €	37 830,85 €	- €	- €	- €	373 595,82 €
Equipamento básico	- €	5 617 945,62 €	- €	- €	- €	1 386 457,86 €	- €	- €	- €	7 004 403,48 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	- €	793 928,42 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	793 928,42 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos tangíveis	- €	1 055 478,40 €	- €	- €	- €	49,99 €	- €	- €	- €	1 055 528,39 €
Ativos tangíveis em curso	- €	5 856 597,16 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	5 856 597,16 €
Total	- €	13 659 714,57 €	- €	- €	- €	1 424 338,70 €	- €	- €	- €	15 084 053,27 €

e.2) AFT-D – Ativos Fixos Tangíveis – desagregação das Diminuições

5.2B - Ativos tangíveis - Diminuições						
Rubricas	Diminuições					
Ativos Intangíveis	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Ativos Fixos em Concessão						
Outros Ativos Fixos Tangíveis	- €	- €	- €	- €	1 704 502,65 €	1 704 502,65 €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento básico	- €	- €	- €	- €	1 482 842,82 €	1 482 842,82 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	44 015,61 €	44 015,61 €
Equipamento administrativo	- €	- €	- €	- €	154 647,40 €	154 647,40 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos tangíveis	- €	- €	- €	- €	22 996,82 €	22 996,82 €
Ativos tangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	- €	- €	- €	- €	1 704 502,65 €	1 704 502,65 €

Nota: O quadro expressa o valor bruto das diminuições.

9. IMPARIDADE DE ATIVOS

a) Imparidades de clientes de cobrança duvidosa

Foram reconhecidas imparidades de clientes, de acordo com o seguinte critério:

- Dividas a receber das entidades privadas: o cálculo da imparidade tem como base o critério fiscal: 25% entre os 6 e os 12 meses da divida vencida, 50% entre os 12 e 18 meses da divida vencida, 75% entre os 18 e 24 meses da divida vencida e 100% divida vencida a mais de 24 meses
- Dividas a receber das entidades públicas: o cálculo da imparidade tem como base o critério fiscal: 25% entre os 6 e os 12 meses da divida vencida, 50% entre os 12 e 18 meses da divida vencida, 75% entre os 18 e 24 meses da divida vencida e 100% divida vencida a mais de 24 meses
- Dividas a receber em cobrança duvidosa: o cálculo da imparidade tem como base o critério fiscal: 25% entre os 6 e os 12 meses da divida vencida, 50% entre os 12 e 18 meses da divida vencida, 75% entre os 18 e 24 meses da divida vencida e 100% divida vencida a mais de 24 meses.

Em 31 de dezembro de 2020, foram reconhecidas as seguintes reversões de imparidades de ativos geradores e não geradores de caixa:

9.1 Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa								
Ativo	Natureza	31/12/2020			31/12/2019			Imparidade do Período €
		Quantia Bruta (3)	Imparidade Acumulada (4)	Quantia Recuperável (5) = (3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Imparidade Acumulada (7)	Quantia Recuperável (8) = (6)-(7)	
Contas a Receber Clientes	Ativo Gerador de Caixa	36 348 976,88 €	27 605 315,03 €	8 743 661,85 €	37 726 896,63 €	27 640 461,27 €	10 086 435,36 €	35 146,24 €
Total de caixa e depósitos		36 348 976,88 €	27 605 315,03 €	8 743 661,85 €	37 726 896,63 €	27 640 461,27 €	10 086 435,36 €	35 146,24 €

10. INVENTÁRIOS

a) Política Contabilística e método de custeio usado

O CHLO adota o sistema do custo médio ponderado como método de custeio dos seus inventários, que integram o respetivo imposto sobre o valor acrescentado. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

b) Quantia de inventários registada

Detalhe do Inventário

Em 31 de dezembro de 2020, os inventários detalhavam-se da seguinte forma:

10.1 Inventários			
Rubrica (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade Acumulada (3)	Quantia Recuperável (4) = (2)-(3)
Mercadorias	- €	- €	- €
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	12 298 113,08 €	46 128,92 €	12 251 984,16 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €
Produtos e Trabalhos em curso	- €	- €	- €
Total de Inventários	12 298 113,08 €	46 128,92 €	12 251 984,16 €

O valor da imparidade calculada foi constituído tendo por base o valor dos artigos não movimentados no ano de 2020.

Movimentos do Período

Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos no Período							Quantia escriturada Final
		Compras Líquidas	Consumos / Gastos	Varições nos inventários da produção	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(9) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)
Mercedarias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	8 810 401,12 €	98 930 910,33 €	97 286 654,49 €	8 251,56 €	- €	- €	- €	1 805 578,76 €	12 251 984,16 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e Trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	8 810 401,12 €	98 930 910,33 €	97 286 654,49 €	8 251,56 €	- €	- €	- €	1 805 578,76 €	12 251 984,16 €

Ao nível dos inventários, o aumento da quantia escriturada final é essencialmente explicado:

- Pela adoção do procedimento indicado pelo Despacho nº 8057/2020, que que determinava que, nas unidades hospitalares do SNS e restantes unidades de saúde do SNS e do Ministério da Saúde, deveriam ser reforçados os stocks de medicamentos, de dispositivos médicos, de equipamentos de proteção individual, de reagentes e de outro material de laboratório em, no mínimo, 20%
- Pelo acréscimo de 1.805.578,76€ ao nível da rubrica "Outros aumentos de Inventário", relacionado com:
 - Doações de material de consumo clínico para o combate à pandemia da COVID-19, por parte do Laboratório Militar/INFARMED, INSA e ACSS (ventiladores, bombas de perfusão, seringas infusoras e consumíveis), no valor de 678.161,77€ (Nota: o montante referido foi registado a nível contabilístico pelo preço médio proveniente do sistema informático de Logística do CHLO, uma vez que os procedimentos da unidade de farmácia levaram ao seu registo com valor 0 – dado ter sido considerado como uma doação).
 - O ajuste, no valor de 1.127.416,99€, entre os valores refletidos no sistema contabilístico do CHLO e os valores refletidos no sistema de logística e farmácia (Nota: quantia escriturada reflete o saldo real de inventários, uma vez que à data do fecho ainda existia um número considerável de faturas a registar na contabilidade, já com registo de entrada nos sistemas de logística e farmácia)

De realçar igualmente a existência em armazém da Logística de bens consignados no montante de 622.456,49€ - dada a sua natureza, estes bens não se encontram registados nas rubricas do CHLO.

f)Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como gasto do período

10.1f Inventários - Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidos como gasto do período					
Rubrica (1)	Saldo Inicial 31/12/2019 (2)	Aumentos (3)	Reversões (4)	Utilizações (5)	Saldo Final 31/12/2020 (6)
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	37 877,36 €	8 251,56 €	- €	- €	46 128,92 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e Trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €
Total	37 877,36 €	8 251,56 €	- €	- €	46 128,92 €

O aumento do valor da imparidade, à semelhança do ano de 2019, foi calculado tendo por base o valor dos artigos não movimentados e fora de validade durante ano e 2020.

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas Contabilísticas e métodos utilizados

O Despacho n.º 721/2006, de 11 de janeiro, veio definir as cláusulas contratuais gerais dos Contratos Programa a celebrar entre as unidades de saúde integradas no setor empresarial do Estado e o Ministério da Saúde, para pagamento de atos e atividades. Naquele diploma legal é estabelecido como objeto dos contratos programa a realização de prestação de saúde aos utentes do SNS mediante pagamento de contrapartidas financeiras em função das condições previstas e resultados obtidos.

Os rendimentos resultantes da prestação de saúde pelas entidades públicas empresariais e decorrentes da celebração do contrato programa, assumem a natureza de rendimentos com contraprestação, uma vez que a entidade recebe valor de uma outra entidade (ACSS) para, em troca, realizar a produção contratada, sendo aplicável, quanto à contabilização destes rendimentos, a NCP 13 – Rendimentos de Transações com Contraprestação.

No ano de 2020, para efeitos de reporte das demonstrações financeiras, o CHLO considerou o rendimento mensal respeitante à produção a realizar, tendo por base a produção real obtida à data de 31/12/2020 nos registos informáticos.

b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

As prestações de serviços e outros rendimentos, efetuadas nos exercícios de 2020 e 2019, têm a seguinte decomposição:

13.1 Rendimentos com contraprestação		
Rendimentos	31/12/2020	31/12/2019
	€	€
Taxas Moderadoras	2 589 665,61 €	3 527 246,67 €
Prestação de Serviços	175 351 891,42 €	190 037 153,32 €
Serviços específicos do setor da saúde abrangidos pelo Contrato Programa	167 446 053,03 €	182 204 499,78 €
Serviços específicos do setor da saúde excluídos do Contrato Programa	7 905 838,39 €	7 832 653,54 €
Reversões	35 146,24 €	1 643 922,35 €
Outros Rendimentos Suplementares	2 610 180,56 €	2 940 747,74 €
Rendimentos Suplementares	2 502 244,38 €	2 579 781,55 €
Descontos Pronto Pagamento obtidos	57 435,34 €	257 491,99 €
Ganhos em inventários	42 281,76 €	84 600,36 €
Correções relativas a períodos anteriores	- €	- €
Outros Rendimentos Suplementares	8 219,08 €	18 873,84 €
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	- €	182,69 €
Total	180 586 883,83 €	198 149 252,77 €

De uma forma global, e comparativamente ao ano de 2019, verificou-se em 2020 um decréscimo ao nível do valor rubricas de Rendimentos com Contraprestação do CHLO.

Relativamente à redução dos rendimentos provenientes de taxas moderadoras e de prestação de serviços (e em concreto, os rendimentos abrangidos pelo Contrato Programa de 2020), este efeito é explicado diretamente pela diminuição da atividade hospitalar resultante da pandemia COVID-19 durante o ano de 2020.

Em linha com o observado para as rubricas anteriores, assistiu-se ao decréscimo dos Outros Rendimentos Suplementares, por via, essencialmente, de uma diminuição dos descontos de pronto pagamento obtidos e dos ganhos em inventários.

Detalhe do Contrato Programa

Detalhe do Contrato Programa - ACSS								
Ano CP	Total Contratado (incluindo Custos de Contexto)	Faturado	Incentivos	Produção	Custos de Contexto	Penalizações e Deduções	Total Faturado Líquido	Acréscimos
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)=(7)-(2)-(5)
2020	232 764 172,10 €	167 075 175,80 €	11 358 891,60 €	156 087 161,43 €	57 168 861,15 €	- €	224 614 914,18 €	370 877,23 €

Detalhe da Rubrica: Outros Rendimentos Suplementares

13.1a Detalhe da subrubrica Rendimento Suplementares		
Rendimentos	31/12/2020	31/12/2019
	€	€
Rendimentos Suplementares		
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	406 344,50 €	902 300,21 €
Estudos, projetos e assistência tecnológica	268 156,29 €	357 075,20 €
Outros rendimentos suplementares	1 827 743,59 €	1 320 406,14 €
Total	2 502 244,38 €	2 579 781,55 €

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

14.1. Divulgação das Classes de Rendimentos sem Contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidas nos anos de 2020 e de 2019, têm a seguinte decomposição na Demonstração de Resultados:

14.1 Rendimentos sem contraprestação		
Rendimentos	31/12/2020	31/12/2019
	€	€
Impostos, Contribuições e Taxas	- €	- €
Impostos Diretos	- €	- €
Impostos Indiretos	- €	- €
Contribuições para sistemas de proteção social	- €	- €
Taxas, multas e outras penalidades	- €	- €
Transferências obtidas	57 168 861,15 €	30 407 373,12 €
Subsídios Obtidos	1 199 018,27 €	600 051,13 €
Total	58 367 879,42 €	31 007 424,25 €

As verbas extraordinárias atribuídas ao CHLO como verba de convergência ou custos de contexto destinadas a compensar situações extraordinárias não cobertas pelo contrato programa em termos de produção, configura a atribuição de um rendimento para o qual não existe contraprestação. O CHLO recebe verbas da ACSS sem haver contrapartida (valores não faturáveis).

De acordo com as diretrizes da Circular Normativa n.º 6/2019 emitida pela ACSS e onde constam as instruções para a contabilização dos Contratos Programa, Programas Verticais e Convenções Internacionais, as verbas extraordinárias atribuídas à entidade como verba de convergência e/ou custo contexto, é registado na rubrica 75 – Transferências e subsídios correntes obtidos.

Detalhes da rubrica Transferências Obtidas a 31 de dezembro de 2020 e 2019

14.1a Detalhe da subrubrica Transferências e Subsídios		
Conta	31/12/2020	31/12/2019
	€	€
Transferências e subsídios correntes obtidos	58 367 879,42 €	31 007 424,25 €
Custos de Contexto	57 168 861,15 €	30 407 373,12 €
Reconhecimento de subsídios de investimento e exploração	1 199 018,27 €	600 051,13 €
Total	58 367 879,42 €	31 007 424,25 €

O valor desta rubrica é constituído pelos custos de contexto e subsídios de investimento/ exploração e ascendem aos montantes de **57.168.861,15€** e **1.199.018,27€**, respetivamente.

O aumento substancial dos custos de contexto reflete as atribuições de verbas extraordinárias recebidas por parte ACSS, para fazer face à redução da dívida, mas igualmente para minimizar o impacto da pandemia da COVID-19 ao nível da produção hospitalar de 2020.

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

- Existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o exercício de 2020, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de Provisões:

15.1 Provisões					
Provisões	Saldo inicial 31-12-2019	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31-12-2020
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Impostos	- €	- €	- €	- €	- €
Contribuições	- €	- €	- €	- €	- €
Juros de mora	- €	- €	- €	- €	- €
Garantias a clientes	- €	- €	- €	- €	- €
Processos judiciais em curso	2 158 245,01 €	871 862,92 €	- €	- €	3 030 107,93 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias ambientais	- €	- €	- €	- €	- €
Contratos onerosos	- €	- €	- €	- €	- €
Reestruturação e reorganização	- €	- €	- €	- €	- €
Outras provisões	4 682 737,02 €	621 292,65 €	- €	- €	5 304 029,67 €
Total Provisões	6 840 982,03 €	1 493 155,57 €	- €	- €	8 334 137,60 €

A quantia reconhecida como provisão para processos judiciais, ascende a **3.030.107,93€**.

Na rubrica de “Outras Provisões”, e como prudência, o CHLO considerou o montante de **5.304.029,67€** de forma a acautelar possíveis incobranças nas taxas moderadoras do período 2006 a 2020, sendo o montante da dívida de 8.775.759,42€. Ainda ao nível das taxas moderadoras, e relativamente ao prazo de prescrição das mesmas, a ACSS enviou para os Serviços e Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde a Circular Informativa Nº1/2020 onde esclareceu que, “por serem consideradas tributos públicos, (as taxas moderadoras) têm um prazo de prescrição de oito anos contados a partir da data em que ocorreu a realização das prestações de saúde associadas, sendo que, o direito de liquidar caduca caso não ocorra uma notificação válida ao utente, no prazo de quatro anos, aplicando-se para o efeito, o exposto nos artigos 45.º, 46.º, 48.º e 49.º da Lei Geral Tributária, na sua atual redação”. Embora sem impacto no exercício de 2019, a Administração do CHLO terá em conta este pressuposto no decorrer da atividade de 2020, que altera de 3 para 4 anos a caducidade do direito de liquidar estes montantes em dívida. De realçar igualmente que, no decorrer do ano de 2020, derivado do contexto da pandemia, a deslocação de utentes às instalações do CHLO para a atividade hospitalar “Não-COVID-19” foi quase inexistente, o que contribuiu para uma menor capacidade de cobrança pelos serviços de tesouraria de eventuais dívidas anteriores relacionadas com não pagamento de taxas moderadoras.

16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

O CHLO reconhece as transações em moeda estrangeira às taxas de câmbio (vs. Euro) das datas das referidas transações.

17. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 19/05/2021 pelo Conselho de Administração do CHLO.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2020.

No entanto, a atual situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19 poderá ter impactos na conta de gerência de 2021. Em concreto, o setor da Saúde voltou a ser profundamente afetado no início do presente ano civil, com o aumento da pressão nos internamentos e cuidados intensivos das unidades de saúde. Apesar da situação epidemiológica, à data da emissão do presente documento, se encontrar controlada, não existem certezas sobre potenciais vagas adicionais que possam colocar novamente o sector da saúde sobre pressão operacional.

Neste sentido, os responsáveis do CHLO manterão a sua abordagem assente no rigor e na competência, visando a minimização de quaisquer impactos que possam vir a influenciar a operacionalidade e a atividade do Centro Hospitalar e da Saúde em Portugal.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e outros terceiros são registadas pelo valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial, sendo subsequentemente mensurado pelo custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidades.

- Detalhe de Clientes e Outras Contas a receber

18.1 A - Ativos Financeiros - Clientes e Outras Contas a receber			
Rendimentos	31/12/2020		
	Valor Nominal	Imparidades	Valor Líquido
Clientes	36 348 976,88 €	27 605 315,03 €	8 743 661,85 €
Outras Contas a receber	72 757 860,67 €	- €	72 757 860,67 €
Outras Contas a receber	5 569 249,69 €	- €	5 569 249,69 €
Outras contas a receber (acréscimos)	66 886 906,42 €	- €	66 886 906,42 €
Outras contas a receber (adiantamentos a fornecedores)	139 230,87 €	- €	139 230,87 €
Outras contas a receber (adiantamentos a pessoal)	162 473,69 €	- €	162 473,69 €
Total	109 106 837,55 €	27 605 315,03 €	81 501 522,52 €

De realçar que ao nível das rubricas de Clientes e Outras Contas a Receber, e fruto do fecho formal do Contrato Programa de 2015 com a ACSS, procedeu-se à emissão de um crédito de 3.721.681,87€ (a favor da ACSS), que ainda se encontra por cobrar.

- Acréscimos de Rendimentos

Acréscimos de Rendimentos	
Descrição	Valor
Faturação - ACSS - Contrato Programa	38 965 997,08 €
Faturação - ACSS - Programas Verticais	1 024 572,64 €
Faturação ARS LVT	14 606 389,88 €
Faturação Outras Entidades	9 350 552,90 €
Acréscimos, Descontos - aquisição de medicamentos	2 939 393,92 €
Total	66 886 906,42 €

- Adiantamento de Clientes, Contribuintes e Utentes

Adiantamento de Clientes, Contribuintes e Utentes	
Contrato Programa (Ano)	Saldo
2010	7 634 282,18 €
2011	4 092 958,62 €
2012	- 73 400,94€
2013	5 520 095,01 €
2014	3 322 221,87 €
2015	3 307 372,98 €
2016	2 703 912,40 €
2017	21 130 967,91 €
2018	16 668 662,55 €
2019	8 270 793,43 €
2020	8 520 135,15 €
Total	81 098 001,16 €

A rubrica Adiantamentos a Clientes, contribuintes e Utentes, apresenta o saldo de 81.622.046,83€. Deste montante destacam-se os adiantamentos recebidos da ACSS cujo montante a 31 de dezembro de 2020 ascende a 81.098.001,16€. De realçar que durante o ano de 2020 foram fechados os CP de 2015, encontrando-se em aberto os CP de 2016 a 2020.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo valor nominal.

- **Detalhe da rubrica Fornecedores a 31/dezembro de 2020 e 2019**

18.2 Passivos Financeiros		
Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
	Valor	Valor
Fornecedores	79 279 730,16 €	75 182 819,55 €
Fornecedores de Investimento	1 980 730,56 €	1 948 849,43 €
Outras contas a pagar	30 844 043,94 €	23 347 862,34 €
Outras Contas a pagar	6 241 472,67 €	4 897 149,41 €
Outras contas a pagar (acréscimos)	24 602 571,27 €	18 450 712,93 €
Pessoal	- €	- €
Total	112 104 504,66 €	100 479 531,32 €

Comparativamente ao ano de 2019 houve um decréscimo da dívida de aproximadamente de 12%.

- **Acréscimo de Gastos**

Acréscimos de Gastos - 2019	
Descrição	Valor
Despesas com Pessoal	19 715 176,08 €
Remunerações a liquidar	19 715 176,08 €
Outros Acréscimos de Gastos	4 887 395,19 €
Outros Acréscimos de Custos	4 887 395,19 €
Total	24 602 571,27 €

Os valores a pagar são referentes a férias e subsídio de férias, encargos e horas extraordinárias, devendo ser pagos em 2021 (mas respeitantes a custos ocorridos em 2020).

Património

Decomposição do Saldo do Património		
Ano	Dec.Lei/ Despacho	Valor
2005	Dec. Lei nº 233/2005	126 860 000,00 €
2015	Despacho nº 3016-B/2015	6 433 333,33 €
2017	Despacho nº 1265/2017	22 806 666,67 €
Total		156 100 000,00 €

O capital estatutário é detido pelo Estado Português e foi fixado no Mapa II do Anexo I do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29/12/2005 em 126.860.000,00€. Pelo aumento de capital registado e realizado em conformidade com o despacho n.º 3016-B/2015, de 24/03/2015, em 6.433.333,33€ e pelo, o despacho n.º 1265/17 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 29/12/2017 que determinou o aumento do capital estatutário no montante de 22.806.666,67€, perfaz atualmente 156.100.000,00€.

O capital subscrito no exercício de 2017 foi realizado no exercício de 2018.

Relativamente ao exercício de 2020, o CHLO beneficiou de doações no valor de 2.102.500,47€, destinadas ao apoio ao combate à pandemia da COVID-19, nomeadamente Material Clínico no valor de 678.161,77€, Equipamento Básico de Suporte à vida (ventiladores e seringas infusoras) no valor de 780.937,90€ (doador pela ACSS), e doações diversas de entidades particulares no valor de 643.400,00€..

• Demonstração das Alterações no Património Líquido

Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E. Demonstração das Alterações no Património Líquido PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2020													MODA: EUROS	
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital/ Património Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variações	Resultado Líquido do Período	Total		
Posição Inicial do Período (1)		156.100.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14.103.931,97 €	-215.887.389,90 €	0,00 €	0,00 €	34.827.590,82 €	-27.410.752,92 €	-38.261.620,03 €	0,00 €	-38.261.620,03 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alterações de políticas contabilísticas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Correção de erros materiais		- €	- €	- €	- €	- €	4.125.074,24 €	- €	- €	- €	- €	4.125.074,24 €	- €	4.125.074,24 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realização de excedentes de revalorização		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências e subsídios de capital		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		- €	- €	- €	- €	- €	27.410.752,92 €	- €	- €	474.622,64 €	- €	474.622,64 €	- €	474.622,64 €
(2)		- €	- €	- €	- €	- €	31.535.827,16 €	- €	- €	1.627.877,83 €	- €	2.102.500,47 €	- €	2.102.500,47 €
Resultado Líquido do Exercício (3)											-48.819.747,00 €	-48.819.747,00 €	- €	-48.819.747,00 €
Resultado Integral (4) = (2)+(3)												51.316.943,41 €	- €	51.316.943,41 €
Operações com detentores de capital ou período														
Subscrições de capital/ património		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subscrições de prémios de emissão		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	39.361.564,00 €	- €	- €	- €	- €	39.361.564,00 €	- €	39.361.564,00 €
Outras operações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
(5)		- €	- €	- €	- €	- €	39.361.564,00 €	- €	- €	- €	- €	39.361.564,00 €	- €	39.361.564,00 €
Posição no fim do período (6) = (1)+(2)+(3)+(5)		156.100.000,00 €	- €	- €	- €	14.103.931,97 €	208.056.653,06 €	- €	- €	36.455.468,65 €	-48.819.747,00 €	50.216.995,44 €	- €	50.216.995,44 €

A variação da rubrica Resultados Transfidos refere-se, essencialmente:

- Aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2019, no montante de -27.410.752,92€
- O montante de 4.125.074,24 €, registado em "Correção de erros materiais", é constituído (i) pela anulação da especialização do Projeto de Investigação e Desenvolvimento de 2015 e SIGIC 2014, que constavam nos respetivos contratos programa (programas esses que já se encontram encerrados) no valor de 403.392,37€, e (ii) pela emissão de uma nota de crédito relativa ao fecho do contrato programa de 2015 no valor de 3.721.681,87€ (Nota: apesar deste movimento não estar de acordo com a Circular Normativa da ACSS nº6/2019, cuja orientação era a de classificação na conta respetiva de proveitos – conta 72014 -, após

consulta à Comissão de Normalização Contabilística da AP, foi esclarecido pela mesma que competia ao órgão de gestão do CHLO decidir pelo registo deste crédito em Resultados Transitados ou Menos Rendimentos do Exercício – conforme interpretasse como Erro de Mensuração ou Alterações em Estimativas Contabilísticas. Após o esclarecimento, decidiu o Conselho de Administração que o resultado não deveria ser considerado do corrente exercício, mas sim de um exercício anterior cuja competência não é do atual órgão de gestão)

- As Transferências e subsídios de capital no montante -474.622,64 €, desagregados em 516.465,41€ em subsídios recebidos, e 991.088,05€ em desconhecimento de subsídios.
- A variação da rubrica “Outras variações líquidas”, no valor de 2.102.500,47 €, correspondente, na sua maioria, a Doações para apoio ao combate à pandemia da COVID-19, de Material Clínico no valor de 678.161,77€, de Equipamento Básico de Suporte à vida (ventiladores e seringas infusoras) no valor de 780.937,90€ (doados pela ACSS), e doações diversas de entidades particulares no valor de 643.400,00€.
- Entrada de capital no montante de 39.361.564,00 €, de acordo com os Despachos para cobertura de prejuízos de 03/03/2020 e 30/12/2020, nos montantes de 16.592.366,00€ e 22.769.198,00€, respetivamente
- Decomposição das rubricas de meios financeiros líquidos a 31 de dezembro de 2020 e 2019

Decomposição das rubricas de meios financeiros líquidos a 31/dezembro de 2019			
Conta	31/12/2020		31/12/2019
	€		€
Caixa	1 480,00 €		3 919,73 €
Depósitos à ordem	1 411 760,34 €		3 899 447,73 €
Depósitos a prazo	47 603,89 €		47 603,89 €
Total de caixa e depósitos		1 460 844,23 €	3 950 971,35 €

• Decomposição das aplicações financeiras incluídas nas contas de outros ativos financeiros a 31 de dezembro de 2020

18.1 B - Ativos Financeiros - Aplicações Financeiras										
Rendimentos	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições				Quantia escriturada final	
		Compras	Ganhos de Justo Valor	Reversões de perda por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de Justo Valor	Perdas por imparidade		
Ativos Financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €			- €	- €		- €	- €
Participações financeiras - Justo valor	- €	- €	- €			- €	- €		- €	- €
Outros Ativos financeiros	- €	- €	- €			- €	- €		- €	- €
Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo	- €	- €				- €	- €		- €	- €
Outros Ativos financeiros	214.454,28 €	83.415,07 €	- €	- €	- €	- €	29.556,58 €	- €	- €	268.312,77 €
Total	214.454,28 €	83.415,07 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	268.312,77 €

O valor correspondente a outros investimentos financeiros reporta aos valores entregues no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), cuja entidade gestora é o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P. (IGFCSS, I. P.) de acordo com a lei n.º 70/2013 de 30 de agosto.

• Decomposição da rubrica de Passivos Financeiros

18.2 - Passivos Financeiros										
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições				Quantia escriturada final	
		Compras	Ganhos de Justo Valor	Reversões de perda por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de Justo Valor	Perdas por imparidade		
Outros Passivos Financeiros	- €	703.703,26 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	703.703,26 €	703.703,26 €
Total	- €	703.703,26 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	703.703,26 €	703.703,26 €

O montante supra apresentado, 703.703,26€, encontra-se relacionado com passivo financeiro de médio-longo prazo (subsídio reembolsável), contraído no âmbito do Programa POSEUR.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1. Benefícios definidos

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais, autorizadas pelo Conselho de Administração, tais como trabalho extraordinário, subsídio de prevenção, trabalho noturno e abonos variáveis.

Todo o pessoal ao serviço do CHLO, foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no exercício seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

O valor das dívidas ativas dos funcionários do CHLO é de 162.473,69€ e diz respeito a reposições devidas.

19.1 BENEFÍCIOS DEFINIDOS	
Rubrica	31/12/2020
	€
Dívidas ativas de funcionários	162 473,69 €

20. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

20.2. Transações entre Partes Relacionadas

O CHLO não detém participação em nenhuma entidade, contudo, e tendo por base as diretrizes da NCP 20, consideramos "entidades relacionadas" as entidades supervisoras / reguladoras e com poder de decisão sobre a entidade, nomeadamente a ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde IP e a ARS-LVT – Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo.

20.2 Transações entre partes relacionadas						
Entidade Terceira	NIF	Faturação Emitida	Saldo Devedor em	Conta	Saldo Credor em	Conta
ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde IP	508188423	164 516 788,48 €	-	211	558 684,17 €	221
ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde IP	508188423		97 078,04 €	2789191	5 711,36 €	2789291
ARS-LVT – Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo	503148776	2 992 773,62 €	8 404 455,98 €	211	710 642,69 €	221
ARS-LVT – Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo	503148776		2 906 155,32 €	2789191	2 881 107,35 €	2789291
Total		167 509 562,10 €	8 464 023,65 €		4 156 145,57 €	

20.6. Pessoas Chave da Gestão

20.6 Pessoas chave da Gestão						
Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual (2020)					
	Fixa	Variável	Bruta	Redução Remuneratória	Reversão Numeratória	Valor Final
	(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5)	(6) = (3)-(4)+(5)
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	93 543,42 €		93 543,42 €			93 543,42 €
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	53 040,71 €		53 040,71 €			53 040,71 €
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	73 323,04 €		73 323,04 €			73 323,04 €
Dr. José Manuel Fernandes Correia	79 607,56 €		79 607,56 €			79 607,56 €
Enfª Fernanda Maria da Rosa	53 040,71 €		53 040,71 €			53 040,71 €
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	23 740,07 €		23 740,07 €			23 740,07 €
Enfª Maria Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	23 740,07 €		23 740,07 €			23 740,07 €
Total	400 035,58 €		400 035,58 €			400 035,58 €

Membro do Órgão de Administração	20.6 Pessoas chave da Gestão									
	Benefícios Sociais (2020)									
	Valor do subsídio de refeição Dilido	Encargo anual da entidade	Regime de Proteção Social Designação	Encargo anual da entidade	Seguro de Saúde Designação	Encargo anual da entidade	Designação	Encargo Anual da Entidade	Outras	Encargo Anual da Entidade
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	4,77 €	1 120,95 €	ADSE/CGA	13 021,15 €	-	-	-	-	-	-
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	4,77 €	911,07 €	ADSE/CGA	6 380,97 €	-	-	-	-	-	-
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	4,77 €	1 159,11 €	Seg. Social	8 162,84 €	-	-	-	-	-	-
Dr. José Manuel Fernandes Correia	4,77 €	1 116,18 €	ADSE/CGA	11 112,43 €	-	-	-	-	-	-
Enfª Fernanda Maria da Rosa	4,77 €	839,49 €	ADSE/CGA	6 405,67 €	-	-	-	-	-	-
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	4,77 €	357,75 €	ADSE/CGA	3 171,11 €	-	-	-	-	-	1,00 €
Enfª Maria Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	4,77 €	357,75 €	ADSE/CGA	3 181,45 €	-	-	-	-	-	2,00 €
Total		5 862,30 €		51 435,62 €						

Nos termos do disposto no Despacho n.º 8736/2020 de 11/setembro de 2020, dos Gabinetes da Ministra da Saúde e do Secretário de Estado do Tesouro, foram designados para o exercício de funções no Conselho de Administração do CHLO dois novos elementos, o Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre e a Enfermeira Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos, para os cargos de Vogal Executivo e Enfermeira Diretora, respetivamente (substituindo os anteriores elementos, Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva e a Enfermeira Diretora Fernanda Maria da Rosa). De realçar que os restantes membros do Conselho de Administração anterior se mantiveram nos seus respetivos cargos.

23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1. Projetos de Investimento

23.1 Projetos de Investimento				
Projeto	Designação do Projeto	Total Aprovado	Elegível Aprovado	Recebido
POCI-02-0550-FEDER-035430	CHLO Eficiência na resposta ao Utente	197 340,63 €	197 340,63 €	- €
POCI-05-5762-FSE-000244	Capacitação e modernização das Administrações e Serviços Públicos	894 898,80 €	599 522,57 €	58 197,77 €
POCI-02-0550-FEDER-040220	ESP - Exames sem papel	309 110,24 €	309 110,24 €	144 508,39 €
POCI-05-5762-FSE-000112	Operações de capacitação da Administração Pública	468 256,44 €	313 731,81 €	103 064,26 €
POSEUR -01-1203-000077	Eficiência Energética no CHLO - Hospital São Francisco Xavier	5 360 539,46 €	5 267 894,63 €	239 927,64 €
POSEUR -01-1203-000079	Eficiência Energética no CHLO - Hospital de Santa Cruz	3 848 939,59 €	3 776 337,23 €	227 756,26 €
POSEUR -01-1203-000081	Eficiência Energética no CHLO - Hospital de Egas Moniz	2 936 786,69 €	2 869 290,44 €	236 019,36 €
LISBOA-06-4842-FEDER-000051	Equipamento de tecnologia avançada para a área de oncologia e cardiologia	1 468 836,48 €	1 468 836,48 €	697 697,33 €
Total		15 484 708,33 €	14 802 064,03 €	1 707 171,01 €

23.2. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos com estas Entidades tinham a seguinte decomposição:

Saldos Ativo

23.2.1 Estado e Outros Entes Públicos - Saldos Ativo		
Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Pagamento Especial por Conta	70 000,00 €	70 000,00 €
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	2,42 €	12,10 €
Total	70 002,42 €	70 012,10 €

Saldos Passivo

23.2.2 Estado e Outros Entes Públicos - Saldos Passivo		
Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos a pagar / estimado	28 797,76 €	31 141,50 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado	576 008,46 €	507 268,98 €
Retenções de Impostos sobre Rendimentos	1 789 488,81 €	1 501 301,74 €
Contribuição para Sistemas de Proteção Social	3 062 518,00 €	2 565 405,60 €
Total	5 456 813,03 €	4 605 117,82 €

23.3. Diferimentos

A 31 de dezembro de 2020, a componente de diferimentos, nomeadamente a rubrica Gastos a Reconhecer, apresenta um saldo de 91.515,62€, referentes a Seguros de Acidentes de Trabalho e uma prestação da renda de um imóvel de apoio à Psiquiatria, localizado em Oeiras.

23.3 Diferimentos		
Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Gastos a Reconhecer	91 515,62 €	- €

23.4. Gastos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a decomposição do saldo dos Fornecimentos e Serviços Externos:

23.4.1 Gastos - FSE			
Rubrica	Descrição	31/12/2020	31/12/2019
621	Subcontratos e concessões de serviços	9 631 811,31 €	7 530 438,75 €
6221	Trabalhos especializados	10 346 353,19 €	9 018 369,68 €
6222	Publicidade, comunicação e imagem	18 833,06 €	16 489,57 €
6223	Vigilância e segurança	1 211 015,00 €	1 101 564,47 €
6224	Honorários	308 147,92 €	535 600,20 €
6226	Conservação e reparação	8 350 286,76 €	5 945 914,23 €
623	Materiais de consumo	11 553,82 €	10 220,98 €
6241	Elettricidade	1 831 089,18 €	1 913 749,47 €
6242	Combustíveis e lubrificantes	880 289,43 €	821 571,27 €
6243	Água	652 799,90 €	793 637,77 €
6251	Deslocações e estadas	7 758,02 €	19 431,75 €
6253	Transporte de Mercadorias e outros bens vendidos	11 523,72 €	- €
6255	Transporte de doentes	743 871,18 €	1 058 525,82 €
6261	Rendas e alugueres	1 439 801,09 €	432 704,98 €
6262	Comunicação	174 799,83 €	125 111,71 €
6263	Seguros	14 180,74 €	4 220,64 €
6265	Contencioso e notariado	1 917,60 €	14 323,57 €
6267	Limpeza, higiene e conforto	4 891 960,31 €	3 514 863,52 €
6269	Outros Serviços	256 904,99 €	121 122,18 €
Total		40 784 897,05 €	32 977 860,56 €

O saldo de Fornecimentos e Serviços externos apresenta um acréscimo 24% face ao período homólogo, com um total de gastos acumulado, aproximadamente, 41 milhões de euros.

O acréscimo registado é essencialmente explicado pelo aumento dos gastos com Rendas e Alugueres (+233%), Conservação e Reparação (+40%), Limpeza, Higiene e Conforto (+39%), Subcontratos e concessões de serviços (+28%), e Trabalhos Especializados (+15%).

Estes aumentos, que se encontram refletidos nas contas do exercício, são uma consequência direta da necessidade do CHLO em garantir manter e otimizar a sua capacidade de resposta aos impactos da pandemia da COVID-19 na sua operação, tendo sido imprescindíveis para o desenvolvimento da sua atividade clínica e para o tratamento adequado e atempado dos seus doentes.

12 DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

As demonstrações orçamentais foram preparadas pelo Centro Hospital Lisboa Ocidental, EPE, segundo a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental do SNC-AP, traduzindo uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental do CHLO no exercício de 2020 (01/01/2020 a 31/12/2020). Estas demonstrações proporcionam, principalmente, informação relacionada com o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos/ recebimentos.

O relato orçamental, apresentado através de diversos mapas de Demonstrações Orçamentais de Relato, proporciona informação sobre se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente aprovado, nomeadamente através da:

- a) Demonstração de Desempenho Orçamental, evidenciando importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer reportem-se à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Neste mapa também são evidenciados os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, o saldo global, o saldo corrente, o saldo capital e o saldo primário)
- b) Demonstração de Execução Orçamental da Receita na qual são evidenciadas as liquidações que, gerando recebimentos há que verificar se estes correspondem a recebimentos de períodos correntes ou futuros, e se estão devidamente sustentadas, legal ou contratualmente. Deve ainda constar deste mapa informação das previsões corrigidas, resultante das eventuais alterações orçamentais que tenham ocorrido na receita
- c) Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, que tem como finalidade permitir o controlo da execução orçamental da despesa durante o período contabilístico. Esta demonstração deve permitir controlar todas as fases da execução do orçamento, nomeadamente os compromissos assumidos e quais os valores pagos e a pagar. Aferindo ainda se os valores executados são líquidos da influência de eventuais cativações e alterações orçamentais que tenham ocorrido durante o ano económico, montante este que será o das dotações corrigidas e, ainda verificando se as operações relacionadas com a abertura e o encerramento da contabilidade orçamental estão bem registadas e de acordo com o referencial contabilístico aplicável;

Para garantir estes objetivos, as demonstrações orçamentais proporcionam informação sobre:

- i) Dotações de despesa e previsões de receita
- ii) Alterações orçamentais permutativas e/ou modificativas
- iii) Cabimentos, compromissos, obrigações e receitas liquidadas
- iv) Despesas pagas e receitas cobradas, tanto do ano em análise como de anos anteriores/futuros

v) Execução e desempenho orçamental (despesas e receitas)

12.1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Em 31 de dezembro de 2020, a Demonstração do Desempenho Orçamental apresenta a seguinte decomposição:

DORC – Pagamentos

(Euros)

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental								
Rubricas Pagamentos	Fontes de Financiamento						Total	N-1
	Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. UE	Empréstimos	Fundos Alheios			
Despesa corrente	229 987 994,51 €	39 361 564,00 €	- €	- €	- €	- €	269 349 558,51 €	268 969 476,19 €
D1 Despesas com o pessoal	134 944 380,69 €	- €	- €	- €	- €	- €	134 944 380,69 €	127 401 811,45 €
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	89 811 961,84 €	- €	- €	- €	- €	- €	89 811 961,84 €	87 337 345,56 €
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	19 632 472,38 €	- €	- €	- €	- €	- €	19 632 472,38 €	15 889 452,83 €
D1.3 Segurança Social	25 499 946,47 €	- €	- €	- €	- €	- €	25 499 946,47 €	24 175 013,06 €
D2 Aquisição de bens e serviços	94 743 494,33 €	39 361 564,00 €	- €	- €	- €	- €	134 105 058,33 €	141 158 845,89 €
D3 Juros e outros encargos	307,33 €	- €	- €	- €	- €	- €	307,33 €	4 560,81 €
D4 Transferências e subsídios correntes	28 562,03 €	- €	- €	- €	- €	- €	28 562,03 €	100,87 €
D4.1 Transferências correntes	28 562,03 €	- €	- €	- €	- €	- €	28 562,03 €	100,87 €
D4.1.1 Administrações Públicas	9,68 €	- €	- €	- €	- €	- €	9,68 €	48,40 €
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	9,68 €	- €	- €	- €	- €	- €	9,68 €	48,40 €
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.3 Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.4 Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.5 Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.3 Famílias	262,35 €	- €	- €	- €	- €	- €	262,35 €	52,47 €
D4.1.4 Outras	28 290,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	28 290,00 €	- €
D4.2 Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D5 Outras despesas correntes	271 250,13 €	- €	- €	- €	- €	- €	271 250,13 €	404 157,17 €
Despesa de capital	12 028 404,92 €	- €	922 691,25 €	- €	- €	- €	12 951 096,17 €	8 770 511,73 €
D6 Aquisição de bens de capital	12 028 404,92 €	- €	922 691,25 €	- €	- €	- €	12 951 096,17 €	8 770 511,73 €
D7 Transferência e subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1 Transferências de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1 Administrações Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.3 Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.4 Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.5 Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.3 Famílias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.4 Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.2 Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D8 Outras despesas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Despesa efetiva [5]	242 016 399,43 €	39 361 564,00 €	922 691,25 €	- €	- €	- €	282 300 654,68 €	277 739 987,92 €
Despesa não efetiva [6]	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D9 Despesa com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D10 Despesa com passivos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Soma [7] = [5] + [6]	242 016 399,43 €	39 361 564,00 €	922 691,25 €	- €	- €	- €	282 300 654,68 €	277 739 987,92 €
Operações de tesouraria [C]	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Saldo para a gestão seguinte	24 045 521,92 €	- 22 769 198,00 €	136 916,42 €	- €	- €	- €	1 413 240,34 €	3 903 367,46 €
Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	24 045 521,92 €	- 22 769 198,00 €	136 916,42 €	- €	- €	- €	1 413 240,34 €	3 903 367,46 €
Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Saldo Global [2] - [5]	- 2 690 965,58 €	39 361 564,00 €	- 502 864,80 €	- €	- €	- €	- 42 555 394,38 €	- 49 482 172,62 €
Despesa primária	242 016 092,10 €	39 361 564,00 €	922 691,25 €	- €	- €	- €	282 300 347,35 €	277 739 987,92 €
Saldo corrente	9 270 980,89 €	39 361 564,00 €	0,00 €	- €	- €	- €	- 30 090 583,11 €	- 40 711 660,89 €
Saldo de capital	- 11 962 014,19 €	- €	502 864,80 €	- €	- €	- €	- 12 464 878,99 €	- 8 770 511,73 €
Saldo Primário	- 2 690 658,25 €	- 39 361 564,00 €	- 502 864,80 €	- €	- €	- €	- 42 555 087,05 €	- 49 477 611,81 €
Receita total [1] - [2] + [3]	266 061 921,35 €	16 592 366,00 €	1 059 607,67 €	- €	- €	- €	283 713 895,02 €	281 643 355,38 €
Despesa Total [5] + [6]	242 016 399,43 €	39 361 564,00 €	922 691,25 €	- €	- €	- €	282 300 654,68 €	277 739 987,92 €

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DORC – Recebimentos

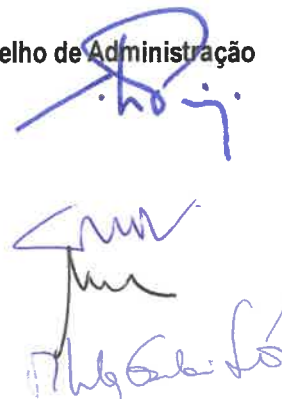
(Euros)

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental							
Rubricas Recebimentos	Fontes de Financiamento						N-1
	Rec Próprias	Rec Gerais	Financ UE	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	
Saldo de gerência anterior	3 903 367,46 €	- €	- €	- €	- €	3 903 367,46 €	2 347 386,72 €
Operações Orçamentais [1]	3 903 367,46 €	- €	- €	- €	- €	3 903 367,46 €	2 347 386,72 €
Devolução do saldo oper. orçamentais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Recebimento do saldo devolvido po entida	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Operações de tesouraria [A]	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Receita Corrente	239 258 975,40 €	- €	- €	- €	- €	239 258 975,40 €	228 257 815,30 €
R1 Receita Fiscal	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R1.1 Impostos diretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R1.2 Impostos indiretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R2 Contribuições para sistemas de proteção s	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R3 Taxas, multa se outras penalidades	1 199 538,60 €	- €	- €	- €	- €	1 199 538,60 €	2 467 047,65 €
R4 Rendimentos de propriedade	9,68 €	- €	- €	- €	- €	9,68 €	49,69 €
R5 Transferências e subsídios correntes	248 154,65 €	- €	- €	- €	- €	248 154,65 €	31 260 784,63 €
R5.1 Transferências correntes	248 154,65 €	- €	- €	- €	- €	248 154,65 €	31 260 784,63 €
R5.1.1 Administrações Públicas	217 906,42 €	- €	- €	- €	- €	217 906,42 €	30 573 609,83 €
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	207 930,22 €	- €	- €	- €	- €	207 930,22 €	30 551 238,19 €
R5.1.1.3 Segurança Social	9 976,20 €	- €	- €	- €	- €	9 976,20 €	22 371,64 €
R5.1.1.4 Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.5 Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.2 Exterior - UE	30 248,23 €	- €	- €	- €	- €	30 248,23 €	687 174,80 €
R5.1.3 Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.2 Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R6 Venda de bens e serviços	237 527 460,16 €	- €	- €	- €	- €	237 527 460,16 €	194 148 313,40 €
R7 Outras receitas correntes	283 812,31 €	- €	- €	- €	- €	283 812,31 €	381 619,93 €
Receita de Capital	66 390,73 €	- €	419 826,45 €	- €	- €	486 217,18 €	0,00 €
R8 Venda de bens de investimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9 Transferências e subsídios de capital	66 390,73 €	- €	419 826,45 €	- €	- €	486 217,18 €	- €
R9.1 Transferências de capital	66 390,73 €	- €	419 826,45 €	- €	- €	486 217,18 €	- €
R9.1.1 Administrações Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.1 Administração Centra l- Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.3 Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.4 Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.5 Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.2 Exterior - UE	66 390,73 €	- €	419 826,45 €	- €	- €	486 217,18 €	- €
R9.1.3 Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.2 Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R10 Outrasreceitas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	67,72 €	- €	- €	- €	- €	67,72 €	- €
Receita Efetiva [2]	239 325 433,85 €	- €	419 826,45 €	- €	- €	239 745 260,30 €	228 257 815,30 €
Receita não efetiva [3]	22 833 120,04 €	16 592 366,00 €	639 781,22 €	- €	- €	40 065 267,26 €	51 038 153,36 €
R12 Receita com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00 €
R13 Receita com passivos financeiros	22 833 120,04 €	16 592 366,00 €	639 781,22 €	- €	- €	40 065 267,26 €	51 038 153,36 €
Soma [4] = [1] + [2] + [3]	266 061 921,35 €	16 592 366,00 €	1 059 607,67 €	- €	- €	283 713 895,02 €	281 643 355,38 €
Operações de Tesouraria [B]	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



12.2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Em 31 de dezembro de 2020, a Demonstração do Execução Orçamental da Despesa apresenta a seguinte decomposição:

DODES – Despesa

(Euros)

DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa													
Classificação orçamental detalhada	Despesa por pagar de períodos anteriores	Dotações Concedidas	Cancelos	Dotações	Dotações Orçamentais	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos			Despesas pagas líquidas		
								Entidades	Recorridos	Períodos anteriores	Períodos anteriores	Períodos seguintes	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) = (12) + (13)
Despesa Corrente	75.189.903,74 €	274.641.983,99 €	- €	- €	82.422.879,39 €	353.904.124,33 €	357.064.798,38 €	353.904.124,33 €	269.483.838,12 €	134.279,61 €	71.063.191,17 €	197.288.807,44 €	759.249.558,51 €
D1.1 Remunerações certas e permanentes	1.887.275,73 €	94.010.283,00 €	- €	- €	2.253.135,81 €	91.757.147,19 €	91.757.147,19 €	91.757.147,19 €	89.811.961,84 €	- €	- €	87.927.318,11 €	89.811.961,84 €
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	511.023,78 €	14.564.585,00 €	- €	- €	5.997.996,29 €	20.562.581,29 €	20.562.581,29 €	20.562.581,29 €	19.632.472,38 €	- €	- €	19.142.378,54 €	19.632.472,38 €
D1.3 Segurancas social	1.755.749,24 €	24.606.478,00 €	- €	- €	2.971.918,98 €	27.578.396,98 €	27.578.396,98 €	27.578.396,98 €	25.499.946,47 €	- €	- €	23.744.197,23 €	25.499.946,47 €
D2 Aquisição de bens e serviços	71.034.905,19 €	140.834.653,99 €	- €	- €	76.080.647,44 €	216.865.301,43 €	216.865.301,43 €	211.705.157,37 €	134.239.337,94 €	134.279,61 €	67.932.267,93 €	66.172.790,40 €	134.105.058,33 €
D3 Juros e outros encargos	0,00 €	334,00 €	- €	- €	26,67 €	307,33 €	307,33 €	307,33 €	307,33 €	- €	0,00 €	307,33 €	307,33 €
D4.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	- €	- €	0,32 €	9,68 €	9,68 €	9,68 €	9,68 €	- €	0,00 €	9,68 €	9,68 €
D4.1.3 Famílias	0,00 €	1.000,00 €	- €	- €	737,65 €	262,35 €	262,35 €	262,35 €	262,35 €	- €	0,00 €	262,35 €	262,35 €
D4.1.4 Outras	0,00 €	85.000,00 €	- €	- €	56.710,00 €	28.290,00 €	28.290,00 €	28.290,00 €	28.290,00 €	- €	0,00 €	28.290,00 €	28.290,00 €
D5 Outras Despesas Correntes	436,43 €	539.045,00 €	- €	- €	267.072,87 €	271.972,13 €	271.972,13 €	271.972,13 €	271.972,13 €	- €	436,43 €	270.813,70 €	271.250,13 €
Despesa de Capital	3.837.916,06 €	14.389.489,89 €	- €	- €	3.614.174,21 €	18.003.664,10 €	18.003.664,10 €	16.992.293,87 €	12.951.096,17 €	- €	3.837.916,06 €	9.113.180,11 €	12.951.096,17 €
D6 Aquisição de bens de capital	3.837.916,06 €	14.389.489,89 €	- €	- €	3.614.174,21 €	18.003.664,10 €	18.003.664,10 €	16.992.293,87 €	12.951.096,17 €	- €	3.837.916,06 €	9.113.180,11 €	12.951.096,17 €
D9 Despesa com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	79.027.820,43 €	389.030.873,88 €	- €	- €	86.037.053,60 €	371.907.812,48 €	371.907.812,48 €	356.896.418,19 €	282.434.934,29 €	134.279,61 €	75.901.107,23 €	256.396.047,03 €	382.100.654,88 €

DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa													
Classificação orçamental detalhada	Compromissos a transferir	Obrigações a pagar	Compromissos assumidos para períodos futuros				Obrigações para períodos futuros				Períodos seguintes		
			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	(n+1)	(n+2)	(n+3)
Despesa Corrente	5.160.144,06 €	82.554.565,81 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D1.1 Remunerações certas e permanentes	- €	1.945.185,35 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	- €	930.109,91 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D1.3 Segurancas social	- €	2.078.450,51 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D2 Aquisição de bens e serviços	5.160.144,06 €	77.600.099,04 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D3 Juros e outros encargos	- €	0,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1 Administração Central - Estado Português	- €	0,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.3 Famílias	- €	0,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.4 Outras	0,00 €	0,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D5 Outras	- €	722,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Despesa de Capital	1.011.370,23 €	4.041.197,70 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D6 Aquisição de bens de capital	1.011.370,23 €	4.041.197,70 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	6.171.514,29 €	86.595.763,51 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

12.3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Em 31 de dezembro de 2020, a Demonstração do Execução Orçamental da Receita apresenta a seguinte decomposição:

DOREC – Receita

(Euros)

Classificações Orçamentais Detalhadas	DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita									
	Previsões corrigidas	Previsões por liquidação	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Recebíveis e restituições emitidos	Pagos		
Receita Corrente	234 093 677,97 €	- 46 633 420,77 €	42 866 736,09 €	242 936 658,90 €	5 176 296,15 €	239 282 235,48 €	23 484,42 €	23 260,08 €		
R5.1.2 Exterior - UE	456 454,00 €	426 205,77 €	- €	30 248,23 €	- €	30 248,23 €	- €	- €		
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	136 660,84 €	71 269,38 €	- €	207 930,22 €	- €	208 324,03 €	393,81 €	393,81 €		
R5.1.1.3 Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €		
R4 Taxas, multas e outras penalidades	- €	4 605,75 €	12 259,55 €	1 191 884,80 €	- €	1 199 538,60 €	- €	- €		
R5.1.1.3 Rendimentos de propriedade	1 199 538,60 €	0,32 €	- €	9,68 €	- €	9,68 €	- €	- €		
R5.1.1.3 Seguradora Social	10,00 €	- €	- €	9 976,20 €	- €	9 976,20 €	- €	- €		
R7 Outras Receitas Correntes	9 976,20 €	4 597 731,93 €	3 544 768,13 €	1 907 838,79 €	8 826,93 €	283 833,31 €	- €	- €		
R5.1.1.5 Administração Local	846 048,06 €	- €	- €	0,00 €	- €	- €	- €	- €		
R6 Venda de bens e serviços	231 444 990,27 €	42 386 019,80 €	39 409 019,80 €	239 588 770,88 €	5 167 469,22 €	237 550 306,43 €	23 070,61 €	22 846,27 €		
Receita de Capital	51 033 833,45 €	10 482 281,29 €	- €	40 551 552,16 €	- €	40 551 552,16 €	- €	- €		
R9.1.2 Exterior - UE	419 826,45 €	66 390,73 €	- €	486 217,18 €	- €	486 217,18 €	- €	- €		
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	67,72 €	- €	67,72 €	- €	67,72 €	- €	- €		
R13 Receita com Passivos financeiros	50 614 007,00 €	10 548 739,74 €	- €	40 065 267,26 €	- €	40 065 267,26 €	- €	- €		
Outras Receitas	3 903 367,46 €	- €	- €	3 903 367,46 €	- €	3 903 367,46 €	- €	- €		
R14 Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	3 903 367,46 €	- €	- €	3 903 367,46 €	- €	3 903 367,46 €	- €	- €		
Total	289 030 878,88 €	36 151 139,48 €	42 866 736,09 €	287 801 578,97 €	5 176 296,15 €	283 717 155,10 €	23 484,42 €	23 260,08 €		

Classificações Orçamentais Detalhadas	DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita									
	Períodos anteriores	Receitas cobradas líquidas	Total	Receitas por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros			Períodos seguintes		
Receita Corrente	1 867 422,61 €	179 676 995,15 €	219 258 935,40 €	41 468 147,48 €	- €	(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
R5.1.2 Exterior - UE	- €	30 248,23 €	30 248,23 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	- €	207 930,22 €	207 930,22 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.3 Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R3 Taxas, multas e outras penalidades	8 542,40 €	1 190 996,20 €	1 190 996,20 €	4 605,75 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R4 Rendimentos de propriedade	- €	9,68 €	9,68 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.3 Seguradora Social	- €	9 976,20 €	9 976,20 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R7 Outras Receitas Correntes	126 503,43 €	283 812,31 €	283 812,31 €	5 159 967,68 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.5 Administração Local	- €	157 308,88 €	157 308,88 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R6 Venda de bens e serviços	1 732 376,78 €	235 795 083,38 €	237 527 460,16 €	36 303 774,25 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Receita de Capital	- €	40 551 552,16 €	40 551 552,16 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.2 Exterior - UE	- €	486 217,18 €	486 217,18 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	67,72 €	67,72 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R13 Receita com Passivos financeiros	- €	40 065 267,26 €	40 065 267,26 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras Receitas	- €	3 903 367,46 €	3 903 367,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R14 Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	- €	229 042 555,27 €	283 713 855,02 €	41 468 147,48 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	1 867 422,61 €	219 258 935,40 €	219 258 935,40 €	41 468 147,48 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

12.4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Tendo em conta as limitações técnicas existentes ao nível dos sistemas de relato, não é possível ao CHLO efetuar o cruzamento de dados informático necessário para apresentar a Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos..

13 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

O anexo às demonstrações orçamentais é composto pelos seguintes elementos:

13.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

O quadro seguinte destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na despesa no exercício de 2020.

Para uma melhor compreensão importa referir que as alterações orçamentais podem ser:

- i) Permutativas (P) – quando procedem à alteração da composição do orçamento de receita ou da despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global
- ii) Modificativas (M) – quando procedem à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resultou um aumento global da receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que estava em vigor.

Alterações Orçamentais da Despesa							
Rubricas	Tipo	Receita					Observações
		Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas	
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
D1 - Despesas com o Pessoal	P	116 345 691,00 €	18 240 908,00 €	1 447 253,00 €	42 000,00 €	133 181 346,00 €	
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	P	84 488 864,00 €	10 735 184,00 €	1 243 765,00 €	30 000,00 €	94 010 283,00 €	
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	P	11 057 393,00 €	3 567 389,00 €	72 197,00 €	12 000,00 €	14 564 585,00 €	
D1.3 - Segurança Social	P	20 799 434,00 €	3 938 335,00 €	131 291,00 €	- €	24 606 478,00 €	
D2 - Aquisição de Bens e Serviços	P	113 625 607,00 €	37 020 163,00 €	56 010 073,00 €	46 198 956,99 €	140 834 653,99 €	
D3 - Juros e Outros Encargos	P	172,00 €	334,00 €	172,00 €	- €	334,00 €	
D4 - Transferências Correntes	P	13 887,00 €	- €	13 887,00 €	86 010,00 €	86 010,00 €	
D4.1 - Administrações Públicas	P	13 887,00 €	- €	13 887,00 €	86 010,00 €	86 010,00 €	
D4.1.1 - Administração Central - Estado	M	- €	- €	- €	10,00 €	10,00 €	
D4.1.3 - Segurança Social	P	13 887,00 €	- €	13 887,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	
D4.1.4 - Administração Regional	M	- €	- €	- €	85 000,00 €	85 000,00 €	
D5 - Subsídios	P	108 407,00 €	199 797,00 €	69 159,00 €	300 000,00 €	539 045,00 €	
D6 - Outras Despesas Correntes	P	13 100 000,00 €	9 839 108,00 €	11 162 737,00 €	2 613 118,89 €	14 389 489,89 €	
Total		243 193 764,00 €	65 300 310,00 €	68 703 281,00 €	49 240 085,88 €	289 030 878,88 €	

13.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

Em linha com o quadro das alterações orçamentais da despesa, a demonstração das alterações orçamentais da receita destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na receita no exercício de 2020.

Alterações Orçamentais da Receita							
Rubricas	Tipo	Receita					Observações
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3] + [4] - [5] + [6]	[8]
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	P	2 833 231,00 €	281 802,00 €	3 115 033,00 €	1 199 538,60 €	1 199 538,60 €	
R5 - Transferências Correntes	P	324 824,00 €	- €	188 224,00 €	466 491,04 €	603 091,04 €	
R5.1 - Administrações Públicas	P	324 824,00 €	- €	188 224,00 €	466 491,04 €	603 091,04 €	
R5.1.1 - Administração Central - Estado	P	324 824,00 €	- €	188 224,00 €	10 037,04 €	146 637,04 €	
R5.1.2 - Administração Central - Outras Entidades	M	- €	- €	- €	456 454,00 €	456 454,00 €	
R6 - Vendas de Bens e Serviços	P	234 049 668,00 €	24 799 386,00 €	30 971 232,00 €	3 567 168,27 €	231 444 990,27 €	
R7 - Outras Receitas Correntes	P	433 159,00 €	231 672,00 €	140 903,00 €	322 120,06 €	846 048,06 €	
R9 - Transferências de Capital	M	- €	- €	- €	419 826,45 €	419 826,45 €	
R9.1 - Administrações Públicas	M	- €	- €	- €	419 826,45 €	419 826,45 €	
R9.1.2 - Administração Central - Estado	M	- €	- €	- €	419 826,45 €	419 826,45 €	
R13 - Receita com Passivos Financeiros	P	5 552 882,00 €	5 699 561,00 €	- €	39 361 564,00 €	50 614 007,00 €	
R14 - Saldo da Gerência Anterior - operações orçamentais	M	- €	- €	- €	3 903 367,46 €	3 903 367,46 €	
Total		243 193 764,00 €	31 012 421,00 €	34 415 392,00 €	49 240 075,88 €	289 030 868,88 €	

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



13.3. OPERAÇÕES DE TESOURARIA

No exercício de 2020, não existiram movimentos a registar para apresentação da demonstração de Operações de Tesouraria.

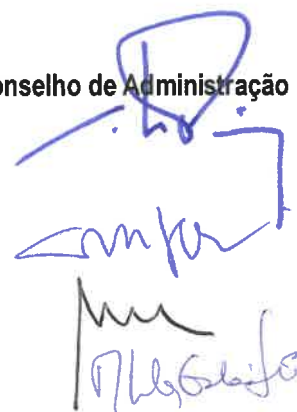
13.4. ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Tendo em conta as limitações técnicas existentes ao nível dos sistemas de relato, não é possível ao CHLO efetuar o cruzamento de dados informático necessário para apresentar as Demonstrações de Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos e de Contratação Administrativa.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



14 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

DECLARAÇÃO
(Justificação para ausência de Certificação Legal de Contas
relativa às Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020)

Para os efeitos tidos por convenientes, declara-se que o Conselho Fiscal do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (CHLO), nomeado por Despacho conjunto dos Ex.mos Senhores Secretário de Estado do Tesouro e Secretário de Estado da Saúde, em 28/11/2017, apresentou à tutela financeira proposta de nomeação do ROC em 15 de março de 2018, relativamente à revisão das contas de 2017 e em 10 de dezembro de 2018 relativamente à revisão legal das contas de 2018 a 2020.

À data, não temos conhecimento de ter sido efetuada qualquer nomeação, pelo que não é possível apresentar a Certificação legal de Contas 2020.

26/05/2021

O Conselho de Administração



15 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

DECLARAÇÃO
(Justificação para ausência de Parecer do Conselho Fiscal
relativo às Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020)

O Conselho Fiscal não apreciou o conjunto dos documentos de prestação de contas do exercício de 2020, devido ao facto de, apesar da proposta de nomeação do ROC ter sido apresentada à Direção Geral do Tesouro e das Finanças em 15 de março de 2018, relativamente à revisão das contas de 2017 e em 10 de dezembro de 2018 para a revisão legal das contas de 2018 a 2020, não ter sido ainda, até ao momento, nomeada a sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela auditoria às contas de 2020. Sem dispor de contas de 2020 auditadas, nem do apoio do ROC para que o Conselho Fiscal possa desenvolver cabalmente a sua função neste âmbito, considerou este órgão que não estão reunidas as condições para se pronunciar sobre o conjunto dos documentos de prestação de contas.

26/05/2021

O Conselho de Administração

